

Aula 06 - Somente PDF

*IBGE (Técnico em Informações
Geográficas e Estatísticas) Geografia -
2023 (Pré-Edital)*

Autor:

Leandro Signori

15 de Maio de 2023

Índice

1) A formação político-territorial do Brasil	3
2) Ciclos econômicos	15
3) Fronteiras	24
4) Divisão Regional Brasileira	32
5) Desenvolvimento Regional e Desigualdades	35
6) Características Gerais das Cinco Macrorregiões	47
7) Questões Comentadas - Formação territorial do Brasil - FGV	51
8) Questões Comentadas - Formação territorial do Brasil - Cebraspe	59
9) Questões Comentadas - Formação territorial do Brasil - Cesgranrio	63
10) Questões Comentadas - Formação territorial do Brasil - Multibancas	68
11) Questões Comentadas - Desenvolvimento Regional e Desigualdades - Multibancas	72
12) Lista de Questões - Formação territorial do Brasil - FGV	81
13) Lista de Questões - Formação territorial do Brasil - Cebraspe	86
14) Lista de Questões - Formação territorial do Brasil - Cesgranrio	88
15) Lista de Questões - Formação territorial do Brasil - Multibancas	92
16) Lista de Questões - Desenvolvimento Regional e Desigualdades - Multibancas	94



FORMAÇÃO POLÍTICO TERRITORIAL DO BRASIL

Portugal e Espanha assinaram, em 1494, o **Tratado de Tordesilhas**, determinando que as terras localizadas 370 léguas a Oeste de Cabo Verde pertenceriam à Espanha e ao leste, a Portugal. Por esse tratado, verificamos que parte das terras do Brasil atual, mesmo antes de serem descobertas, já estavam destinadas a Portugal.

Ou seja, antes mesmo de portugueses e espanhóis aportarem no continente americano, eles já deram início à configuração do espaço territorial das Américas.

Tratado de Tordesilhas



No ano de 1500, os portugueses aportaram no Brasil. Desse ano até 1530, as novas terras ficaram praticamente abandonadas. No entanto, a partir dessa data, Portugal mudou a sua política no que se refere ao Brasil devido aos seguintes fatores:

- Muito embora os lucros do comércio do Oriente ainda continuassem elevados, Portugal passou a sofrer a concorrência de outros países. O Brasil representou, então, uma alternativa de lucro para a Coroa e a burguesia lusa.
- A pressão estrangeira sobre o litoral do Brasil foi intensificada. A Coroa constatou que as expedições guarda-costas eram insuficientes para proteger a nova conquista.
- A ambição pelo ouro aumentou quando os espanhóis conquistaram o Peru (Império Inca) e passaram a explorar as riquezas da região.
- Povoar também era uma forma de valorizar as terras da colônia.

O governo português alimentava esperanças de que houvesse ouro no Brasil. Em face desses fatores, Portugal decidiu colonizar o Brasil, ou seja, transformar o Brasil em uma colônia. Para tanto, foi organizada a primeira expedição colonizadora sob o comando de Martim Afonso de Souza, que deixou Portugal em dezembro de 1531.

As principais ações da expedição de Martim Afonso de Souza foram: combate a contrabandistas de pau-brasil no Nordeste; exploração do território e suas potencialidades econômicas, sobretudo no que se refere à agricultura; fundação da primeira vila do Brasil (São Vicente-SP) em 1532; construção do primeiro engenho de açúcar e exploração do interior.

Martim Afonso distribuiu as primeiras sesmarias aos colonos portugueses. Os sesmeiros eram homens da pequena nobreza, militares ou navegantes, que recebiam as suas glebas como recompensa por serviços prestados à Coroa. Ao tomarem posse das terras, ficavam obrigados apenas a fazê-las produzir em alguns anos (em geral cinco) e pagar o dízimo à Ordem de Cristo.

Na América Portuguesa, as sesmarias eram imensas e seu cultivo demandava o controle sobre um número significativo de escravos. Assim, as sesmarias foram o embrião do latifúndio canavieiro, algodoeiro e pecuarista e, mais tarde, das fazendas de café e cacau. O modelo monocultor, escravista e exportador da agricultura colonial da América Portuguesa começava a tomar forma.

Colonizar o Brasil implicava gastos elevados para a Coroa portuguesa. Para implementar a colonização, o rei D. João III decidiu recorrer ao capital privado. Então, em 1534, foi criado o sistema de **capitanias hereditárias**. Elas representaram a **primeira divisão político-administrativa do território colonial**. Todo o Brasil português foi dividido em quinze capitania com fachada litorânea desigual, medindo entre 10 e 100 léguas. A partir do litoral, linhas paralelas delimitavam a área das capitania.

As capitania foram concedidas para cidadãos portugueses, intitulados **capitães donatários**. Na sua maioria, eram provenientes da baixa nobreza. Responsáveis economicamente pela empresa colonizadora, tinham como dever o exercício da função administrativa da capitania, uma vez que eram os representantes do poder real naquele território. Além disso, deviam proteger militarmente as terras sob sua jurisdição, provendo-as de armas e fortificações.



Em contrapartida, recebiam rendas e privilégios destinados aos capitães que governavam as capitâncias das demais colônias portuguesas. Também recebiam uma pensão dos tabeliões e tinham direito de monopólio sobre moinhos, fornos, engenhos e passagens fluviais. Acresentava-se a tudo isso o direito de conceder sesmarias em suas capitâncias.



O sistema de capitâncias organizou o território colonial em unidades autônomas e desarticuladas entre si. Configurou uma **opção pela descentralização político-administrativa**. Entretanto, os donatários se revelaram incapazes de arcarem com os níveis de investimentos necessários e com as exigências postas pela defesa contra as incursões francesas. Ao mesmo tempo, a retração dos lucros portugueses no comércio de especiarias do Oriente e a descoberta das minas de ouro de Potosí na América espanhola, em 1545, estimularam a Coroa portuguesa a envolver-se diretamente no empreendimento colonial.

Em 1548, numa tentativa de reforçar sua presença e coordenar os esforços dos capitães donatários, a Coroa instituiu o **Governo-Geral** instalado em 1549 na recém-fundada cidade de Salvador (Bahia). Começava a nascer um aparelho de Estado subordinado à monarquia lusa. **Salvador** tornou-se a primeira capital do Brasil, condição que perderia para o **Rio de Janeiro** apenas em 1763.

Ao longo do século XVI, o litoral brasileiro foi sendo povoado. Nesse mesmo século, houve algumas penetrações esparsas para o interior do Brasil, sem, contudo, fixar o homem ao solo. No período de 1580 a 1640, Portugal esteve sob domínio espanhol, ficando conhecido como a União Ibérica, necessitando de recursos para bancar as diversas guerras em que estavam envolvidos (contra a Inglaterra, a Holanda e os Principados Alemães). As **entradas** e **bandeiras** foram estimuladas no Brasil, na tentativa de encontrar ouro em nosso território.



Entradas, Bandeiras e Descidas

As **Entradas** eram organizadas pelo governo, com financiamento público. Geralmente procuravam respeitar os limites de Tordesilhas. A maioria das expedições realizadas partiam da capital do Brasil, na época, Salvador, na Bahia, ou até mesmo de Pernambuco. Visavam primeiramente à prospecção do território e de metais preciosos.

As **Bandeiras** eram expedições particulares e não respeitavam os limites de Tordesilhas. Em geral, começavam a partir da Vila de São Paulo de Piratininga, na Capitania de São Vicente (hoje São Paulo). Visavam primeiramente à prospecção do território e de metais preciosos. Também se dedicavam ao apresamento de índios para escravização e a capturar escravos fugidos e destruir quilombos.

Ainda tínhamos as **Descidas**, que eram expedições realizadas pelos jesuítas ao interior do Brasil. Tinham como objetivo convencer os indígenas dessa região a migrarem para regiões próximas das suas missões ou reduções visando facilitar o trabalho de catequização. As principais missões jesuíticas ficavam no norte e no sul do país.

Como Portugal e Espanha estavam sob o mesmo reinado, a linha de Tordesilhas perdeu o seu sentido, embora o tratado não tenha sido revogado. Os bandeirantes avançaram para muito além da linha, e o Brasil triplicou de tamanho. A expansão da pecuária e as missões jesuíticas foram fatores que contribuíram para essa expansão.

O contínuo avanço português para além da linha de Tordesilhas fez com que Portugal e Espanha assinassem um novo tratado de fronteiras, o **Tratado de Madri**, em 1750. Os dois países aceitaram o princípio do **uti possidetis**, segundo o qual cada nação conservaria as terras que já tivessem efetivamente ocupado.

Segundo o acordado, Portugal entregaria à Espanha a Colônia do Santíssimo Sacramento e, em troca, receberia a região ocupada pelos Sete Povos das Missões, no atual Rio Grande do Sul. Porém, esse acordo não foi cumprido e acabou sendo anulado pelo Tratado do Pardo, em 1761.

Embora o Tratado de Madri não tenha sido cumprido, seus princípios serviram de base para o novo acordo de limites feito em 1777, na cidade de Santo Ildefonso. Neste último tratado, os portugueses perderam definitivamente a Colônia do Santíssimo Sacramento, mas não foram compensados com a região dos Sete Povos das Missões.

Porém, em 1801, um novo conflito foi deflagrado, trazendo para os domínios portugueses a região dos Sete Povos das Missões, que foi definitivamente incorporada ao território do Rio Grande do Sul pelo Tratado de Badajós.





Outra **mudança importante para a configuração territorial do Brasil** foi a **transferência**, em 1763, de sua **capital da cidade de Salvador para a cidade do Rio de Janeiro**. Isso ocorreu no mesmo ano em que o Brasil foi elevado à categoria de Vice-Reinado.

Até o século XVIII, as unidades administrativas existentes na América portuguesa se dividiam em capitâncias reais (da Coroa portuguesa) e hereditárias (donatárias), que eram as capitâncias sob jurisdição de particulares. Já no século XVI, inicia-se o processo de retorno das capitâncias hereditárias para a Coroa, devido ao fracasso da tentativa de colonização por parte de alguns capitães-donatários. Durante o **século XVIII**, por meio de compra ou de confisco ao donatário, **todas as capitâncias hereditárias retornaram à propriedade do Reino de Portugal**.

Em 1759, foram organizadas as Capitanias da Coroa, governadas por funcionários nomeados pelo rei e divididas em principais (ou gerais) e subordinadas. Os governadores das primeiras, denominados de capitães gerais, tinham sob a sua jurisdição os governadores das segundas.

Assim, estruturaram-se nove blocos regionais de capitâncias, sob a autoridade de capitães gerais responsáveis junto à Coroa. No desenho das colônias do Vice-Reino do Brasil, um único bloco territorial não apresenta continuidade geográfica: as capitâncias de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro, localizadas em áreas disputadas com a Espanha, subordinavam-se diretamente ao Governo Geral, no Rio de Janeiro.



Fonte: Conexões – Estudos de Geografia do Brasil

O Império e a constituição das províncias

Com a declaração da Independência do Brasil, em 1822, as antigas capitâncias reais foram transformadas em **províncias do Império do Brasil**.

Quando do seu nascimento, o Império do Brasil contava com 18 províncias: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. Durante todo o período Imperial,

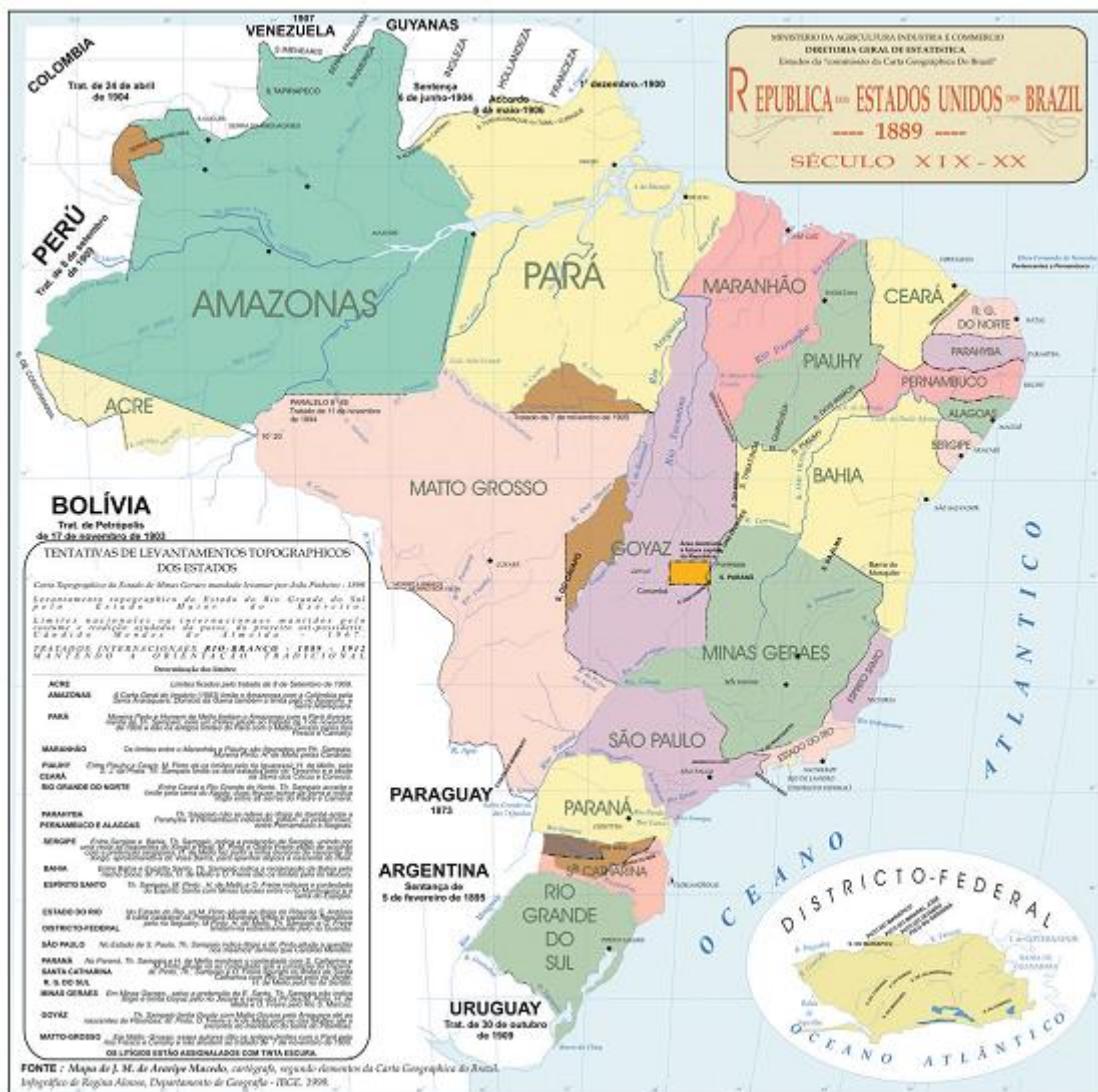
a divisão administrativa do Brasil mudou apenas com a criação da Província do Amazonas, em 1850, desmembrada da Província do Pará e também com a elevação da Comarca de Curitiba à Província Independente, em 1853, com o nome de Província do Paraná.



A República e a atual configuração político-administrativa

Em 1889, com a Proclamação da República, as antigas províncias brasileiras passaram à categoria de estados, mantendo as mesmas fronteiras.

Juntamente com a **República** é introduzido o **federalismo no Brasil**. O Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889, previa que as províncias do Brasil estariam reunidas pelo laço da federação, constituídas em Estados Unidos do Brasil, conforme o mapa abaixo:



A federação brasileira nasceu com 20 estados mais o Distrito Federal. Desde o ano de 1834, a cidade do Rio de Janeiro havia sido desligada da província de mesmo nome e passado a abrigar a Corte, sob a forma de município neutro. A administração da província passou a ser sediada na cidade de Niterói. **Com a Proclamação da República, o município neutro foi transformado na pessoa jurídica do Distrito Federal, capital do Brasil.**

Em 1956, o então presidente da República, Juscelino Kubitschek, deu início à construção de uma nova sede para o Distrito Federal. Em 1960, fruto de antigas reivindicações, a sede do governo brasileiro foi transferida para a região Centro-Oeste do País, onde foi construída a cidade de Brasília.

Porém, para que o Brasil tivesse a conformação territorial que é conhecida atualmente, algumas mudanças ocorreram no decorrer do século XX. Uma delas foi a anexação do território do atual Estado do Acre ao Brasil, em 1903, por meio do **Tratado de Petrópolis**. Inicialmente incorporada ao território nacional como uma unidade político-administrativa sem autonomia e gerida diretamente pelo poder central, foi transformado em estado federado no ano de 1962.





Em 1903, com a assinatura do **Tratado de Petrópolis**, o Brasil incorporou ao território nacional uma extensão de terra de 191 mil km², referente ao atual Estado do Acre, que foi entregue a 60 mil seringueiros e suas famílias para que lá pudessem exercer as funções extrativas da borracha.

O governo brasileiro indenizou a Bolívia em dois milhões de libras esterlinas e assumiu formalmente o compromisso de construir a **Estrada de Ferro Madeira-Mamoré**, com liberdade de trânsito por essa ferrovia e pelos rios brasileiros até o Oceano Atlântico de produtos bolivianos.

A construção foi difícil e complexa, com tentativas fracassadas no século XIX, o que custou a vida de inúmeros operários. Por isso, a Ferrovia passou a ser conhecida popularmente por “Ferrovia do Diabo”, denominação dadas pelos trabalhadores da construção, entre 1878 e 1912.

Quando a estrada foi concluída, em 1912, a economia da borracha já havia entrado em colapso.

Surgido em 1903, a figura jurídica do território federal não estava prevista na primeira Constituição do Brasil republicano, datada de 1891. A sua existência foi admitida a partir da Constituição de 1934, que também previa a transformação dos territórios federais em unidades da Federação. Já a Constituição de 1937 foi além ao permitir que a União criasse novos territórios federais a partir do desmembramento dos estados “no interesse da defesa nacional”.

Na década de 1940, no contexto da Segunda Guerra Mundial e com a necessidade crescente de exploração da borracha na Amazônia, o então presidente da república Getúlio Vargas criou seis territórios federais: **Guaporé, Amapá, Ponta Porã, Iguaçu, Rio Branco e Fernando de Noronha**. A criação dos territórios federais foi justificada pela necessidade da segurança das fronteiras, localizadas em regiões remotas, onde o poder público estadual encontrava dificuldades em administrar.

Os territórios não tinham assembleias legislativas nem representação no Senado, e seus governadores eram nomeados pelo governo federal.

Veja o mapa dos territórios federais, em 1945:





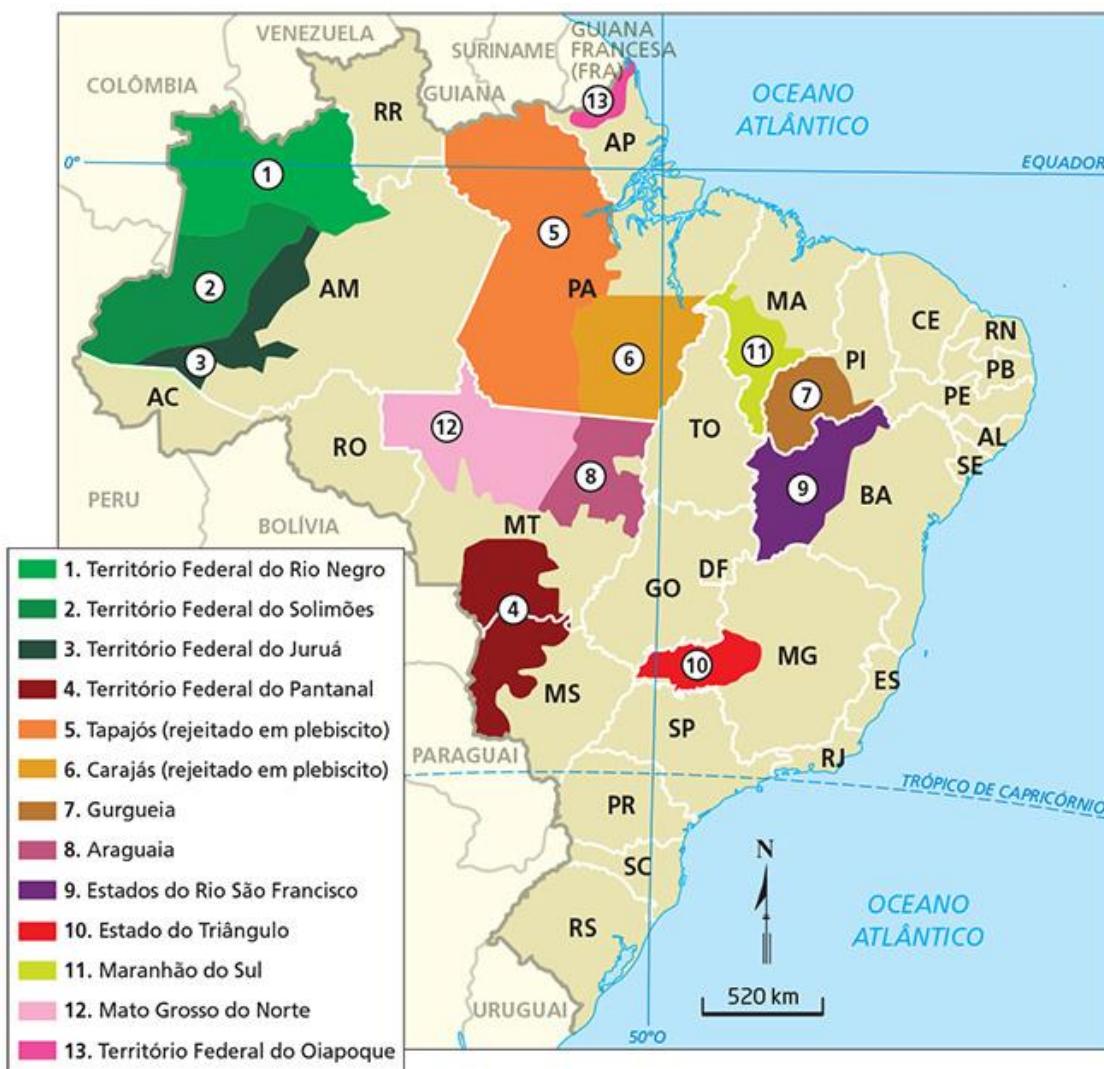
Fonte: Conexões – Estudos de Geografia Geral e do Brasil

Os territórios de Ponta Porã e Iguaçu foram extintos pouco tempo depois, em 1946. O território do **Guaporé** transformou-se no Estado de **Rondônia**, em 1981, ano em que o Congresso Nacional aprovou projeto de lei do Poder Executivo, pelo qual o território foi elevado a estado da União. O território de **Rio Branco** passou a ser denominado de **Roraima** em 1962.

A Constituição Federal de 1988 transformou os territórios federais do **Amapá** em **Estado do Amapá** e o **Roraima** em **Estado de Roraima**. O território de **Fernando de Noronha** foi anexado a **Pernambuco**. Porém, a Constituição manteve a possibilidade de, futuramente, serem criados novos territórios federais.

O Brasil central conheceu dois desmembramentos de estados. A criação de **Mato Grosso do Sul**, em 1977, resultou da bipartição do Mato Grosso. **Tocantins** nasceu, em 1988, pela bipartição de Goiás. A República Federativa do Brasil passou a ser formada por 26 estados e o Distrito Federal.

Pode-se afirmar, assim, que a promulgação da Carta Constitucional de 1988 constitui-se no instrumento legal que promoveu a mudança mais recente e que dá suporte à atual configuração do mapa político do Brasil em nível estadual. Novas propostas de alteração da divisão política estadual continuam, contudo, a serem feitas e analisadas no âmbito do Congresso Nacional no momento atual. Veja-as no mapa a seguir:



Fonte: Conexões – Estudos de Geografia Geral e do Brasil

No mapa não consta uma proposta mais recente que é a da criação do Estado do Entorno, na região do Entorno do Distrito Federal, que seria formado por 18 municípios goianos.

Vejamos no mapa a seguir, a divisão atual do Brasil em estados e Distrito Federal.



Legenda

- Limite de Estado
- Limite do País
- Capital de Estado
- ★ Capital de País

Região

- Norte
- Nordeste
- Sudeste
- Sul
- Centro-Oeste

CICLOS ECONÔMICOS

Celso Furtado nos diz que a história econômica do Brasil consistiu em uma série de **ciclos econômicos**, uma sucessão de grandes produções que formaram sucessivamente o essencial das suas exportações:

- açúcar nos séculos XVI e XVII
- ouro no **fim do século XVII e no início do século XVIII**,
- café nos **séculos XIX e XX** e
- borracha no **início do século XX**.

Deve-se a essa sucessão de especulações a formação do arquipélago brasileiro, porque cada uma delas afetou uma região diferente do país: açúcar, o Nordeste; o ouro, Minas Gerais; o café, o Sudeste; a borracha, a Amazônia. Cada uma imprimiu sua marca, permitindo o povoamento de regiões até então quase vazias, dando um estilo às relações sociais e à organização do espaço dessas regiões.

As consequências da formação por ciclos não terminam nessa heterogeneidade, mas implicam determinado funcionamento do conjunto do território nacional. O Brasil independente permaneceu, ao longo de todo o século XIX e na primeira metade século XX, como uma coleção de células agroexportadoras justapostas, um mosaico de regiões quase autônomas formadas no auge desses ciclos.

Cada célula centrada na produção de um tipo de exportação, drenado por uma rede de vias de transporte para um porto marítimo, era, por sua vez, constituída de células produtivas menores, formadas por grandes fazendas ou plantações. Pode-se falar literalmente de um **arquipélago brasileiro**, pois essas células comunicavam-se apenas por cabotagem, ao longo do litoral. O fato foi provado quando o Brasil ficou ao lado dos Aliados na Segunda Guerra Mundial: alguns submarinos alemães foram suficientes para cortar qualquer relação entre Rio de Janeiro e Salvador e, por conseguinte, entre o norte e o sul do País, já que não existia nenhuma rota interna, à exceção da precária via navegável do São Francisco.

A história da formação do território não se reduz, no entanto, a esses ciclos. Entendê-la pressupõe levar igualmente em conta diversos outros fatores, como o dinamismo dos bandeirantes, os esforços dos missionários, a paciente expansão dos pecuaristas e a tenaz vontade política e administrativa da Coroa portuguesa.

Os séculos XVI e XVII

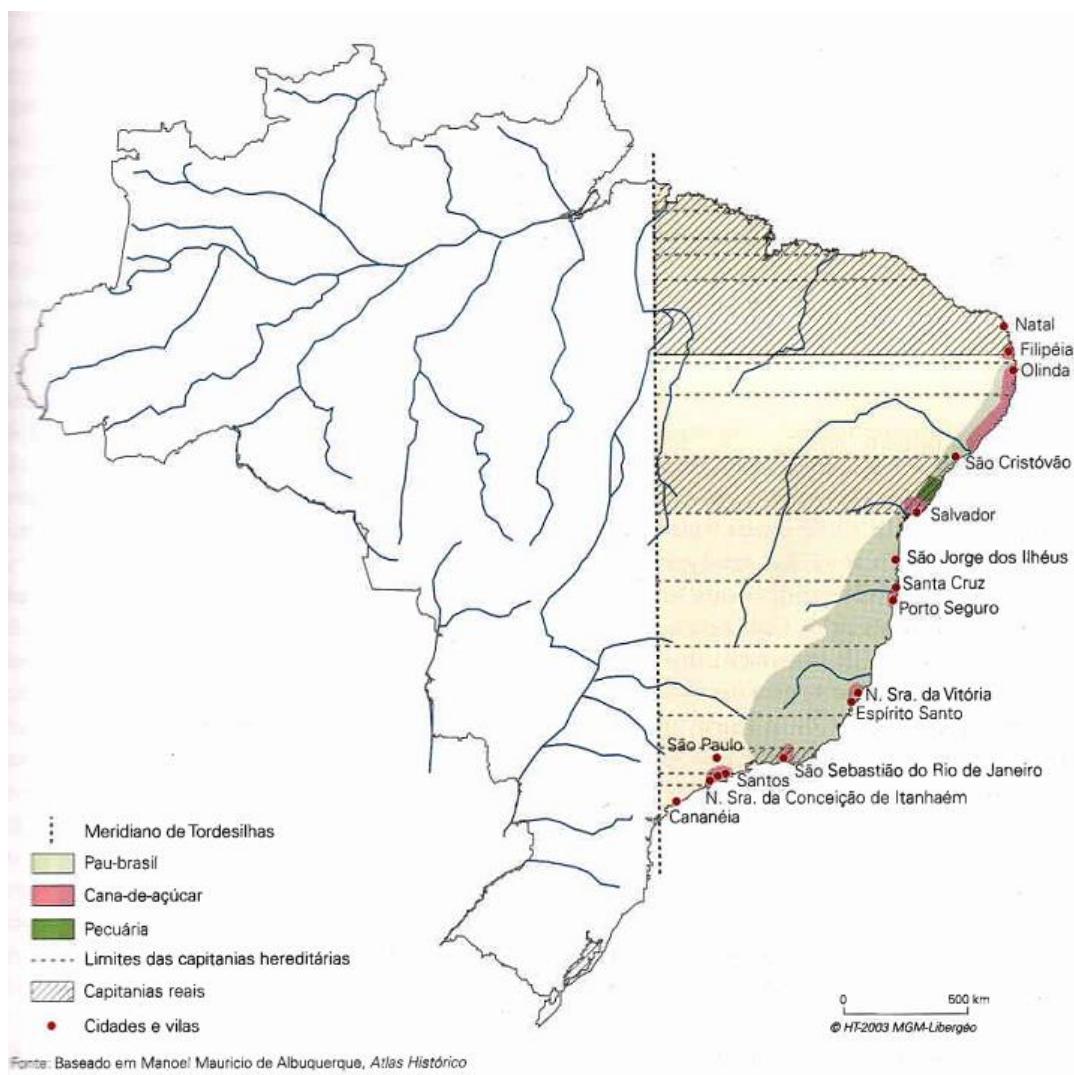
O primeiro ciclo econômico do País foi o da produção de açúcar. Originária da Índia, a **cana-de-açúcar** foi aclimatada pelos portugueses, principalmente em suas ilhas do Atlântico. O clima e os solos do Nordeste se revelaram ótimos, e os portugueses encontraram, assim, o grande produto de exportação que justificava e permitia uma sólida ocupação. Controlando a rota da Índia, poderiam aproveitar a intensa demanda europeia, produzindo eles mesmos esse produto, até então raro e caro, leve e facilmente estocável. De fato, o Brasil tornou-se, na primeira metade do século XVII, o primeiro produtor mundial de açúcar.



As consequências dessa expansão e dessa especialização foram, no Brasil, de várias ordens. Primeiro, para cultivar a cana e o trabalho nos engenhos foram utilizadas mão de obra escravizada, de africanos: os primeiros chegaram em 1532, e o tráfico durou três séculos, até que, a partir de 1842, a Grã-Bretanha fez respeitar, pela força, sua proibição. Partindo do Golfo da Guiné, inicialmente, e de Angola e Moçambique, em seguida, milhões de africanos foram deslocados para trabalharem nas plantações do Brasil.

Em outra escala, o ciclo do açúcar gerou ciclos secundários, ou induzidos, que marcaram outros espaços. Para pagar os escravos, os colonos portugueses instalados no Brasil tinham necessidade de uma mercadoria de troca. Não ocorreu, nesse caso, a modalidade clássica do "comércio triangular" com produtos da metrópole, mas troca direta, com pagamento em fumo: o Recôncavo Baiano, região próxima de Salvador, foi especializado nessa produção. Era necessário também produzir o alimento para os escravos - na região do açúcar ninguém queria perder tempo nem espaço para uma produção tão vulgar - e criar os bois para impulsionar os moinhos que esmagavam a cana.

A economia e o território no século XVI



Fonte: Atlas do Brasil (2ª edição)

Essas necessidades provocaram a criação de zonas especializadas: as culturas alimentares no agreste (a zona de transição para o interior seco) e a criação extensiva no sertão. Nessa vasta zona semiárida não se podia pensar em produção agrícola, e a **pecuária** permitiu conquistá-la, subindo os rios, notadamente o São Francisco. Dessa época e desse ciclo econômico data, por conseguinte, a formação de um complexo nordestino, cujos traços sobreviveram por não terem sofrido alteração por nenhum ciclo posterior.

A primeira base da economia foi, portanto, o **açúcar**, e a unidade do Brasil deveu-se muito ao controle político do território exercido pela Coroa. **Porém, sua expansão foi graças a seus exploradores e seus pecuaristas.**

Os primeiros tinham traçado vias e inventariado recursos, fundando novas "ilhas", mas as ligações entre elas eram ainda precárias, ou mesmo perigosas. Os comboios de ouro entre Minas Gerais e Rio de Janeiro eram frequentemente atacados, e mais ainda os que vinham de Goiás ou de Mato Grosso.

A tarefa de estender realmente o território, de ocupá-lo e de traçar rotas certas e duradouras foi dos pecuaristas. Assistiu-se a uma conquista fulminante, a uma verdadeira explosão territorial, cuja consolidação e valorização vieram graças a seus pacientes esforços para estabelecer estradas, fazendas e pousadas.

Presentes desde a época do açúcar, os pecuaristas tinham ocupado a mata semiárida do sertão, criando bois para fornecer às plantações do litoral a carne seca, o couro e os animais indispensáveis para girar os moinhos dos engenhos.

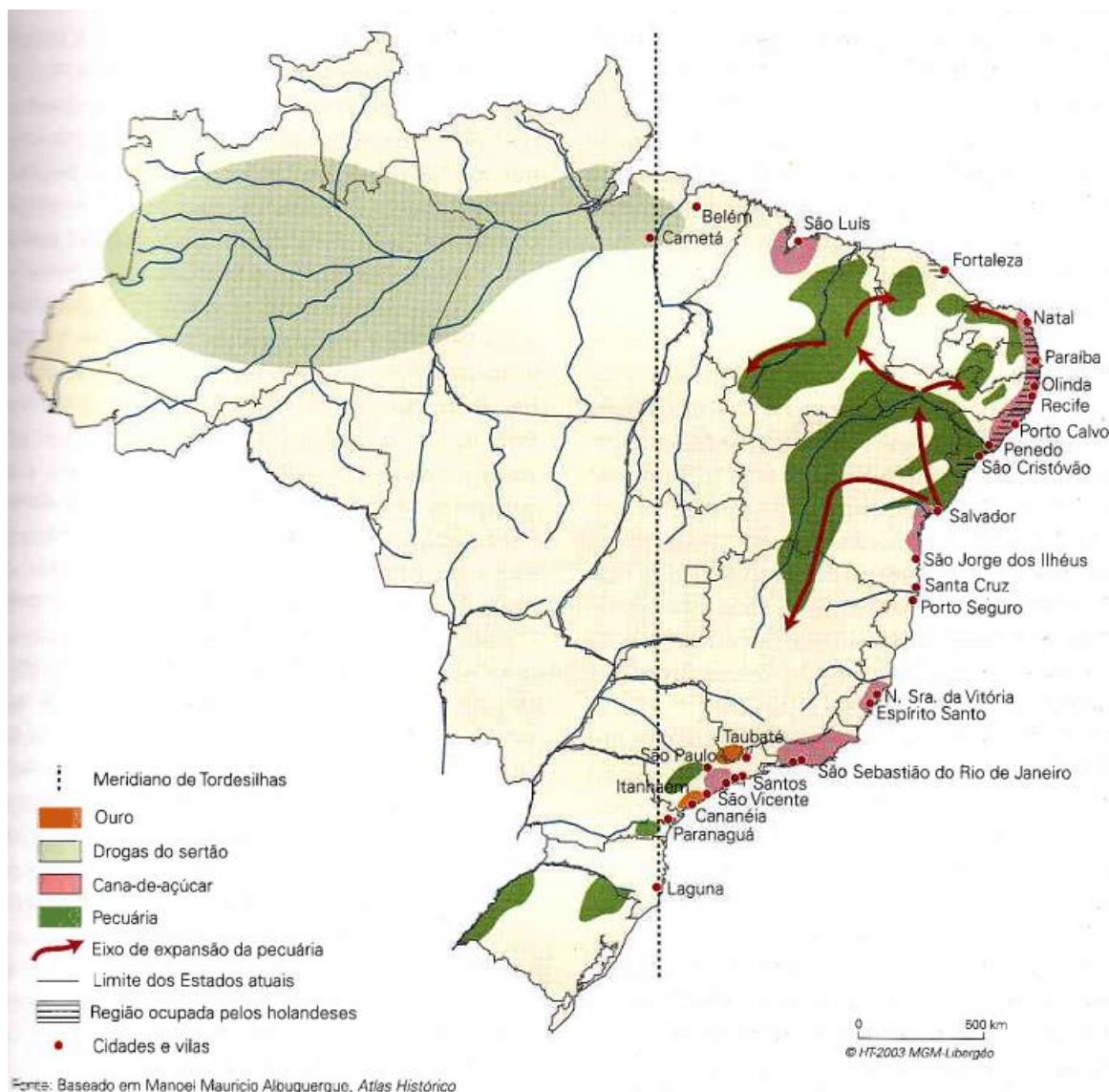
As minas de ouro também precisaram deles, e o movimento de expansão da criação prosseguiu para o interior, para o norte e para o sul. Os pecuaristas, que já tinham ocupado o alto São Francisco antes da descoberta do ouro, reforçaram sua presença, porque as minas constituíam novos mercados. No Norte ocuparam, do rio em direção ao litoral, os futuros Estados do Piauí e do Ceará, e avançaram até o Maranhão, nos confins da Amazônia.

As necessidades do transporte do ouro induziram igualmente o desenvolvimento da criação das mulas, nos campos limpos, até então muito pouco ocupados. Essa criação, apoiada nas estradas e em feiras estabelecidas, deu impulso decisivo à expansão do domínio português para o sul, frente aos espanhóis.

Foi, portanto, a pecuária, mais do que o ouro, que contribuiu para dilatar o espaço brasileiro, tanto que ela durou após o colapso aurífero, criando estradas e pontos de apoio estáveis: as fazendas eram estabelecimentos fixos, duradouros e amparos úteis nestas extensões imensas. A partir delas, o gado ia para o litoral seguindo caminhos fixos de rio em rio, as estradas boiadeiras. Ao longo dessas pistas, que fixaram o traçado das estradas de hoje, povoados ofereciam etapas, pastos para descanso ou engorda e feiras periódicas. Muitas delas tornaram-se grandes cidades, como Feira de Santana (Bahia) ou Campina Grande (Paraíba). A pecuária prolongou as zonas do açúcar e do ouro - uma fronteira móvel, mas organizada, onde se manteve o espírito pioneiro dos bandeirantes, consolidando e homogeneizando o espaço que tinham conquistado.



A economia e o território no século XVII



Fonte: Atlas do Brasil (2ª edição)

A expansão e a consolidação – Séculos XVIII e XIX

Faltava, contudo, conquistar a imensa bacia amazônica para dar ao País a sua atual dimensão, o que foi feito a partir do fim do século XVIII, sem que nenhum ciclo econômico o justificasse.

A Coroa portuguesa tinha sido levada a tomar posse da foz do Amazonas para responder à ameaça dos corsários estrangeiros. Em seguida, ocorreu um duplo movimento, o dos militares e dos jesuítas, ambos fixando seus estabelecimentos, fortões ou missões cada vez mais longe, rio acima. Eram ambos ansiosos de avançar o mais rapidamente possível, porque, no mesmo momento, outros militares e outros missionários progrediam também na bacia do Amazonas - os emissários do rei da Espanha. Graças a essa disputa, que



continuou mesmo quando as coroas da Espanha e de Portugal tinham se unido (1580-1640), a progressão foi rápida, apesar dos parcós recursos.

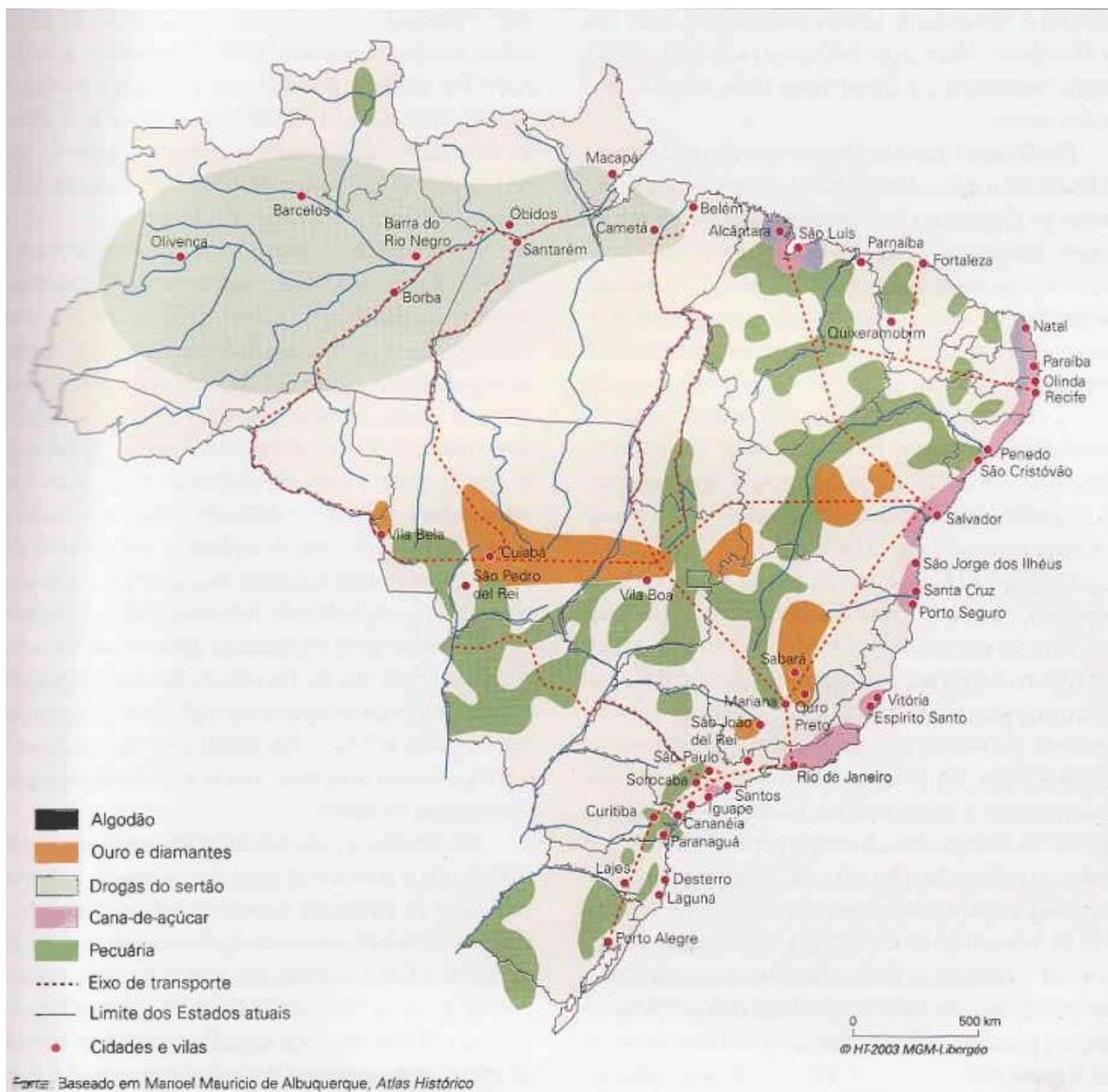
O forte de Manaus foi fundado em 1669, e as missões escalonaram-se ao longo de todo o rio a partir da metade do século XVII. Quando os jesuítas foram expulsos do Brasil, em 1761, a conquista estava praticamente terminada. No século XVIII, o movimento ampliou-se, progredindo ao longo dos afluentes.

Consideráveis ganhos territoriais foram obtidos na Amazônia com recursos muito limitados, algumas centenas de soldados e algumas dezenas de religiosos. A exploração econômica reduzia-se à caça e à extração de algumas plantas, raízes, borracha e resinas, e os sonhos de riqueza, alimentados por mitos recorrentes (o lago Parima, o Eldorado), nunca se materializaram. O motor da conquista foi a vontade dos portugueses, agentes da Coroa e da igreja, de estender seu domínio.

Descobertas de novos recursos, avanço da pecuária e vontade política conjugaram-se para provocar a formidável expansão do território português. Em 1750, no Tratado de Madri, que delimitou os impérios espanhóis e portugueses, o Brasil quase tinha atingido seus limites atuais.



A economia e o território no século XVIII



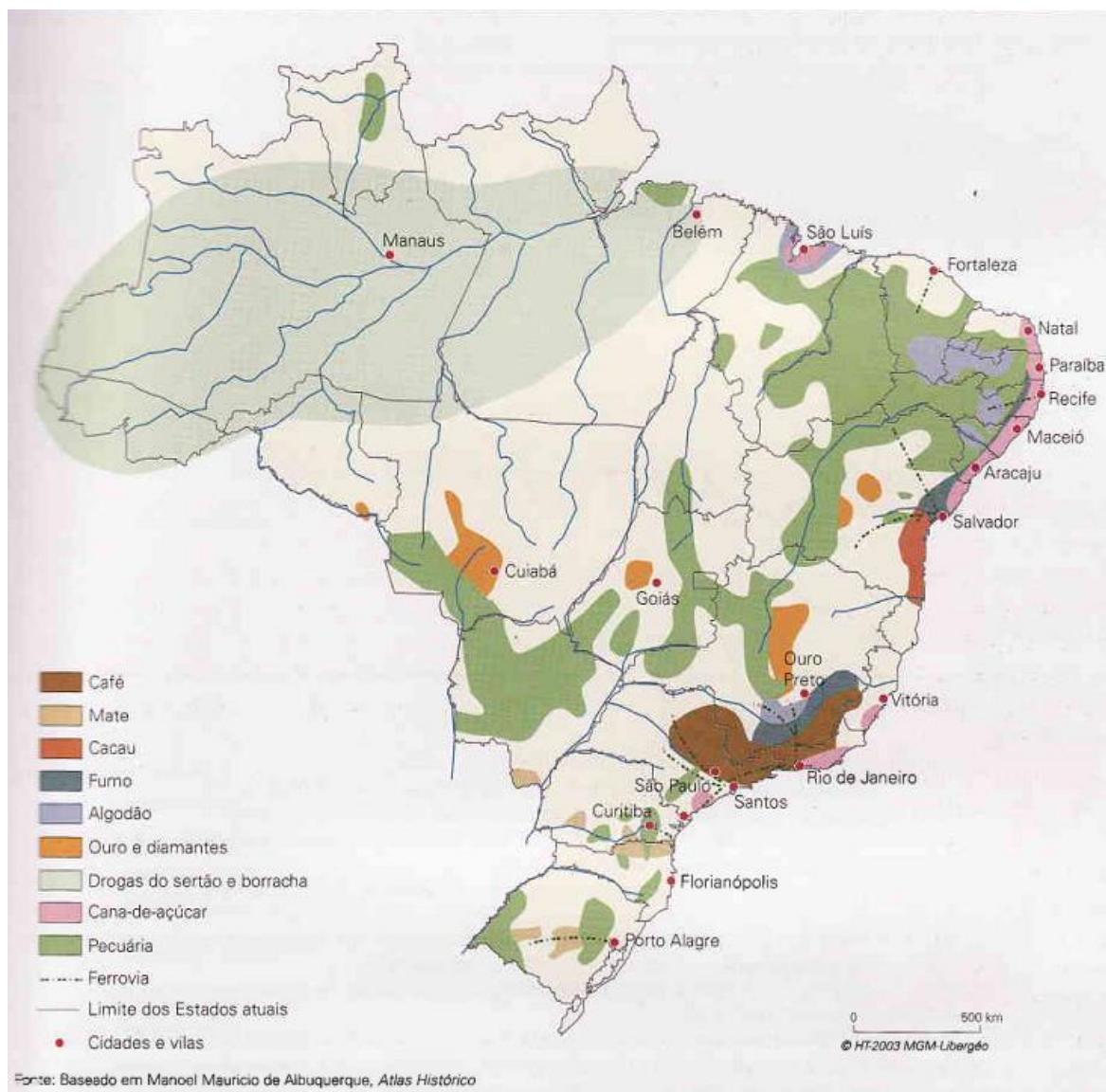
Fonte: Atlas do Brasil (2ª edição)

O século XIX e o início do século XX foram marcados pelos últimos “ciclos”, sem dúvida os que mais contribuíram para modelar o território. O último e mais curto foi o da borracha. A demanda mundial de pneumáticos cresceu muito rapidamente com o desenvolvimento do automóvel e, para satisfazê-la, instaurou-se todo um sistema.

No patamar superior estavam as casas de importação e exportação de Belém e Manaus, e no inferior, os seringueiros. **A maior parte vinha do Nordeste**, menos atraídos pela borracha do que expulsos pela terrível seca que devastou o sertão a partir de 1877. Mais de um milhão de nordestinos vieram, assim, instalar-se na

Amazônia e muitos ficaram após o desmoronamento do sistema da borracha. Com esse episódio, começou a primeira onda de migrações internas.

A economia e o território no século XIX



Fonte: Atlas do Brasil (2ª edição)

A economia e o território no século XX

A partir de 1910 - quando a Amazônia produzia 80% da borracha mundial - , as plantações inglesas e holandesas do sudeste da Ásia chegaram à maturidade, e a sua produção mais regular e menos dispendiosa que o extrativismo amazônico submergiu e deprimiu o mercado mundial. Durante esse curto período, a Amazônia brasileira foi percorrida, ampliada, e os avanços pioneiros foram oficializados pelos tratados com a maior parte dos países vizinhos, como o de 1903, que permitiu anexar o Acre.



Nesse mesmo período, a onda do café transformou o sul do País e assegurou a sua decolagem econômica. Introduzido no Brasil no século XVIII, o café desenvolveu-se magnificamente. No momento em que a demanda mundial para a nova bebida aumentava, o País podia oferecer climas e solos bem adaptados às exigências dessa planta delicada, encontrando, assim, o novo recurso que lhe faltava para impulsionar a economia.

No entanto, o ciclo do café não constituiu uma réplica tardia e meridional do ciclo do açúcar, sustentado pela mão de obra escrava. Ao fim do Império, seguiu-se à abolição da escravatura, proclamada em 1888. A cultura do café foi inicialmente desorganizada pelo fim da escravidão, mas a resposta foi rapidamente encontrada: substituiu-se a mão de obra escrava, pouco qualificada e evidentemente pouco motivada, por uma mão de obra assalariada ou sob contrato, constituída essencialmente de europeus, cuja imigração era organizada e parcialmente custeada pelos fazendeiros e pelo governo de São Paulo.

Esse brusco fluxo de população permitiu estender as plantações e, em pouco tempo, todo o sistema se organizou em torno da ferrovia, que permitia fazer avançar a frente de desmatamento e exportar o café. Sobre os espinhos dos planaltos ocidentais montou-se uma rede que ligava as cidades regularmente espaçadas.

Quando o complexo cafeeiro se consolidou no Sudeste (em meados do século XIX), os mercados regionais já constituíam realidades dinâmicas, mas não existia, rigorosamente, um mercado nacional. As produções do Brasil meridional raramente eram comercializadas no Brasil setentrional, e vice-versa. As vastas distâncias e a extrema precariedade das vias de transporte continuavam isolando as diferentes regiões brasileiras.

Entretanto, o desenvolvimento acelerado da economia cafeeira paulista passou a gerar economias complementares à sua volta. Assim, as áreas vizinhas começaram a estabelecer vínculos cada vez mais fortes com São Paulo.

O Brasil meridional tornou-se fornecedor de gado e de alguns produtos agrícolas para o núcleo cafeeiro. Ao mesmo tempo, as plantações de café expandiram-se pelo Oeste paulista e começaram a avançar sobre terras do Noroeste paranaense. Minas Gerais – que se mantivera estagnada desde o fim do ciclo aurífero – passou a abastecer o mercado paulista com alimentos e mão de obra; algumas áreas do atual estado do Mato Grosso do Sul, embora ocupadas de forma pouco densa, passaram a fornecer carne para a dinâmica área da economia cafeeira. As sementes daquilo que seria mais tarde conhecido como Centro-Sul foram lançadas nessa época.

Desde as décadas de 1920 e 1930, o desenvolvimento do complexo cafeeiro em São Paulo lançou as bases para a industrialização do Sudeste. Essa concentração industrial transformou toda a economia do país, criando um **mercado interno nacional**. A região tornou-se o polo da economia do país e o estado de São Paulo, o polo da economia regional.

A industrialização acelerada rompeu o isolamento dos mercados regionais. Os manufaturados do Sudeste – produzidos com tecnologia superior e em escala industrial – invadiram todo o país. A competição desigual com as mercadorias fabricadas nas outras regiões resultou no **predomínio da indústria do Sudeste**.

O crescimento da participação do Sudeste na indústria nacional limitou o desenvolvimento industrial do Sul e, principalmente, do Nordeste. Se o Sul conseguiu manter algum nível de industrialização (sobretudo nos setores de bens não duráveis), o Nordeste retrocedeu em sua participação no contexto industrial nacional – fato que agravou ainda mais a pobreza existente na região.



Durante a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) e no respectivo pós-Guerra, a concentração geográfica da indústria se intensificou, com a implantação das indústrias de bens de produção e de bens de consumo duráveis. A reorganização da economia nacional atingiu tanto a indústria como a agricultura.

No setor agrícola, a produção voltada para a exportação deixou de dominar e houve uma ampliação significativa da agricultura orientada a suprir o mercado interno. A Região Sudeste, especialmente seus centros urbanos cada vez mais populosos, tornou-se a grande consumidora de produtos alimentares de todas as demais regiões.

Na segunda metade dos anos 1950, a indústria já funcionava como núcleo dinâmico da economia nacional e já era a principal responsável pelas transformações no território brasileiro. O Sudeste integrava-se aceleradamente ao Sul e à parte meridional do Centro-Oeste, enquanto a economia do Nordeste – ao considerarmos dados relativos – se empobrecia. A inauguração de Brasília, em 1960, seguida da abertura de rodovias de integração, esboçava a “conquista moderna” da Amazônia. A economia-arquipélago tinha deixado de existir.

Modernização tecnológica e migrações

O avanço incessante das frentes pioneiras agrícolas resultou na apropriação econômica das últimas terras livres no Brasil meridional. A busca por novas terras disponíveis fez com que o fluxo populacional que havia promovido a ocupação do interior da região fosse reorientado para áreas mais distantes, situadas no Centro-Oeste e na Amazônia.

Os fluxos demográficos foram acelerados ainda mais quando, na década de 1970, introduziram-se **culturas mecanizadas** – de soja, em especial. Disseminando-se por praticamente todas as áreas de planaltos das regiões Sudeste e Sul e elevando o patamar tecnológico de todo o setor agropecuário, as novas formas de cultivo provocaram dispensa de mão de obra.

O emprego de tecnologias cada vez mais modernas no campo levou também a um processo de reconcentração da propriedade rural. A modernização tecnológica da agropecuária intensificou, ainda, deslocamento populacionais no interior da própria região. Um fluxo significativo de pessoas formou-se em direção às capitais estaduais e cidades médias.



FRONTEIRAS

A extensão do domínio terrestre de um Estado é determinada por linhas de fronteiras, limites que indicam até onde vai o território sobre o qual se exerce a sua soberania. A demarcação e indicação desses limites é direito e dever do Estado.

O Tratado de Madri, firmado em 1750 entre Portugal e Espanha, entrou para a história nacional como um acordo decisivo, que teria gerado as fronteiras do futuro Brasil independente. Ele foi importante para consolidar grande parte do território brasileiro para além da linha de Tordesilhas. Mas, efetivamente, ele delimitou apenas alguns trechos das fronteiras, baseados no curso conhecido dos rios Uruguai e Guaporé. Em conjunto, **os segmentos de fronteira delimitados no período colonial representam apenas 17% da extensão da atual seção terrestre.**

O Império foi responsável pela fixação de pouco mais de metade da extensão total das fronteiras terrestres atuais. Em 1811, o Vice-Reino do Brasil havia anexado a Banda Oriental, até então pertencente ao Vice-Reino do Rio da Prata, que passou a ser denominada de Província Cisplatina. A ocupação permaneceu após as independências da Argentina (1816) e do Brasil (1822), e resultou em conflito armado entre os dois jovens países. O Uruguai nasceu da independência de parte da Banda Oriental, como um Estado tampão entre os dois opositores. Assim, o segmento de limites com o Uruguai foi resultado dos acordos que deram origem ao país vizinho. O segmento de limites com o Paraguai foi fixado no encerramento da Guerra do Paraguai (1864-70), que envolveu o Brasil e a Argentina. As outras divisórias delimitadas no Império foram por meio de acordos com os países vizinhos.

O início do período republicano foi marcado pela figura de José Maria da Silva Paranhos, o **Barão do Rio Branco**, que ocupou o Ministério das Relações Exteriores de 1902 a 1912. Aproximadamente um terço da seção terrestre das fronteiras brasileiras foi delimitada neste período.

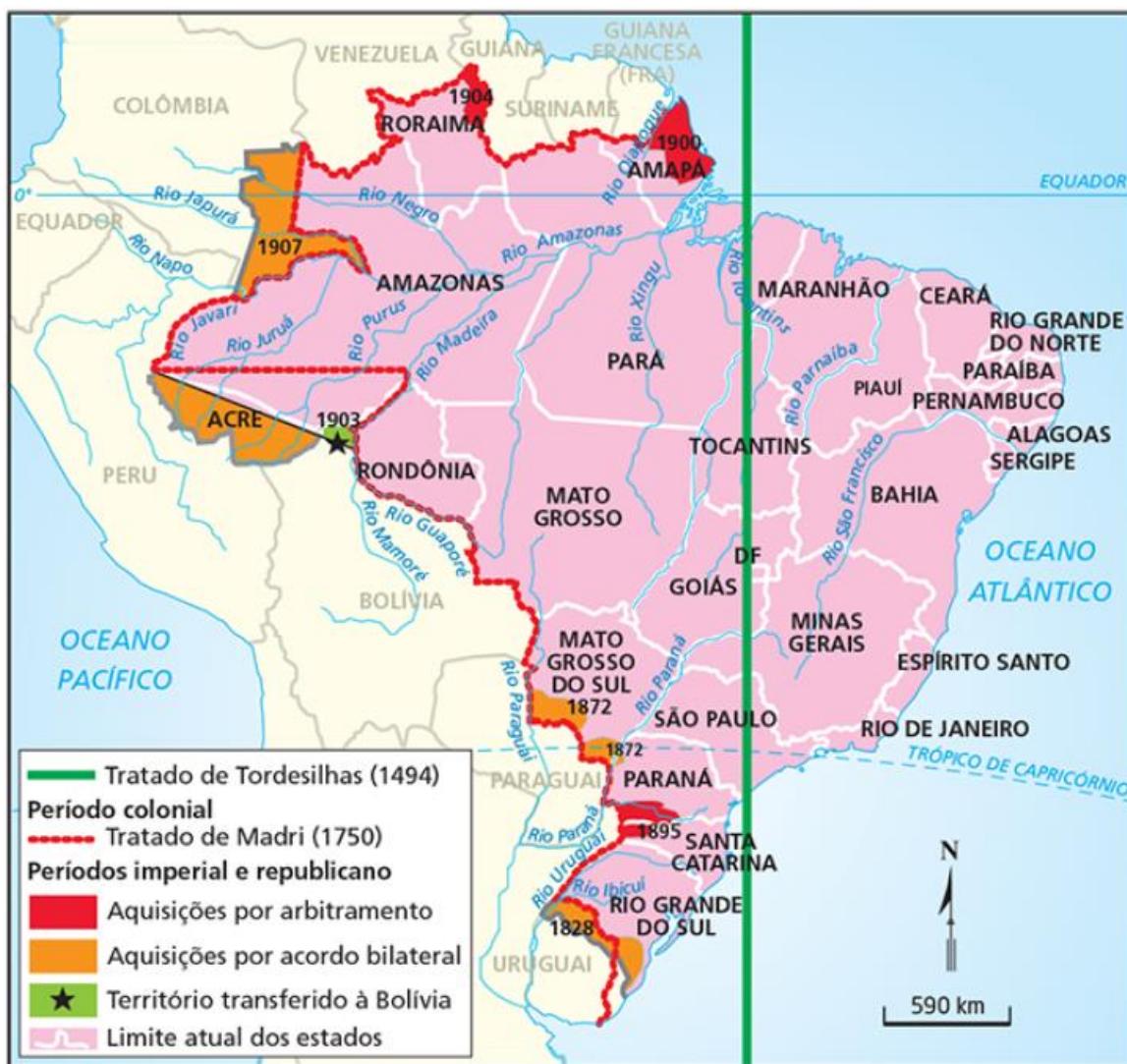
Na negociação que firmou os segmentos de fronteira com a Argentina, Rio Branco consolidou a posse do oeste dos territórios que hoje pertencem aos estados do Paraná e de Santa Catarina.

Na Amazônia, Rio Branco delimitou o segmento de limites com a Guiana Francesa, garantindo para o Brasil a posse do território do atual Amapá, com a Guiana Inglesa, a posse de uma porção territorial em Roraima, e com a Colômbia, a posse de uma porção territorial no Amazonas.

Além disso, Rio Branco negociou também o **Tratado de Petrópolis (1903)**, por meio do qual o Brasil adquiriu da Bolívia o território que atualmente pertence ao **Acre**.



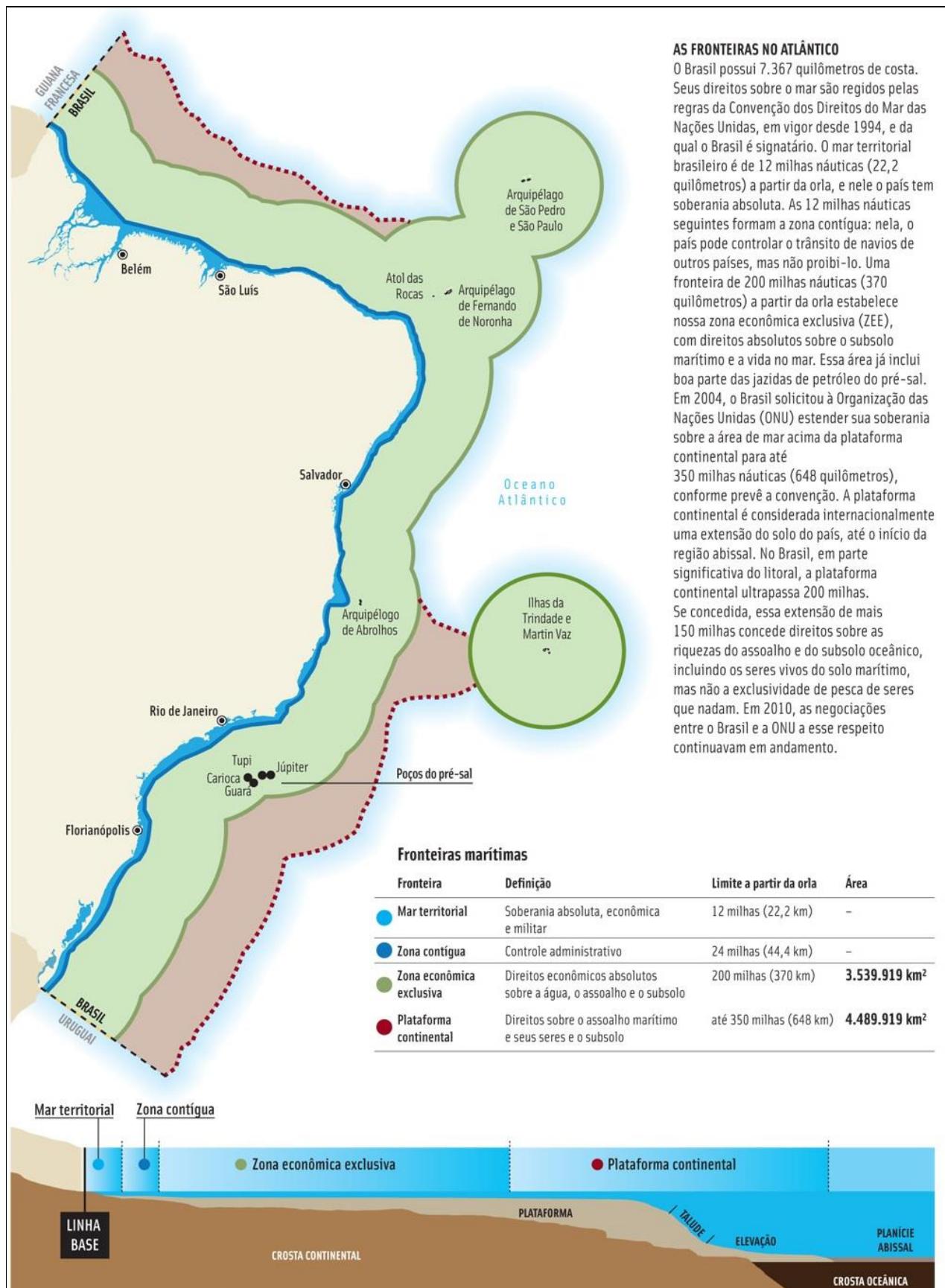
Brasil: Expansão das Fronteiras (séculos XV a XX)



Fonte: Atlas Nacional do Brasil. 3. Ed. Rio de Janeiro. IBGE 2000.

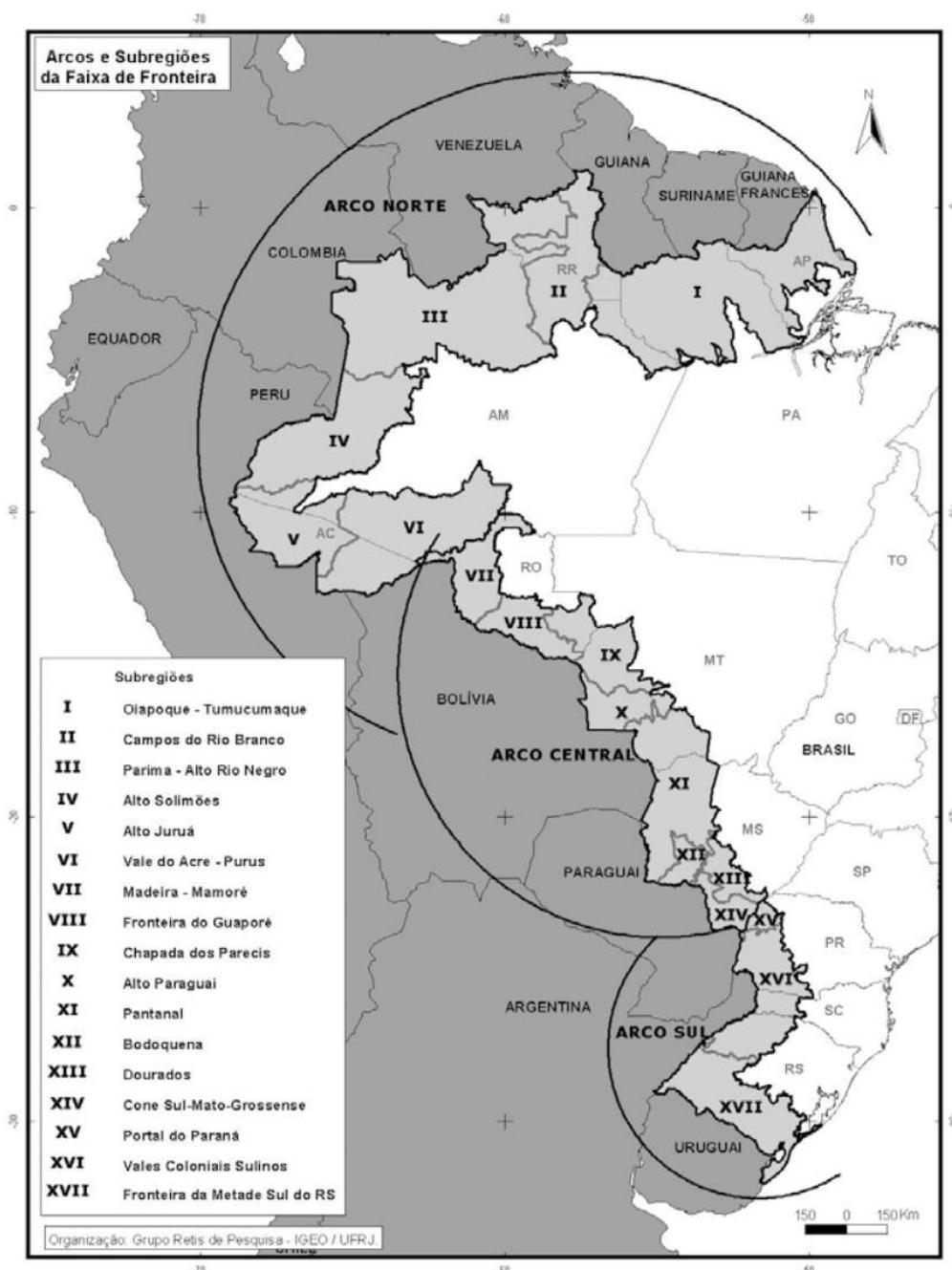
O Brasil faz fronteira com quase todos os países sul-americanos, exceção feita ao Equador e ao Chile. Suas fronteiras estendem-se por 23.086 km que compreendem uma seção marítima de 7.367 km e outra terrestre, de 15.719 km. São 570 municípios fronteiriços espalhados por 11 estados. Na seção terrestre, o país faz fronteira com Bolívia, Peru, Venezuela, Colômbia, Guiana, Paraguai, Argentina, Uruguai, Suriname e Guiana Francesa, que é um departamento ultramarino da França.

A soberania do Estado aplica-se, integralmente, para o espaço atmosférico sobre o território e se estende sobre a faixa oceânica contígua nos termos da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar (CNUDM) em vigor desde novembro de 1994, e, atualmente, ratificada por 156 países. Observe o esquema a seguir:



A Constituição de 1988 considera **faixa de fronteira** uma largura de 150 km ao longo das fronteiras terrestres. Fundamental para a defesa do território nacional, essa área está sujeita a regras especiais de uso do solo, de propriedade e de exploração econômica. Nela, a realização de obras de infraestrutura, tais como aquelas voltadas para transporte, obras de engenharia, como pontes, e a exploração de recursos minerais dependem de autorização especial do governo federal. Por motivos de soberania e de segurança nacional, somente empresas controladas por brasileiros podem atuar na faixa de fronteira.

Brasil: faixa de fronteira



Fonte: BRASIL. Proposta de reestruturação do programa de desenvolvimento da faixa de fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. p. 53.



Fronteiras: colaboração e segurança

No Brasil, como em outros países, as fronteiras eram consideradas faixas de segurança, ou seja, de proteção. Com as fronteiras reconhecidas e em época de paz, os países da América do Sul procuraram valorizar a interação e o intercâmbio cultural. A expansão do comércio mundial e da globalização reforçou a ideia de fronteiras como um espaço de integração econômica. Nesse sentido, apesar da preocupação com a segurança no âmbito regulatório, no Brasil as fronteiras estão sendo, na prática, reavaliadas sob a ótica da integração e das novas relações com as nações democráticas sul-americanas.

Amazônia internacional

Grande parte da extensão de nossas fronteiras internacionais encontra-se na região amazônica. A Amazônia internacional é formada pela floresta equatorial e por seus ecossistemas associados e abrange oito países - Brasil, Peru, Bolívia, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname - e a Guiana Francesa. Com cerca de 7,8 milhões de km², a maior parte dessa área é marcada pelos climas quentes e úmidos e está assentada no interior da bacia fluvial amazônica.

Amazônia internacional



Fonte: RICARDO, Beto. Amazônia sob Pressão/Raisg. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2012.

Com exceção da Guiana Francesa, departamento ultramarino da França, os outros países participam da **Organização do Tratado de Cooperação Amazônica** (OTCA), implementada com o tratado de Cooperação Amazônica, assinado em 1978. O tratado reconhece a soberania dos países amazônicos e se propõe a promover ações conjuntas para preservação do meio ambiente, o uso racional dos recursos naturais e o desenvolvimento regional da Amazônia. A Coordenação de Assuntos Indígenas do Tratado procura implementar a participação dos povos indígenas nas ações ou em processos de desenvolvimento regional que os afetem. O Brasil ocupa posição de destaque nas políticas da OTCA, pois abriga mais de 64% da região.

Essas ações conjuntas, no entanto, são insuficientes para resolver todos os problemas comuns aos países fronteiriços. Na Amazônia internacional, por exemplo, as diversas atividades econômicas e projetos de

infraestrutura aceleram as queimadas e o desmatamento, afetando os povos indígenas que aí vivem. Entre as atividades econômicas estão a extração de minérios, a exploração de petróleo, a construção de estradas e de hidroelétricas.

Vigilância nas fronteiras

Existem poucos postos de fronteira, além de serem esparsos, considerando a grande extensão territorial do país, e ainda faltam efetivo policial, equipamentos e tecnologia para atingir os objetivos de garantir a vigilância das fronteiras brasileiras. Devido a esses fatores, nossas fronteiras terrestres são suscetíveis a vários tipos de ilícitos, que ocorrem também em outras partes do país e nas fronteiras marítimas. No entanto, essas ações ilegais se restringem ao âmbito policial e não ameaçam a soberania nacional. Nas Regiões Sul e Centro-Oeste, a vigilância das faixas de fronteira terrestre é maior, pois essas áreas são mais povoadas, havendo, portanto, maior tráfego de pessoas e de mercadorias.

O Estado brasileiro vem implantando ações que visam atuar de maneira integrada no monitoramento e na segurança das fronteiras brasileiras.

Eventos criminosos na faixa de fronteira



Fonte: Ministério da Justiça

Ações de fronteira

Em 1985, o projeto **Calha Norte** foi criado, dentro da concepção militar, com o objetivo de promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado e sustentável da região amazônica. Recebeu esse nome porque no início o projeto estava limitado apenas à área norte do Rio Amazonas, e hoje abrange toda a região amazônica. Foram instalados diversos postos militares na fronteira cujos objetivos eram também o povoamento e a garantia da soberania nacional. De fato, a Amazônia, por seu enorme potencial natural (grande biodiversidade, riquezas minerais, maior reserva de água doce do mundo), é uma região estratégica.

Com o objetivo de aumentar a presença do Estado nas faixas de fronteira marítimas e terrestres, especialmente na Amazônia, foi instalado o **Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron)**, um sistema de vigilância e monitoramento, promovendo a integração regional, estimulando a cooperação militar com os países vizinhos na proteção da biodiversidade e das populações indígenas e aumentando a sensação de segurança na área.

A efetivação do Sisfron prevê a obtenção de equipamentos militares, como radares e drones, e de telecomunicação, além da ampliação do efetivo militar na área.

Fronteiras e povos indígenas

A Constituição Federal de 1988 reconhece e assegura a demarcação das extensas terras indígenas na faixa de fronteira internacional. Segundo o Instituto Socioambiental:

"Muitos povos indígenas que vivem na faixa de fronteira não têm nem sequer as palavras limites ou território em seu vocabulário. Eles entendem esses conceitos como o espaço onde podem retirar seus meios de sobrevivência. Por essa razão, se estendem pela floresta, abrangendo, muitas vezes, áreas de dois ou mais países, como os Ashaninka (Peru e Brasil) e os Yanomami (Venezuela e Brasil)."

Das mais de 600 terras indígenas identificadas no Brasil, cerca de 180 estão na faixa de fronteira. Nelas, há 45 tribos com territórios transfronteiriços. Quando um território indígena está situado em dois países, seus habitantes podem transitar livremente de um país para o outro.

Cidades gêmeas

Há diversas cidades brasileiras em fronteira que se caracterizam pela integração urbana com cidades de países vizinhos. Muitas vezes, não há um rio ou outro elemento natural que separe a cidade brasileira de sua "irmã gêmea" de outro país. Geralmente, a divisão é feita por uma rua, ficando o Brasil de um lado e o país vizinho do outro. Vem crescendo o número de cidades fronteiriças com essa característica, atualmente, são 32 cidades brasileiras assim. O Ministério da Integração Nacional, nesse contexto, definiu, em 2014, como cidades gêmeas:

"Os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, integrada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo, ou não, apresentar unificação da malha urbana com cidade do país vizinho. Não serão consideradas cidades gêmeas aquelas com população inferior a 2 mil habitantes."

Não são muitas as cidades gêmeas nas faixas de fronteira do Brasil com os países vizinhos. Elas se concentram principalmente no Rio Grande do Sul (fronteira com Argentina e Uruguai), seguido pelo Mato Grosso do Sul,



na fronteira com o Paraguai. Esse reduzido número de cidades gêmeas é reflexo da própria história da colonização e povoamento da América do Sul, que se concentrou no litoral do Atlântico, no caso do Brasil, e nos Andes, na América espanhola.

A existência dessas cidades favorece a integração econômica, política e cultural entre os países, visto que há grande fluxo de pessoas, comércio internacional e capitais. Não raro, infraestruturas são construídas para atender ambas as cidades, como também benfeitorias, favorecendo o desenvolvimento regional bilateral.

São exemplos de cidades gêmeas: Ciudad del Leste (Paraguai) e Foz do Iguaçu; Pedro Juan Caballero (Paraguai) e Ponta Porã; Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento; Leticia (Colômbia) e Tabatinga, entre outras.



DIVISÃO REGIONAL BRASILEIRA

A divisão do Brasil em grandes regiões é atribuição do IBGE e tem o objetivo de reunir estados com traços físicos, humanos, econômicos e sociais comuns, o que ajuda no planejamento de políticas voltadas para áreas com necessidades semelhantes.

Várias divisões regionais do território foram estabelecidas no decorrer da história do Brasil. A primeira surgiu em 1913 e era baseada apenas em aspectos físicos. A partir de 1940, a divisão leva em conta os aspectos socioeconômicos, além dos físicos. A atual está em vigor desde 1970 e criou cinco regiões: **Centro-Oeste**, **Nordeste**, **Norte**, **Sudeste** e **Sul**. Ela sofreu algumas alterações depois das mudanças introduzidas pela Constituição de 1988. O Estado do Tocantins é criado e passa a fazer parte da Região Norte. Roraima e Amapá deixam de ser territórios federais e transformam-se em estados. Fernando de Noronha é incorporado ao Estado de Pernambuco.

Veja no mapa a seguir, as macrorregiões brasileiras e os estados que as compõem.



Evolução da divisão regional brasileira

1913



A primeira proposta de divisão regional do Brasil surge em 1913, para ser usada no ensino da geografia. Baseada apenas nos aspectos físicos – clima, vegetação e relevo –, tinha o objetivo de reforçar a imagem da nação e por isso dividia o país em cinco Brasis: Setentrional, Norte Oriental, Oriental, Central e Meridional. Na época, acreditava-se que a divisão regional deveria ser fundamentada em critérios que resistissem à ação do tempo.

1940



Em 1940, o IBGE apresenta uma nova proposta de divisão para o país que leva em consideração os aspectos socioeconómicos, além dos físicos. A Região Norte reunia os estados de Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí e o território do Acre. Goiás e Mato Grosso, ainda não divididos, formavam com Minas Gerais a Região Centro. Bahia, Sergipe e Espírito Santo formavam a Região Este. O Nordeste abrigava Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba e Alagoas. São Paulo e Rio de Janeiro, então capital, pertenciam à Região Sul.

1945



O Brasil passa a ter sete regiões: Norte, Nordeste Ocidental, Nordeste Oriental, Centro-Oeste, Leste Setentrional, Leste Meridional e Sul. Na porção norte do Amazonas foi criado o território de Rio Branco, o atual estado de Roraima; no norte do Pará foi criado o território do Amapá. Mato Grosso perde uma porção a noroeste (baptizada como território de Guaporé) e outra ao sul (chamada território de Ponta Porã). No Sul, Paraná e Santa Catarina são cortados a oeste e é instalado o território de Iguaçu.



1950



Os territórios de Ponta Porã e Iguaçu são extintos e os estados do Maranhão e do Piauí passam a integrar a Região Nordeste. Bahia, Sergipe, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro formam a Região Leste. Em 1960, Brasília é criada e o Distrito Federal, a capital do país, é transferido do Leste para o Centro-Oeste. Em 1962, o Acre vira estado e o território de Rio Branco recebe o nome de Roraima.

1970



O Brasil ganha o desenho regional atual. Nasce o Sudeste, com São Paulo e Rio de Janeiro sendo agrupados a Minas Gerais e Espírito Santo. O Nordeste recebe Bahia e Sergipe. Todo o território de Goiás, ainda não dividido, pertence ao Centro-Oeste. Mato Grosso é dividido alguns anos depois, dando origem ao estado de Mato Grosso do Sul.

1990



Com as mudanças da Constituição de 1988, fica definida a divisão brasileira que permanece atualmente: o estado do Tocantins é criado com a divisão de Goiás e incorporado à Região Norte; Roraima, Amapá e Rondônia viram estados; Fernando de Noronha deixa de ser território federal e é incorporado ao estado de Pernambuco.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DESIGUALDADES

Vimos anteriormente a divisão regional brasileira oficial, feita pelo IBGE. Apesar de ter sido elaborada considerando aspectos socioeconômicos, muitos pensadores argumentam que essa divisão regional não leva em conta as verdadeiras diferenças, disparidades e desigualdades do Brasil. Por isso, geógrafos elaboraram propostas de divisão regional alternativas a realizada pelo IBGE.

Dentre elas, duas possuem grande destaque e são muito cobradas em provas: **a divisão regional segundo as regiões geoeconômicas, de Pedro Pinchas Geiger, e a divisão regional segundo o meio técnico-científico-informacional, de Milton Santos.**

Regiões Geoeconômicas

Em 1964, quando o governo brasileiro ainda estudava a melhor divisão territorial para o país, o geógrafo Pedro Pinchas Geiger elaborou uma proposta de regionalização baseada nos aspectos geoeconômicos. A referida proposta se baseia no processo histórico de formação do território brasileiro, levando em consideração, especialmente, os efeitos da industrialização. Dessa forma, a proposta busca refletir a realidade do país e compreender seus mais profundos contrastes. Essa organização regional favorece a compreensão das relações sociais e políticas do país, pois associa os espaços de acordo com suas semelhanças econômicas, históricas e culturais.

De acordo com Geiger, são três as regiões geoeconômicas: **Amazônia, Centro-Sul e Nordeste.**

Diferentemente da divisão proposta pelo IBGE, os complexos regionais não se limitam apenas às fronteiras entre os Estados. Nessa regionalização, o norte de Minas Gerais, por exemplo, encontra-se no Nordeste, enquanto o restante do território mineiro está localizado no Centro-Sul.

A região geoeconômica Amazônia é a maior delas e a que possui o menor número de habitantes do país. Em muitos pontos da região, acontecem os chamados "vazios demográficos". A maioria da população está localizada nas duas principais capitais do complexo, Manaus e Belém.

Na economia, predominam o extrativismo animal, vegetal e mineral. Destacam-se também o polo petroquímico da Petrobras e a Zona Franca de Manaus.

A região geoeconômica Centro-Sul é a que possui a economia mais poderosa do país. São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte são as cidades de maior destaque. O Centro-Sul é o principal destino de migrantes de diversos pontos do país e onde se encontra cerca de 70% de toda a população brasileira.

Possui a economia mais diversificada, baseada na agricultura de exportação e, principalmente, na indústria. É responsável pela produção da maior parte do Produto Interno Bruto nacional.

Historicamente, a região geoeconômica do Nordeste é a mais antiga do Brasil. É também a mais pobre das regiões, e a que apresenta alguns dos mais graves problemas sociais.



Nas últimas décadas, no entanto, estão acontecendo mudanças estruturais nas atividades produtivas dessa região que podem alterar seu prejudicado quadro social. Muitas indústrias que saíram do Sudeste escolheram essa região graças aos incentivos governamentais, como descontos nos impostos. Além disso, vêm surgindo grandes polos de desenvolvimento fomentados pelo Estado, como Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), que se contrapõem cada vez mais à estrutura produtiva rural dominada pelos latifúndios.

Outra mudança no espaço geográfico vem ocorrendo com o avanço da soja, especialmente no oeste da Bahia e no sul do Piauí e do Maranhão. O setor de serviços vem avançando, em parte, muito ligado à estrutura turística, que apresenta enorme crescimento em toda a região.

Regiões Geoeconômicas



Fonte: Conexões – Estudos de Geografia Geral e do Brasil

Meio Técnico-Científico-Informacional

Os geógrafos Milton Santos e Maria Laura Silveira partiram do conceito de “meio técnico-científico-informacional” para propor outra regionalização do espaço, considerando o princípio de que as técnicas, as



informações e as finanças se distribuem desigualmente pelo território brasileiro, determinando quatro regiões.

A **Região Amazônica** caracteriza-se por baixas densidades demográficas e técnicas. A **Região Nordeste** foi a primeira a ser povoada, apresentando agricultura menos mecanizada que a **Região Centro-Oeste**, onde a agricultura é intensamente produtiva e moderna. Por fim, a **Região Concentrada** é a mais povoada, industrializada e conta com melhor infraestrutura de transporte, comércio, reunindo os principais meios técnicos e concentrando as finanças do país. Esta regionalização também é conhecida pelos "**quatro Brasis**" de Milton Santos.

Divisão regional segundo o meio técnico-científico e informacional



Fonte: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.



Com o início da Terceira Revolução Industrial, também conhecida como Revolução Técnico Científica ou Revolução Informacional, o capitalismo atingiu seu período informacional.

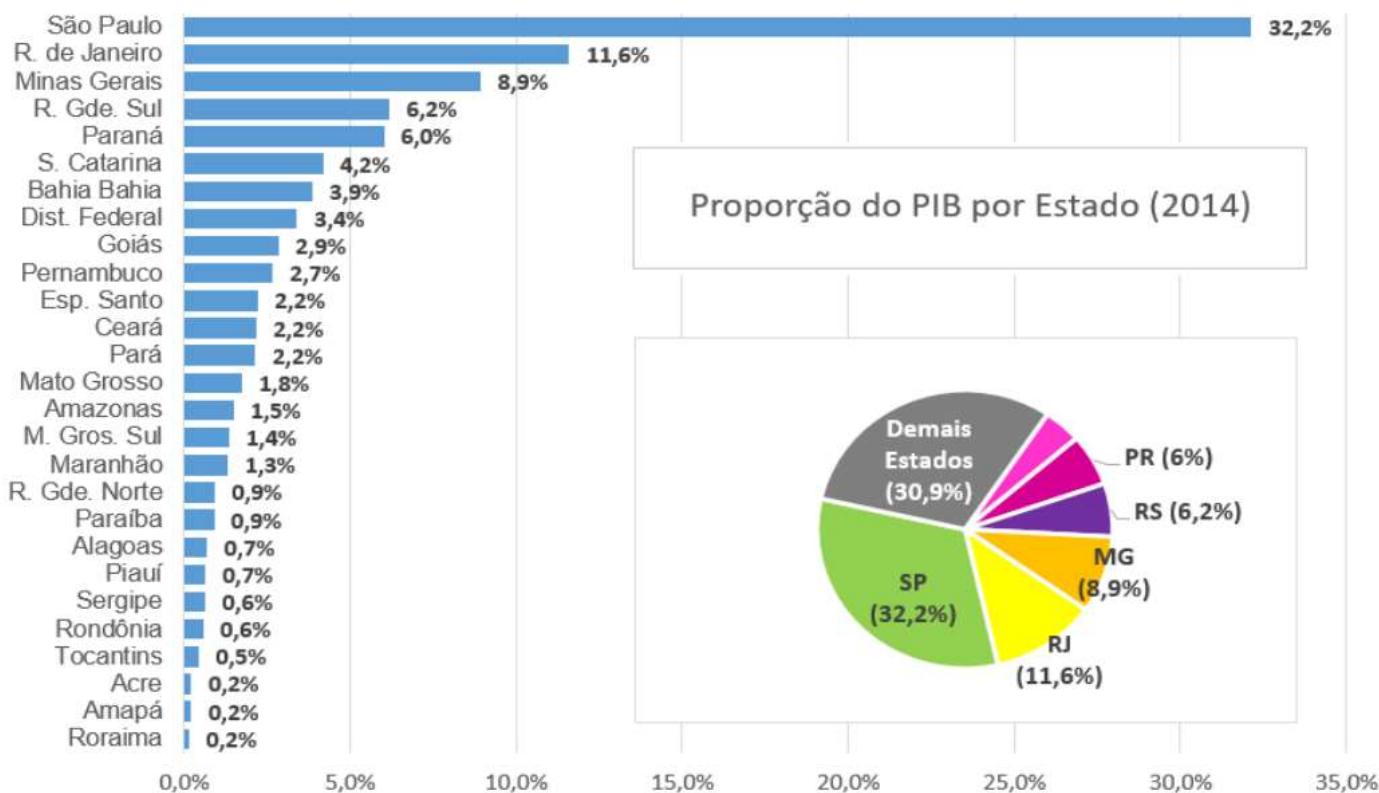
A característica fundamental dessa etapa do desenvolvimento capitalista é a crescente importância do conhecimento. Os produtos e serviços têm um conjunto cada vez maior de conhecimentos a eles agregados, valorizando-os. A fabricação de um televisor ou um automóvel, por exemplo, envolve, além do material e da mão de obra (que é cada vez mais qualificada), uma série de conhecimentos específicos.

Produtos e serviços têm, portanto, uma nova característica: seu crescente teor informacional. Mas o conhecimento também vai se incorporando ao território, constituindo o que o geógrafo Milton Santos chamou de meio técnico-científico-informacional, que aparece predominantemente nos países desenvolvidos e nas regiões mais modernas dos países emergentes, e é a base para os fluxos da globalização.

Disparidades econômicas e regionais no Brasil

A distribuição das riquezas produzidas no território nacional é extremamente desigual: somente os seis estados mais ricos da federação – São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina – respondem por 70% de todo o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Neste caso, os quatro estados do Sudeste concentram quase 55% do total; sendo que São Paulo corresponde a 32,2% do PIB nacional. Vejam no gráfico a seguir:





De forma geral, enquanto as regiões Sudeste e Sul concentram significante parcela da economia nacional, as regiões Norte e Nordeste representam as menores parcelas do Produto Interno Bruto.

Pobreza rural e urbana

A pobreza no Brasil também é mais acentuada nas áreas rurais do que nas áreas urbanas. Cerca de 47% da população extremamente pobre no Brasil encontra-se em áreas rurais, sendo que a população rural representa apenas 15,6% da população total do país. Para cada quatro moradores do campo, um está em situação de extrema pobreza.

A pobreza rural tem características bastante diferentes das da pobreza urbana. No setor primário (agricultura, pecuária, pesca e extrativismo), grande parte da população ativa não tem rendimentos, pois, frequentemente os filhos jovens e as mulheres trabalham como ajudantes da família na própria roça ou nas colheitas das fazendas.

Nas cidades, praticamente toda a população ativa tem rendimentos e, por isso, a linha de pobreza é definida em patamares de rendimento superiores aos do meio rural.

No entanto, o custo de vida nas cidades é mais elevado, pois todos os itens que compõem as necessidades indispensáveis para o indivíduo têm de serem comprados. No campo, em muitos casos, o alimento é produzido nas próprias roças e, de modo geral, os custos com habitação e transportes são reduzidos.

Políticas públicas regionais

Desde o início do século XX, discute-se entre os planejadores e administradores brasileiros a necessidade de desenvolver e integrar as diferentes regiões do país. Como vimos, as desigualdades regionais são acentuadas, e, por isso, a partir da metade do século XX, o Estado brasileiro começou a efetivamente pensar e colocar em prática políticas públicas que servissem a esse fim.

Foram então estabelecidas **políticas de desenvolvimento regional**. Por meio de políticas e de órgãos estatais, o governo federal buscou dinamizar a economia e a integração das regiões.

O **Nordeste** e a **Amazônia** foram as regiões que mais receberam esforços do governo para o desenvolvimento.

Nordeste

Em 1959, no governo de Juscelino Kubitschek, foi criada a **Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)**, como uma autarquia subordinada diretamente à Presidência da República, sob a direção de **Celso Furtado**, um dos mais importantes economistas brasileiros.

Foi o primeiro organismo permanente de planejamento regional criado no Brasil. Sua área de atuação ultrapassa os limites da Região Nordeste, abarcando a região semiárida do norte de Minas Gerais.

A Sudene e seus fundadores acreditavam que o maior problema rural do Nordeste era a concentração da propriedade fundiária. Julgavam também ser necessária a implantação de indústrias modernas, capazes de dinamizar a economia como um todo.

Com o golpe militar, a Sudene deixou de ser uma instituição administrativamente autônoma e foi incorporada ao Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (rebatizado em 1967 de Ministério do Interior).

Nesse novo arranjo, a questão agrária saiu do horizonte da Sudene, que por sua vez conquistou o apoio das oligarquias. **A sua única prioridade passou a ser a industrialização.**

Grandes empresas estatais assumiram a realização de investimentos industriais na região, em especial no setor petroquímico, com destaque para a criação do **Polo Petroquímico de Camaçari**, em 1978. Esse Polo é atualmente um grande complexo industrial nordestino.

O Governo Federal também concedeu financiamentos públicos e incentivos fiscais aos grupos industriais para que implantassem fábricas na região. O setor de bens intermediários, como produtos químicos e metalúrgicos foi o principal beneficiário, pois se acreditava que ele dinamizaria a economia regional.

Com a Sudene, a economia industrial chegou às capitais nordestinas, em especial a Salvador, Recife e Fortaleza. Esses são os mais importantes polos industriais do Nordeste, impulsionados pelo Complexo Industrial de Camaçari, na Bahia, pelo Complexo industrial e portuário de Suape, no Pernambuco, e pelo Distrito de Maracanaú, pertencente à região metropolitana de Fortaleza.

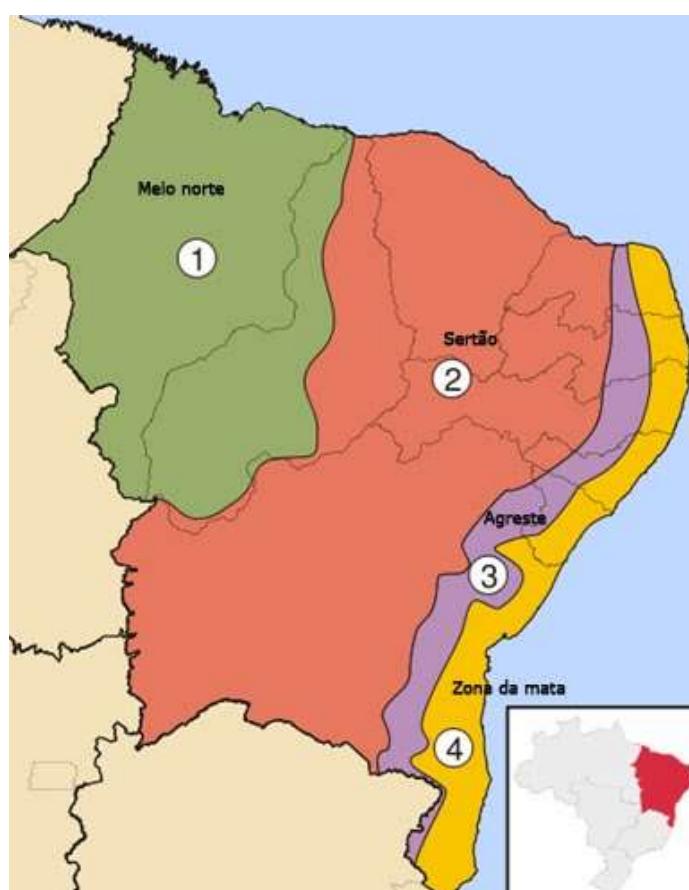


No entanto, hoje sabemos que essas políticas não bastaram para melhorar a qualidade de vida da população regional. O Nordeste brasileiro ainda espera por políticas capazes de gerar crescimento econômico com inclusão social.

As subdivisões do Nordeste

Em razão das diferentes características físicas que apresenta, a Região Nordeste é dividida em quatro sub-regiões: meio-norte, zona da mata, agreste e sertão.

Compreender as peculiaridades das sub-regiões nordestinas é de fundamental importância para a análise das relações sociais ali estabelecidas, que refletem diretamente nas atividades econômicas desenvolvidas, e, portanto, na organização do espaço. Nesse sentido, a divisão em regiões ajuda a orientar as políticas públicas que devem ser projetadas para o desenvolvimento socioeconômico de cada sub-região e proporcionar qualidade de vida para a população.



Meio-norte – é uma faixa de transição entre a Amazônia e o sertão semiárido do Nordeste, é composta pelos estados do Maranhão e oeste do Piauí.

A vegetação natural dessa área é a mata de cocais, carnaúbas e babaçus, em sua maioria. Apresenta índices pluviométricos maiores a oeste.

É uma região economicamente pouco desenvolvida, prevalece o extrativismo vegetal, praticado na mata de cocais remanescente (babaçu), agricultura tradicional de algodão, cana de açúcar e arroz, além da pecuária extensiva.



Sertão – é uma extensa área de clima semiárido, conhecido como “Polígono das Secas”. Compreende o centro da Região Nordeste, está presente em quase todos os estados. Os índices de pluviosidade são baixos e irregulares, com a ocorrência periódica de secas.

A vegetação típica é a caatinga. A bacia do rio São Francisco é a maior da região e a única fonte de água perene para as populações que habitam suas margens, é aproveitado também para irrigação e fonte de energia através de hidrelétricas como a de Sobradinho (BA).

Essa sub-região nordestina possui o menor índice demográfico da região. As maiores concentrações populacionais estão nos vales dos rios Cariri e São Francisco.

A principal atividade econômica é a pecuária extensiva e de corte. Outras atividades desenvolvidas no Sertão são: cultivo irrigado de frutas, flores, cana de açúcar, milho, feijão, algodão de fibra longa (no Vale do Cariri, Ceará), extração de sal (litoral cearense e potiguar) e o turismo nas cidades litorâneas. A indústria baseia-se no polo têxtil e de confecções.

Agreste – corresponde à área de transição entre o sertão semiárido e a zona da mata, úmida e cheia de brejos. Essa sub-região é composta por porções territoriais do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe e da Bahia.

A principal atividade econômica nos trechos mais secos do agreste é a pecuária extensiva; nos trechos mais úmidos é a agricultura de subsistência e a pecuária leiteira. Predominam as pequenas e médias propriedades com o cultivo do algodão, do café e do sisal (planta da qual se extrai uma fibra utilizada para fabricar tapetes, bolsas, cordas, etc.). Outro elemento de destaque na economia local é o turismo, com a realização de festas que atraem multidões, como, por exemplo, as festas juninas.

Zona da Mata – também conhecida como Litoral Continental, essa sub-região compreende uma faixa litorânea de até 200 quilômetros de largura que se estende do Rio Grande do Norte ao sul da Bahia.

Apresenta a maior concentração populacional do Nordeste e é a sub-região mais urbanizada. O clima é tropical úmido e o solo é fértil em razão da regularidade de chuvas. A vegetação natural é a mata Atlântica.

O cultivo da cana de açúcar é a principal atividade econômica praticada na Zona da Mata. Outras atividades econômicas desenvolvidas são: extração de petróleo, o cultivo de cacau, café, frutas, fumo, lavoura de subsistência, produção de sal marinho - principalmente no Rio Grande do Norte -, além da atividade turística que atraí milhões de visitantes para as belas praias nordestinas. Além disso, a atividade industrial é bastante desenvolvida nessa região.

Amazônia

Na década de 1940, o governo de Getúlio Vargas tomou iniciativas para integrar efetivamente a Amazônia ao território brasileiro. A integração dessa região era uma das prioridades de seu governo.

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, foram assinados acordos de fornecimento de borracha da região aos Estados Unidos. Milhares de trabalhadores foram mobilizados e seguiram para os seringais.



Getúlio Vargas também criou a **Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)**, em 1953. A lei que criou a SPVEA definiu a **Amazônia Brasileira**, que correspondia à porção da Amazônia Internacional localizada em território brasileiro.

A construção de Brasília e a abertura da estrada Belém-Brasília impulsionaram a integração amazônica. A rodovia, construída com apoio da SPVEA, estabeleceu a primeira ligação terrestre entre a Amazônia Oriental, a recém criada capital federal e a malha rodoviária do Centro-Sul.

Com o governo militar na década de 60, a SPVEA se transformou na **Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)**. A lei que criou a Sudam também redefiniu a Amazônia Brasileira, que passou a se denominar **Amazônia Legal**, área de planejamento com superfície de cerca de 60% do território brasileiro.



No governo militar, a ocupação da Amazônia era vista sob um aspecto estratégico, como um espaço de fronteira em três sentidos:

Fronteira geopolítica: espaço de afirmação do poder nacional em áreas de “fronteira morta” (faixa de limites internacionais pouco povoada sujeita a pressões de Estados estrangeiros e de facções criminosas ligadas ao narcotráfico, ao contrabando e ao comércio ilegal de armas). Sua ocupação efetiva permitiria o exercício do poder nacional nas faixas de fronteiras.

Fronteira demográfica: área de atração de fluxos migratórios e válvula de escape de tensões sociais no campo. A Amazônia era um grande vazio, que poderia receber os excedentes populacionais do Centro-Sul e, principalmente do Nordeste, diminuindo as pressões pela reforma agrária.

Fronteira econômica: área de implantação de grandes projetos florestais, minerais e industriais com produção destinada à exportação, além de projetos agropecuários baseados na grande propriedade. Os recursos naturais da Amazônia e os incentivos financeiros do Banco da Amazônia seriam os fundamentos da valorização econômica regional.

Pouco tempo depois da sua criação, a Sudam abandonou os projetos de colonização baseados em pequenas propriedades e passou a aprovar somente projetos em glebas gigantes, de no mínimo, 25 mil hectares. Ou seja, o governo estimulou a implantação de grandes projetos agropecuários na região. Vários latifúndios se consolidaram, e o desmatamento se intensificou.

O **Código de Mineração**, aprovado em 1967, retirou o direito de preferência da exploração mineral do proprietário da terra, tornando ilegal os pequenos garimpos. Isso favoreceu as grandes mineradoras, responsáveis por grandes projetos de exploração dos minérios amazônicos. Os principais projetos foram:

Projeto Jari: Implantado em 1967, ocupava 1,6 milhão de hectares no Amapá. Consistia em integrar as atividades florestais, agrícolas, minerais e industriais. Foi vendido para um consórcio de grupos empresariais nacionais na década de 1980, devido a dificuldades financeiras.

Serra do Navio: Baseado em exploração de manganês na Serra do Navio, no centro do Amapá, esse consórcio transnacional também construiu a Estrada de Ferro Amapá para o escoamento e o porto de Santana para a exportação. Em 1998, todo o manganês de maior teor de pureza já havia sido extraído e exportado. Em 2003, devido aos altos custos e a queda dos preços no mercado internacional, as atividades se encerraram.

A contaminação das águas com os rejeitos altamente tóxicos da mineração foi um sério problema herdado para a população do Amapá.

Carajás: A província Mineral de Carajás, no sudeste do Pará, contém as maiores reservas de ferro do mundo, além de outros minerais importantes. Em 1980, sob controle da Companhia Vale do Rio Doce, foi lançado o Programa Grande Carajás (PGC)

O PGC alterou drasticamente a organização do espaço e a economia do leste do Pará ao oeste do Maranhão. Grandes obras de infraestrutura, como a Estrada de Ferro Carajás, o Porto de Itaqui em São Luís, e a hidrelétrica de Tucuruí, atraíram milhares de migrantes e geraram diversos núcleos urbanos.

Muitas indústrias, em especial as de transformação mineral se instalaram em Belém e seus arredores, sendo hoje uma das maiores zonas industriais da Região Norte.

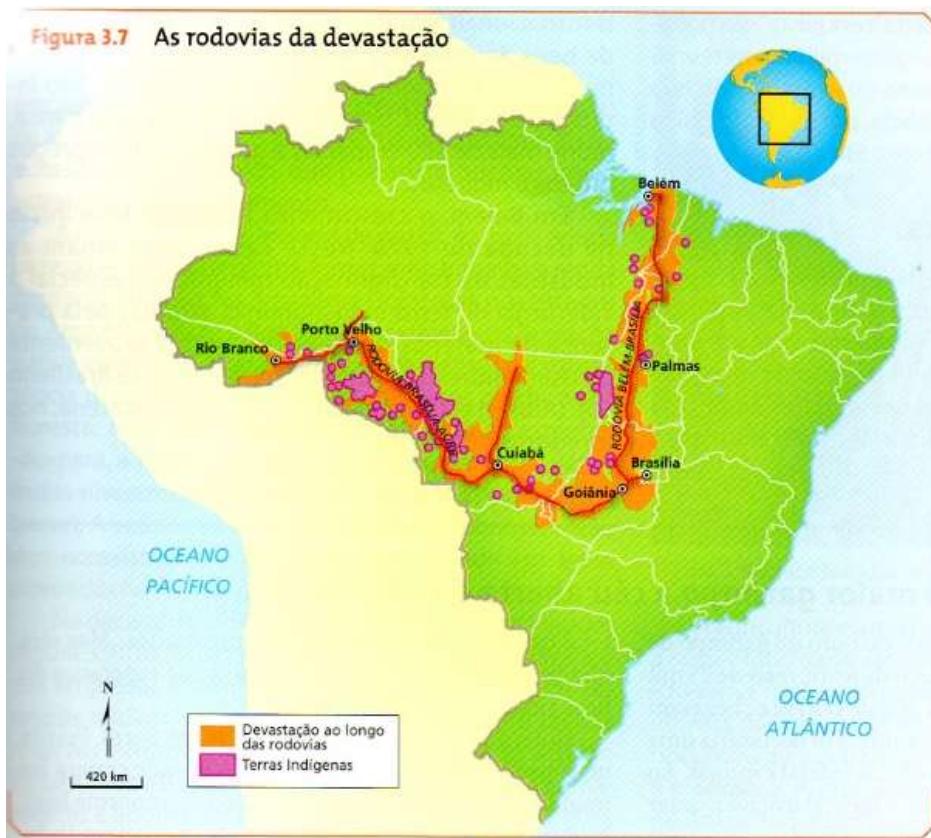
Mas, o grande polo industrial da Região Norte está em Manaus. A criação da zona franca, em 1967, através da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) transformou a região.

A isenção de impostos para a importação de máquinas e matérias-primas atraiu indústrias transnacionais e nacionais. Atualmente, o Polo Industrial de Manaus reúne mais de 500 empresas e gera 500 mil empregos diretos e indiretos.



A herança do planejamento do regime militar pesa fortemente sobre a região. A maior parte dos projetos minerais e agropecuários incentivados pela Sudam foi implantada nas margens das estradas, que viraram corredores de desflorestamento.

Além disso, as áreas cortadas por elas, valorizadas, tornaram-se cenários de conflitos entre ocupantes, fazendeiros e madeireiros pela posse da terra.



Apesar dos impactos ambientais decorrentes do desenvolvimento amazônico, existem diversos exemplos de atividades extractivas e agropecuárias sustentáveis no ecossistema amazônico, que poderiam orientar novas estratégias de planejamento.

A coleta florestal, ao lado da pesca, é a mais antiga base da economia regional. A extração da borracha nativa é um dos fundamentos da subsistência das populações ribeirinhas. Outros importantes produtos da floresta coletados tradicionalmente são a castanha-do-pará, a malva, o urucu, o guaraná, o cacau, e várias frutas silvestres, como o açaí. A economia extractiva assegurou a conservação dos ecossistemas e da sua biodiversidade em áreas povoadas há muitas gerações.



O incentivo ao extrativismo tem sentido social e ambiental, mas também pode proporcionar vantagens econômicas. Os produtos da floresta têm encontrado novas e sofisticadas aplicações na indústria farmacêutica e de alimentos.

A agricultura e a pecuária também podem ser sustentáveis. A produção da pimenta-do-reino, na Zona Bragantina do Pará, revitalizou-se nas últimas décadas, após a substituição do sistema de monocultura pelo cultivo intercalado com frutíferas, cereais e mandioca.

A juta, introduzida nas áreas de Parintins, no Amazonas, e Santarém, no Pará, adaptou-se aos solos das várzeas alagadas no vale amazônico. O guaraná, o urucu, a malva e diversas outras frutas nativas, que eram produtos exclusivamente da coleta, passaram a ser cultivados com sucesso.

A criação de búfalos no arquipélago de Marajó contrasta com a pecuária bovina extensiva implantada de forma predatória no sul e no leste do Pará. A pecuária bubalina, que produz carne, leite, e queijo, adaptou-se aos campos alagados marajoaras e, mais tarde, expandiu-se para as pastagens naturais das várzeas de inundação do rio Amazonas, no Pará.



CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS CINCO MACRORREGIÕES

Pessoal, nesse tópico vamos fazer uma breve análise das cinco regiões brasileiras, retomando conteúdos estudados em outras aulas para que façamos uma análise geral de cada região.

Região Centro-Oeste

Formada pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e pelo Distrito Federal, a região localiza-se no extenso Planalto Central. Seu relevo se caracteriza por terrenos antigos e aplaniados pela erosão, que originaram chapadões. O território também abriga a planície do Pantanal Mato-Grossense, cortada pelo rio Paraguai e sujeita a cheias durante parte do ano. O clima do Centro-Oeste é tropical semiúmido e úmido, com chuvas de verão. A vegetação é de cerrado nos planaltos. No Pantanal, considerado patrimônio da humanidade pela Unesco, os campos cerrados dividem o espaço com a floresta, que se torna mais fechada e úmida no norte do Mato Grosso.

População

Ainda no Brasil colônia, o povoamento do Centro-Oeste resulta de dois movimentos migratórios. Um vem do Sul e do Sudeste, em virtude do transporte de gado às fazendas que ali começaram a se instalar e da ação dos bandeirantes paulistas. O outro movimento vem do Nordeste, também ligado ao comércio de gado, que acaba criando, e fortalecendo, os primeiros povoados da região. No século XX, as maiores ondas migratórias vêm do Nordeste e ocorrem a partir dos anos 1950, com a construção da nova capital federal, Brasília. Segundo o IBGE, atualmente o Centro-Oeste é a região do país que proporcionalmente mais recebe imigrantes.

Em relação às cinco regiões, o Centro-Oeste é a que apresenta a menor população e é a segunda região com maior taxa de urbanização.

Economia

O crescimento econômico da região deve-se, sobretudo, ao bom desempenho do setor agropecuário. Com cerca de 70 milhões de cabeças de gado, o rebanho bovino do Centro-Oeste é o maior do país. Na agricultura, os produtos mais importantes são o algodão, o milho e, principalmente, a soja, cuja colheita responde por quase metade da produção nacional. Entre os recursos minerais que mais se destacam estão calcário, cobre, níquel e manganês. Por outro lado, a região enfrenta o desafio de aliar o crescimento econômico com a preservação ambiental. A adaptação da soja ao solo do cerrado devastou grande parte da vegetação local, e a cultura do grão avança para o norte de Mato Grosso, rumo à Floresta Amazônica.



Região Nordeste

Formada por nove estados – Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Bahia –, a maior parte da região é constituída por extensos planaltos, antigos e aplaniados pela erosão. Os climas predominantes são o tropical e o semiárido, com grande parte do território coberta pela caatinga. O Nordeste reúne os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, com altas taxas de mortalidade infantil e analfabetismo.

População

A história nordestina é marcada pelos movimentos migratórios. No fim do século XIX, o ciclo da borracha na Amazônia deu início à migração dos nordestinos, que aumentou no século XX para o Sudeste, com a industrialização, e para o Centro-Oeste, com a construção de Brasília. Além da atração econômica de outras regiões, os fluxos migratórios são motivados pelos períodos de seca.

Em relação às cinco regiões, o Nordeste é apresenta a segunda maior população e é a região com a menor taxa de urbanização.

Economia

Nos últimos anos, a economia nordestina vem apresentando crescimento. Com a guerra fiscal (concessão de benefícios fiscais pelos governos estaduais com o objetivo de atrair empresas), uma série de indústrias se instalou nos estados nordestinos para fugir da carga tributária mais pesada no Sul e no Sudeste. Além disso, a região é a segunda produtora de petróleo do país – lá funciona um dos polos petroquímicos mais importantes: o de Camaçari (BA).

Apesar dos longos períodos de seca, a pecuária e a agricultura vêm ganhando destaque. A boa adaptação das cabras ao clima local faz com que o Nordeste tenha o maior rebanho do país. A cana-de-açúcar é o produto agrícola de destaque, mas as lavouras irrigadas de frutas tropicais têm crescido em importância na produção nacional. Outro setor relevante na economia nordestina é o turismo.

Região Sudeste

Formada por quatro estados – Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro –, a região situa-se na parte mais elevada do Planalto Atlântico, onde estão as serras da Mantiqueira, do Mar e do Espinhaço. Os climas predominantes são tropical úmido, semiúmido e de altitude. A mata tropical nativa foi praticamente devastada durante o povoamento. O relevo planáltico do Sudeste confere grande potencial hidrelétrico à região. Em Minas Gerais ocorre o encontro da nascente de duas importantes bacias hidrográficas: a do rio Paraná, que se forma próximo à região conhecida como Triângulo Mineiro, e a do rio São Francisco, que nasce na serra da Canastra.



População

A região Sudeste é a que concentra a maior população do país, com mais de 40% do total brasileiro. É também a que tem a maior densidade demográfica e o mais alto índice de urbanização. Abriga as duas mais importantes metrópoles nacionais – São Paulo e Rio de Janeiro. Com Belo Horizonte, as três formam as maiores regiões metropolitanas do país, reunindo 20% da população. Se, por um lado, o Sudeste responde pela maior parcela da riqueza do Brasil, por outro é a região que mais sofre com o desemprego e o crescimento da violência. Ainda assim, seus indicadores sociais estão entre os melhores do país.

Economia

O Sudeste responde por mais da metade do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Com as maiores montadoras e siderúrgicas do país, a região possui uma produção industrial de ponta. Os serviços e o comércio são os principais ramos de atividade. Além disso, a faixa litorânea da região abriga a maior parte das jazidas de petróleo do país, como a Bacia de Santos (SP) e a Bacia de Campos (RJ) – esta última responde por cerca de 80% da produção nacional.

Região Norte

Formada por sete estados (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), a região é banhada pelos grandes rios das bacias Amazônica e do Tocantins. Em todo o Norte predomina o clima equatorial. A Floresta Amazônica, a vegetação mais abundante, é uma das áreas de maior biodiversidade do planeta. Esse patrimônio, contudo, está ameaçado pelo desmatamento.

População

A maior concentração de índios no Brasil está no Norte e, segundo o IBGE. Amazonas, Pará e Roraima são os estados com a maior concentração indígena. No decorrer das décadas, os estados do Norte também receberam grandes levas de imigrantes de outras regiões, sobretudo do Nordeste.

Em relação às cinco regiões, o Norte é a que apresenta a segunda menor população, na frente apenas do Centro-Oeste, e é a segunda região com menor taxa de urbanização, atrás apenas do Nordeste.

Economia

Além do intenso extrativismo vegetal, de produtos como látex e madeira, a região é rica em minérios. Lá estão a Serra dos Carajás (PA), a mais importante área de mineração do país, rica em manganês, ferro e ouro, e a serra do Navio (AP).

A economia foi bastante beneficiada com a instalação, no fim da década de 1960, da Zona Franca de Manaus, baseada em políticas de incentivo fiscal. Com quase 600 indústrias, o Polo Industrial de Manaus responde por cerca de metade do PIB do Amazonas. Os principais setores do polo são o eletroeletrônico, de informática, motos e bicicletas, químico e de refrigerante.



Nos últimos anos, contudo, o crescimento econômico tem ocorrido à custa de atividades de grande impacto ambiental: o aumento da pecuária extensiva – um terço do rebanho do país está na Amazônia –, o avanço da agricultura, sobretudo das lavouras de soja e, por fim, a extração de madeira.

Região Sul

Formada por três estados – Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, a região vive sob influência do clima subtropical, responsável pelas temperaturas mais baixas registradas no Brasil durante o inverno. A vegetação acompanha a variação da temperatura: nos locais mais frios predominam as matas de araucárias (pinhais) – que estão reduzidas a apenas 2% da área original – e, nos pampas, os campos de gramíneas.

População

A região é marcada pela chegada dos imigrantes europeus, a partir da primeira metade do século XIX, que contribuíram para o desenvolvimento da economia, baseada na pequena propriedade rural de policultura. Apresenta os melhores indicadores de mortalidade infantil, educação e saúde do país.

Em relação às cinco regiões, o Sul é a que apresenta a terceira maior população e a terceira maior taxa de urbanização.

Economia

O setor de serviços responde pela maior parte das riquezas da região. Depois vem a indústria – com destaque para os setores metalúrgico, automobilístico e têxtil. A agropecuária também é importante: o Sul detém cerca de metade da produção nacional de grãos e, nos pampas gaúchos, a principal atividade é a criação de rebanhos bovinos. Existe, ainda, grande potencial hidrelétrico, com destaque para a Usina de Itaipu, localizada no rio Paraná, na fronteira do Brasil, no estado do Paraná, com o Paraguai.



QUESTÕES COMENTADAS – FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL – FGV

1. (FGV/CBM-AM/2022) Sobre a construção diplomática do território brasileiro, relate os tratados listados a seguir às tratativas correspondentes.

1. Tratado de Madri (1750)

2. Tratado de Santo Ildefonso (1777)

3. Tratado de Petrópolis (1903)

() Permitiu à Bolívia usar os rios brasileiros para alcançar o oceano Atlântico e estabeleceu que a região do Acre fosse incorporada ao Brasil.

() Devolveu a Portugal a ilha de Santa Catarina, ficando com a Espanha a Colônia de Sacramento e a região dos Sete Povos das Missões.

() Redefiniu as fronteiras entre as Américas Portuguesa e Espanhola: Portugal obteve o controle da maior parte da bacia Amazônica, enquanto a Espanha a maior parte da bacia do Prata.

Assinale a opção que indica a correspondência correta, de cima para baixo.

A) 1, 2 e 3.

B) 2, 3 e 1.

C) 1, 3 e 2.

D) 3, 2 e 1.

E) 2, 1 e 3.

COMENTÁRIOS:

1- O Tratado de Madri foi assinado entre Portugal e Espanha para resolver as disputas territoriais entre as duas nações na América. Por meio desse tratado, os dois países aceitaram o princípio do *uti possidetis*, segundo o qual cada nação conservaria as terras que já tivessem efetivamente ocupado. Dessa forma, Portugal, que havia se expandido para muito além da área de ocupação estabelecida previamente pelo Tratado de Tordesilhas, “ganhou” muitos territórios.

Um esboço do que constituem as atuais fronteiras brasileiras foi definido através do Tratado de Madri. Com ele, Portugal obteve grande parte da bacia Amazônica, por onde se expandiu através dos cursos d’água. Dessa forma, a alternativa que corresponde ao Tratado de Madri é a terceira alternativa.



Segundo o Tratado de Madri, Portugal deveria também entregar à Espanha a Colônia do Santíssimo Sacramento e, em troca, receberia a região ocupada pelos Sete Povos das Missões, no atual Rio Grande do Sul. Porém, esse acordo não foi cumprido.

2- O Tratado de Santo Ildefonso foi assinado poucos anos após o Tratado de Madri. Esse tratado teve como principal ponto a posse definitiva da Colônia de Sacramento pelos espanhóis. Em troca, deveriam devolver aos portugueses o controle dos Sete Povos das Missões, o que não ocorreu nesse momento, mas posteriormente, em 1801, com o Tratado de Badajós.

Na prática, o Tratado de Santo Ildefonso correspondeu a um segundo momento do Tratado de Madri.

3- A incorporação do território do Acre ao Brasil ocorreu por meio do **Tratado de Petrópolis**, que pertencia à Bolívia. O Brasil comprou o território junto à Bolívia e se comprometeu a construir a ferrovia Madeira-Mamoré, além de permitir que a Bolívia usasse os rios brasileiros para alcançar o oceano Atlântico.

Gabarito: D

2. (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO EM INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) “(...) De outro lado, o número de gaúchos que, a partir de 1940, passaram a habitar outras unidades da Federação, também cresceu. A emigração no Estado aumentou significativamente até os anos 70, tendo como destinos preferenciais Santa Catarina e Paraná. Nas décadas seguintes o fluxo de gaúchos teve como destino predominante a região Centro-Oeste. Em 2010 o Censo identificou 1.066.500 gaúchos residindo em outros estados brasileiros.”

Fonte: Atlas Socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br>

O Centro-Oeste recebeu um contingente significativo de migrantes do Rio Grande do Sul, sobretudo a partir da década de 1980, em função:

- (A) do extrativismo da erva-mate;
- (B) da proliferação dos tecnopolos;
- (C) da expansão da fronteira agrícola;
- (D) da polarização das metrópoles;
- (E) do crescimento da silvicultura.

COMENTÁRIOS:

Desde a “Marcha para o Oeste”, no Governo Vargas, que o Centro-Oeste é área de expansão da fronteira agrícola. Recebeu um significativo contingente de migrantes do Rio Grande do Sul, a partir da década de 1980. Até hoje, migrantes gaúchos continuam a chegar ao Centro-Oeste. A região recebe migrantes de todas as regiões do Brasil pela sua ainda condição de fronteira agrícola e de polo dinâmico do agronegócio no Brasil.

Gabarito: C



3. (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO EM INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) A Carta Constitucional de 1988 define as terras indígenas como as “terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”.

Nas disposições Constitucionais Transitórias, fixou-se em cinco anos o prazo para que todas as Terras Indígenas no país fossem demarcadas. Contudo, isso não ocorreu, e as Terras Indígenas no Brasil se encontram em diferentes situações jurídicas.

Adaptado de: Instituto Socioambiental. Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: pib.socioambiental.org

A Constituição Federal de 1988 estabelece a natureza originária dos direitos dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam e reconhece a eles:

- (A) o domínio provisório dessas terras e sua transmissão por doação ou herança aos descendentes;
- (B) a utilização compartilhada dessas terras com os ocupantes não-índios e a autorização para arrendá-las;
- (C) a propriedade vitalícia dessas terras e o direito de vendê-las após a conclusão do processo de demarcação;
- (D) a posse permanente dessas terras e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e das lagoas nelas existentes;
- (E) o uso transitório dessas terras e seu aproveitamento até que sejam incorporadas ao patrimônio fundiário da União.

COMENTÁRIOS:

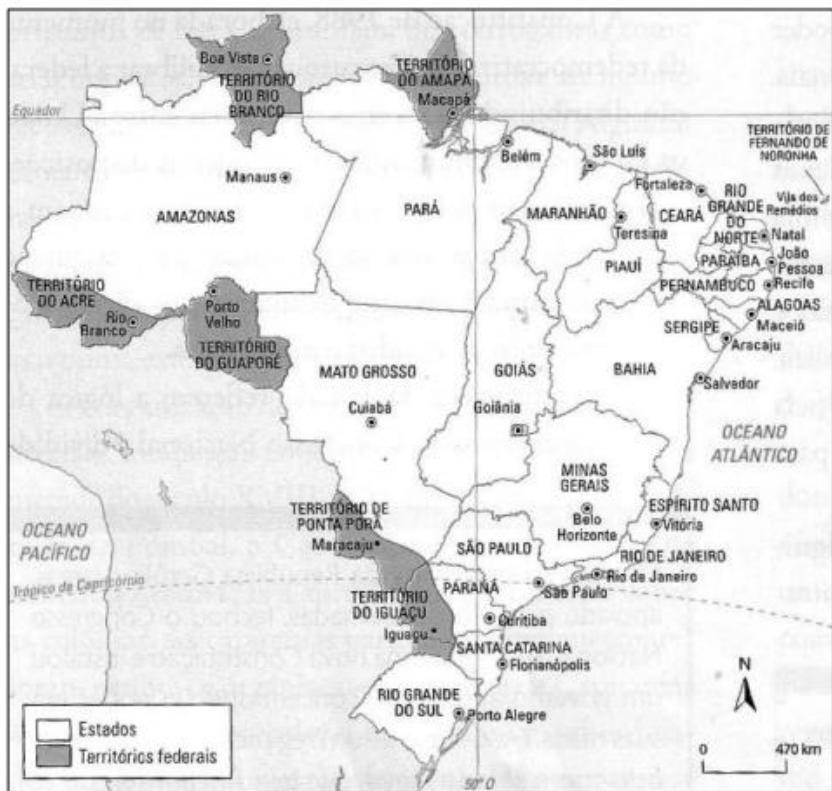
Dispõe o art. 231, § 2º, da Constituição Federal, que “As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes”.

Gabarito: D

4. (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) Com a Proclamação da República, em 1889, as antigas províncias brasileiras passaram à categoria de estados da federação. Ao longo do século XX, novas unidades político-administrativas foram criadas a partir do desmembramento de alguns estados, principalmente na Região Norte. Em 1903, o atual estado do Acre foi anexado ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis como Território Federal, uma unidade político-administrativa gerida diretamente pelo poder central.

Em 1943, foram criados outros cinco Territórios Federais, como mostra o mapa abaixo:





Fonte: MAGNOLI, Demétrio. Geografia para o ensino médio. São Paulo: Atual, 2008, p. 178.

A lógica que orientou a criação dos territórios federais, na década de 1940 foi:

- (A) a expansão dos limites do território nacional e o controle efetivo de áreas conflagradas por movimentos de secessão;
 - (B) o aumento da presença do governo central em áreas pouco povoadas e consideradas vulneráveis às ameaças externas;
 - (C) o atendimento às demandas políticas das elites locais e o estímulo à formação das cadeias produtivas transfronteiriças;
 - (D) a consolidação da soberania nacional em áreas densamente povoadas e de litígio territorial com países vizinhos;
 - (E) o incentivo à descentralização do poder executivo e o aumento da autonomia administrativa das áreas remotas.

COMENTÁRIOS:

Letra A, incorreta. Na década de 1940, os limites do território nacional estavam definidos, não havia nenhuma ação para o alargamento das fronteiras brasileiras. Também não havia, no Brasil, nenhum movimento de secessão, ou seja, nenhum movimento separatista.

Letra B, correta. Em plena segunda década do século XXI, Amapá, Roraima, Acre e Rondônia são áreas pouco povoadas. Quem dirá, na década de 1940. A Região Norte continua pouco povoada, com grandes vazios

demográficos. Na década de 1940, a parte oeste dos atuais Estados de Santa Catarina e Paraná e sudoeste do Mato Grosso eram pouco povoadas. São as áreas dos antigos territórios de Iguaçu e Ponta Porã. Copia-se trecho do livro “Geografia para o ensino médio”, de Demétrio Magnoli, utilizado para a elaboração da questão: *Os territórios federais, ao contrário dos estados, não dispunham de autonomia política. Situados em faixas de fronteiras pouco povoadas, eles deveriam fornecer a moldura política para a presença do governo central e das forças armadas nessas áreas vulneráveis.*

Letra C, incorreta. Os territórios federais citados não foram criados com o objetivo de atender demandas políticas das elites locais e de estimular a formação das cadeias produtivas transfronteiriças. Foram criados com o objetivo de aumentar a presença do governo central em áreas pouco povoadas e consideradas vulneráveis às ameaças externas.

Letra D, incorreta. Não eram áreas densamente povoadas, mas pouco povoadas e não eram objeto de litígio territorial com países vizinhos.

Letra E, incorreta. Com a criação dos territórios federais, o Governo Federal retirou áreas do território que estavam sob gestão dos estados. Territórios são autarquias territoriais administradas pelo Governo Federal. Houve uma centralização. Descentralização seria se essas áreas continuassem sob a gestão dos estados federados.

Gabarito: B

5. (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) No século XVII, a criação de gado desempenhou um papel importante na ocupação do atual território brasileiro e de suporte às atividades econômicas. Além de fornecer carne seca aos núcleos litorâneos, a pecuária:

- (A) expandiu os minifúndios com a criação intensiva para a exportação e favoreceu a interiorização da ocupação;
- (B) consolidou a estrutura econômica das regiões litorâneas e dificultou a integração inter-regional;
- (C) possibilitou a exploração do ouro e apoiou a expansão da fruticultura irrigada no semiárido nordestino;
- (D) favoreceu a criação de vilas e cidades no interior e consolidou a expansão da cafeicultura no oeste paulista;
- (E) forneceu animais de tração para os moinhos dos engenhos e se interiorizou ao longo do vale do rio São Francisco.

COMENTÁRIOS:

(A) Incorreta. A pecuária não expandiu os minifúndios (pequenas propriedades rurais). A realidade agrária não era de minifúndios, mas de latifúndios. A criação de gado se dava em grandes fazendas, ou seja, em latifúndios.

(B) Incorreta. A pecuária era uma atividade de apoio às regiões litorâneas, fornecia carne seca, couro e animais de tração. Não teve este papel de consolidar a estrutura econômica dessas regiões. Como a criação de animais se interiorizou ela colaborou para a integração inter-regional, não a dificultou. Exemplo: Criação



de animais no sul do Brasil para atender a necessidades das Minas Geraes. Conectou, estabeleceu uma relação entre essas regiões.

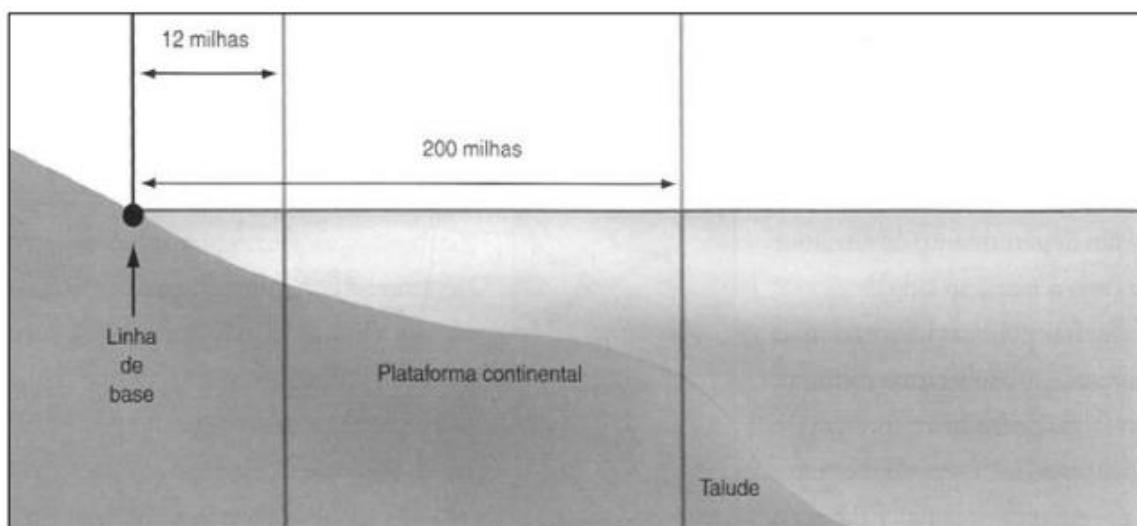
(C) Incorreta. Sim, foi uma atividade de apoio a exploração do ouro. Mas fruticultura irrigada no semiárido no século XVII? Claro que não. A fruticultura irrigada é uma atividade econômica de décadas recente no semiárido.

(D) Incorreta. Ela favoreceu a criação de vilas no interior. Vejam que o caput da questão se refere ao século XVII. O café chegou ao oeste paulista somente no século XIX.

(E) Correta. A pecuária fornecia carne seca, couro e animais indispensáveis para girar os moinhos dos engenhos. Os pecuaristas saíram do litoral e avançaram para o interior do Brasil. Uma das áreas colonizadas foi o vale do rio São Francisco.

Gabarito: E

6. (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) Observe a figura abaixo:



Adaptado de: MAGNOLI, Demétrio. Geografia para o ensino médio. São Paulo: Atual, 2008, p. 182.

Em 4 de janeiro de 1993, o Governo brasileiro sancionou a Lei nº 8.617, que tornou os limites marítimos brasileiros coincidentes com os limites preconizados pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) em 1982.

De acordo com a legislação brasileira, a faixa de 12 milhas marítimas e a faixa que se estende das doze às duzentas milhas marítimas, indicadas na figura acima, são denominadas, respectivamente:

- (A) território nacional estendido e alto mar;
- (B) zona franca internacional e região do pré-sal;
- (C) território nacional contíguo e Amazônia azul;



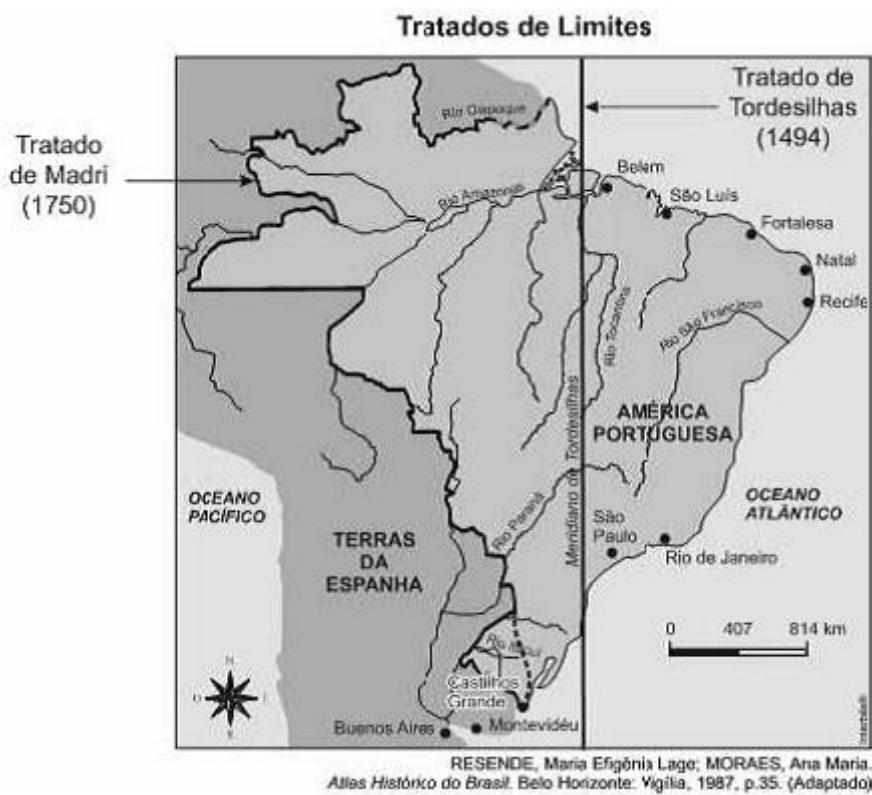
- (D) mar territorial e zona econômica exclusiva;
(E) mar de soberania nacional e zona abissal.

COMENTÁRIOS:

Até 12 milhas marítimas temos o mar territorial. Na faixa que se estende de 12 a 24 milhas, temos a zona contígua e, na faixa de 24 a 200 milhas, a zona econômica exclusiva. Percebam que a questão não citou a zona contígua, mas as demais alternativas são claramente incorretas, não deixando dúvidas sobre a alternativa correta.

Gabarito: D

- 7. (FGV/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA MT/2013 – NÍVEL SUPERIOR) Analise o mapa a seguir.**



Assinale a alternativa que descreve corretamente a consolidação do território português na América, de acordo com os tratados assinalados no mapa acima.

- (A) A atual região de Mato Grosso passou a pertencer à Espanha a partir de 1750.
 - (B) A assinatura do Tratado de Madri foi fruto do avanço da colonização portuguesa para o Oeste.
 - (C) O Tratado de Madri foi pré-condição para o início das expedições dos bandeirantes paulistas.
 - (D) A expansão lusa em 1750 permitiu a exploração da nova região do Acre, até então da Bolívia.

(E) A Coroa portuguesa se beneficiou com o Tratado de 1750, obtendo a posse da Colônia de Sacramento.

COMENTÁRIOS:

(A) **Incorreta.** A partir do Tratado de Madri, em 1750, a atual região de Mato Grosso passou a pertencer a Portugal.

(B) **Correta.** A assinatura do Tratado de Madri foi fruto do avanço da colonização portuguesa para o Oeste. Naquele período, Portugal já havia expandido a colonização para o extremo oeste do Brasil. E, pelo princípio do *uti possidetis*, utilizado no tratado, as terras do atual Mato Grosso passaram a pertencer à Coroa portuguesa.

(C) **Incorreta.** O Tratado de Madri foi assinado em 1750, no século XVIII. Muito antes, no século XVI, as expedições dos bandeirantes paulistas já penetravam no território de Mato Grosso.

(D) **Incorreta.** Verifique o mapa acima e veja que, pelos limites do Tratado de Madri, o Acre não passou a pertencer ao Brasil, continuou fazendo parte da Bolívia.

(E) **Incorreta.** Pelo Tratado de Madri, a Coroa portuguesa cedeu a posse da Colônia de Sacramento (atual Uruguai) para a Coroa espanhola.

Gabarito: B



QUESTÕES COMENTADAS – FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL – CEBRASPE

1. (CESPE/IPHAN/2018 - ANALISTA) Julgue o item a seguir, com relação aos traços gerais da organização e da formação do espaço geográfico brasileiro na época da incorporação do Brasil ao império português.

A produção gerada na colônia estava organizada de forma a atender as necessidades do mercado interno e estimular o desenvolvimento da colônia.

COMENTÁRIOS:

No período colonial, o Brasil era um território administrado por Portugal, que explorava os recursos naturais existentes com o objetivo de obter vultosos lucros para seu país. Os produtos explorados possuíam excelente valor no mercado internacional, a exemplo do açúcar, do pau-brasil e do ouro.

Dessa maneira, a produção gerada na colônia estava organizada de forma a atender as necessidades do mercado **externo** e estimular o desenvolvimento da **metrópole**. Portugal não tinha nenhuma preocupação de desenvolver a colônia.

Gabarito: Errado

2. (CESPE/CBM-AL/2017 - OFICIAL) Julgue o próximo item, acerca da formação territorial e de questões ambientais brasileiras.

O mapa a seguir representa o traçado da linha de Tordesilhas, resultante do tratado que estabeleceu os limites da ocupação espanhola e portuguesa nas Américas e foi a referência inicial para a configuração do território brasileiro, completada ainda ao tempo do Império com a anexação do território do Acre.





Fonte: IBGE

COMENTÁRIOS:

O Acre só foi anexado ao território brasileiro em 1903, por meio do Tratado de Petrópolis. O Brasil não era mais um Império, já era uma República. A atual configuração do território brasileiro só foi completada no Brasil República.

Gabarito: Errado

3. (CESPE/IRB/2016 - DIPLOMATA) Acerca da formação territorial brasileira, julgue o item a seguir.

Nos três primeiros séculos de colonização portuguesa no Brasil, a produção no território brasileiro era fundada na criação de um meio técnico mais dependente do trabalho direto e concreto do homem do que da incorporação de capital à natureza.

COMENTÁRIOS:

O conceito de meio técnico se refere, de forma simplificada, às técnicas que o ser humano utiliza para se relacionar com o meio, modificando-o e o explorando economicamente. Há um grande abismo entre o estágio tecnológico e científico do período colonial e da atualidade. Exemplo é a agricultura, que era na base do arado, da enxada, de ferramentas e técnicas simplificadas. Ou seja, era muito mais dependente do trabalho direto e concreto do homem do que da incorporação de capital à natureza.

A incorporação de capital à natureza se refere aos meios utilizados para transformá-la e para a exploração econômica. Voltamos à agricultura, onde, na atualidade se utilizam modernas máquinas, produtos químicos, pesquisa científica, informática etc. Isso tudo é capital, é dinheiro investido na produção. Ou seja, uma intensa incorporação de capital à natureza.

Essa incorporação de capital também se dá em outras formas de produção do território, como as infraestruturas, a abertura de estradas etc. No período colonial era mais dependente do trabalho humano direto e concreto do homem do que da incorporação de capital à natureza.

Gabarito: Certo

4. (CESPE/CBM-CE/2014 - SOLDADO) A respeito da formação e configuração atual do território brasileiro, julgue o próximo item.

A primeira ocupação do território brasileiro, no período inicial da colonização portuguesa, ocorreu em sua hinterlândia.

COMENTÁRIOS:

Hinterlândia diz respeito ao conjunto de terras situadas no interior de um país.

A ocupação do território brasileiro começou pelo litoral. Foi na região litorânea que surgiram as primeiras cidades brasileiras, como Salvador e Rio de Janeiro, e onde se desenvolveu a primeira atividade econômica brasileira, a cultura da cana-de-açúcar.

Gabarito: Errado

5. (CESPE/TJ RO/2012 – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR) O recrutamento de colonos para povoar regiões consideradas estratégicas por Portugal em sua colônia americana foi uma das medidas políticas empreendidas pelo Marquês de Pombal, por meio de uma política colonial claramente mercantilista, com o objetivo de fortalecer o poder da realeza e reduzir históricos privilégios concedidos a comerciantes ingleses.

Nesse sentido, a decisão tomada pelo governo de Lisboa de enviar colonos provenientes dos Açores e de Mazagão, no norte da África, para a região Norte brasileira foi motivada

A) pela expansão da produção aurífera ao longo do século XVIII, cujo andamento das atividades dependia do fornecimento de gêneros alimentícios produzidos nos mais diversos pontos da colônia.

B) pela necessidade de controle do território do Norte, que permitiria ao governo de Portugal ampliar seus domínios americanos e, a partir do mapeamento hidrográfico da Amazônia, controlar a estratégica bacia platina.

C) pelo fato de as correntes migratórias externas poderem substituir, com vantagem, as populações nativas que, nesse contexto, haviam sido dizimadas em larga medida.

D) pelo comprovado sucesso do emprego de mão de obra imigrante nas lavouras de café no centro-sul da colônia, fato que indicava bons prognósticos para sua utilização na Amazônia.

E) pela urgente necessidade de povoar o Norte do Brasil, uma vez que, em face da crescente pressão exercida por Inglaterra, França e Holanda, era preciso integrar a área às demais regiões da colônia.

COMENTÁRIOS:



O território atual do Brasil é quase três vezes maior que aquele delimitado pelo Tratado de Tordesilhas. O pequeno reino português conseguiu um feito memorável de, em menos de três séculos, expandir territorialmente a colônia brasileira pela maior parte da América do Sul. Nesta expansão territorial tratava-se de ocupar, de povoar e de controlar os territórios penetrados. Para isto, Portugal enviava colonos às frentes de expansão, seja no norte, oeste ou sul do Brasil.

Gabarito: E

6. (CESPE/IRB/2011 – DIPLOMATA) Com relação à geografia moderna, estruturada no século XIX, julgue (C ou E) o item subsequente.

A colonização da região que atualmente corresponde ao Nordeste do Brasil ocorreu, de modo geral, do litoral para o interior, relacionando-se a ocupação das zonas mais próximas do litoral à produção açucareira, e a de áreas mais interiores, à pecuária e à cultura do algodão.

COMENTÁRIOS:

A colonização portuguesa na região Nordeste teve início no século XVI com a implantação da produção açucareira – lavoura e engenho – na faixa litorânea do Brasil. A partir do século XVII, a fronteira produtiva expandiu-se para o interior da região, com a pecuária e a cultura do algodão.

A ocupação do território brasileiro iniciou pelo litoral e expandiu-se para o interior do país.

Gabarito: Certo



QUESTÕES COMENTADAS – FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL – CEBRASPE

1. (IBGE/CESGRANRIO/2016 – AGENTE DE PESQUISAS E MAPEAMENTO) Um período bem conhecido da história colonial corresponde às Bandeiras, expedições lançadas através do continente, com a bênção distante da Coroa, que contribuíram fortemente para estender o domínio português. Seu foco principal foi um povoado nascido ao redor de um colégio fundado pelos jesuítas, surgindo, a partir disso, uma aldeia.

THÉRY, H.; MELLO, N. Atlas do Brasil. São Paulo: EDUSP, 2008. p. 34. Adaptado.

O foco geográfico inicial dos bandeirantes levou à fundação da seguinte cidade:

A) Rio de Janeiro

B) Recife

C) São Paulo

D) Vitória

E) Salvador

COMENTÁRIOS:

As bandeiras eram expedições para o interior do território brasileiro, em áreas pouco conhecidas, para prospecção do território e busca de metais preciosos. Também se dedicavam ao apresamento de índios para escravização e a capturar escravos fugidos e destruir quilombos.

Por ser um ponto estratégico, as bandeiras partiam, em geral, da Vila de São Paulo de Piratininga, atual localização da cidade São Paulo. A concentração da atividade bandeirista em São Paulo fomentou a atividade econômica da vila, que se tornou um entreposto comercial.

A história documentada não relaciona diretamente a presença dos bandeirantes com a fundação da vila. A fundação da vila ocorreu em 1554, e está relacionada à presença de jesuítas no local. Os bandeirantes só passariam a ocupar a vila no século seguinte.

Contudo, a presença dos bandeirantes certamente foi decisiva para aumentar e consolidar a influência da cidade.

Gabarito: C

2. (IBGE/CESGRANRIO/2016 – AGENTE DE PESQUISAS E MAPEAMENTO)





Disponível em: <<http://mochileiro.tur.br/ro%20mapa-rondonia%201.jpg>>. Acesso em: 31 maio 2016.

Até o ano de 1982, o estado federado destacado na Figura acima era um

- A) Território Federal
- B) Distrito Federal
- C) Município neutro
- D) Distrito municipal
- E) Distrito industrial

COMENTÁRIOS:

A área destacada na figura acima é o Estado de Rondônia, antigo Território Federal do Guaporé. A Lei Complementar federal nº 41, de 22/12/1981 o transformou no estado de Rondônia, instalado em 04/01/1982.

Gabarito: A

3. (CESGRANRIO/IBGE/2014 – AGENTE DE PESQUISAS E MAPEAMENTO) Os portugueses introduziram, pioneiramente, na África e no Brasil, um tipo de agricultura apoiada na monocultura açucareira em grandes propriedades, com mão de obra constituída predominantemente de escravos. Toda a produção era embarcada em navios com destino à Europa. Esse tipo de agricultura persiste até hoje no Brasil, com o protagonismo das exportações de produtos tropicais.



MAGNOLI, D. e ARAUJO, R. Geografia geral e do Brasil. São Paulo: Moderna, 1997, p. 239. Adaptado.

A atividade agrícola descrita acima é denominada agricultura de

- a) jardinagem
- b) regadio
- c) subsistência
- d) precisão
- e) plantation

COMENTÁRIOS:

O **plantation** foi um sistema de exploração colonial utilizado entre os séculos XV e XIX principalmente nas colônias europeias da América, na portuguesa, em alguns locais das colônias espanholas e também nas colônias inglesas britânicas. Ele possui quatro características principais: grandes latifúndios, monocultura, trabalho escravo e exportação para a metrópole.

Por meio dos grandes latifúndios, com suas extensas terras, era possível produzir, em grande escala, um único produto, o que se denomina de monocultura. No Brasil, utilizou-se, inicialmente, a cana de açúcar, mas, depois, veio o algodão, o fumo e o café. Geralmente eram produtos tropicais plantados nesses latifúndios.

Esses produtos tinham boa acolhida na Europa, o que levava essa produção a se destinar quase que exclusivamente ao comércio externo com as metrópoles europeias, suprindo o mercado desses locais. A mão de obra utilizada no plantation era a escrava, quase que exclusivamente composta por africanos escravizados.

Gabarito: E

4. (CESGRANRIO/IBGE/2014 – AGENTE DE PESQUISAS E MAPEAMENTO) Território federal é uma denominação brasileira para uma categoria específica de divisão administrativa. Os territórios federais integram diretamente a União, sem pertencerem a qualquer estado, e podem surgir da divisão de um estado ou desmembramento, dele exigindo-se aprovação popular através de plebiscito e lei complementar.

Com a extinção dos territórios federais no Brasil pela Constituição Federal de 1988, a seguinte unidade político-administrativa tornou-se estado da federação:

- a) Tocantins
- b) Amapá
- c) Rondônia



d) Pará

e) Pernambuco

COMENTÁRIOS:

Tocantins não era um território. Foi criado pela constituição de 1988, com o desmembramento de Goiás. Rondônia, como o 23º Estado da Federação, foi criado em 1981. Os territórios federais do Amapá e de Roraima foram transformados em estados federados pela Constituição de 1988.

Gabarito: B

5. (CESGRANRIO/IBGE/2013 – TÉCNICO EM INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) Na formação territorial brasileira, a atuação dos bandeirantes foi responsável pelo combate aos índios considerados agressores ou opositores à conquista do interior, e também pela captura de negros fugidos das grandes plantações e pela destruição de quilombos. Essa estratégia colonizadora correspondeu a uma verdadeira ação exterminadora dos indígenas no nordeste do País, sob o comando de vários bandeirantes paulistas, sobretudo no século XVII.

A estratégia colonizadora acima mencionada denomina-se

- a) urbanismo rural
- b) missões jesuíticas
- c) desenvolvimentismo
- d) sertanismo de contrato
- e) Plano Nacional de Desenvolvimento

COMENTÁRIOS:

As bandeiras eram expedições particulares que penetraram o interior da América colonial portuguesa. Não respeitavam o limite do Tratado de Tordesilhas. Em geral, começavam a partir da Vila de São Paulo de Piratininga, na Capitania de São Vicente (hoje São Paulo). Visavam primeiramente à prospecção do território e de metais preciosos. Também se dedicavam ao apresamento de índios para escravização.

Muitas bandeiras foram financiadas por grandes latifundiários, mineradores e comerciantes, dedicadas ao combate aos índios considerados agressores ou opositores à conquista do interior, e também pela captura de negros fugidos das grandes plantações e pela destruição de quilombos, o que ficou conhecido como o sertanismo de contrato.

Gabarito: D

6. (CESGRANRIO/TJ RO/2008 – TÉCNICO JUDICIÁRIO) O controle das fronteiras brasileiras, sobretudo norte e sul, sempre foi motivo de preocupação dos principais governos republicanos. Acordos de limites,



por exemplo, foram vários na República Velha. Durante o Governo Vargas, porém, este controle foi efetivamente definido com a criação de Territórios Federais na região, entre eles:

- a) Rio Branco, atual Estado de Roraima, e Guaporé, atual Estado de Rondônia.
- b) Acre, atual Estado do Acre, e Guaporé, atual Estado de Rondônia.
- c) Ponta Porã, atual Estado de Tocantins, e Rio Branco, atual Estado de Roraima.
- d) Iguaçu, atual Estado de Roraima, e Acre, atual Estado do mesmo nome.
- e) Amapá e Palmas, atualmente Estados do mesmo nome.

COMENTÁRIOS:

Getúlio Vargas criou os territórios federais de Rio Branco, atual Estado de Roraima; Guaporé, atual Estado de Rondônia, Amapá, atual Estado de mesmo nome e Ponta-Porã e Iguaçu, que foram extintos posteriormente.

Gabarito: A



QUESTÕES COMENTADAS – FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL – MULTIBANCAS

1. (UFMT/DETRAN/2015 – AGENTE FISCAL DE TRÂNSITO) O que se denominou “Marcha para o Oeste” foi

- (A) a marcha da Coluna Prestes pelo interior de Mato Grosso, chamando o povo para a insurgência contra o Governo Federal.
- (B) a viagem de Mário de Andrade por Mato Grosso com artistas estrangeiros durante sua fase modernista.
- (C) a incursão das forças armadas brasileiras contra os insurgentes da Rusga visando a sua destruição.
- (D) o projeto do governo Getúlio Vargas no período do Estado Novo, para integrar e desenvolver o interior do Brasil, inclusive o estado de Mato Grosso.

COMENTÁRIOS:

A "Marcha para o Oeste" foi um projeto dirigido pelo governo Getúlio Vargas, no período do Estado Novo, para ocupar e desenvolver o interior do Brasil. Tal projeto foi lançado na véspera de 1938 e, nas palavras de Vargas, a Marcha incorporou "o verdadeiro sentido de brasiliade", uma solução para os infortúnios da nação.

Apesar do extenso território, o Brasil havia prosperado quase que exclusivamente na região litoral, enquanto o vasto interior mantinha-se estagnado, vítima da política mercantilista colonial, da falta de estradas viáveis e de rios navegáveis, do liberalismo econômico e do sistema federalista que caracterizaram a República Velha (1889-1930).

Mais de 90% da população brasileira ocupava cerca de um terço do território nacional. O vasto interior, principalmente as regiões Norte e Centro-oeste, permanecia esparsamente povoado. Muitos índios fugiram para o interior justamente por estas razões. Mas os seus dias de isolamento, anunciava o governo de então, estavam contados.

Até a segunda metade do século XX, o Brasil Central continuava a ser uma área desconhecida para a maior parte dos brasileiros, carregando ares mitológicos devido a seu território pouco desbravado e hostil. No censo de 1940, por exemplo, o sul mato-grossense contava com somente 238.640 habitantes. Esse que era considerado um vazio populacional no Mato Grosso do Sul passou, a partir de então, a servir de atrativo para empresas colonizadoras entusiasmadas com o sucesso de suas similares empreitadas nos estados de São Paulo e Paraná.

A ocupação do centro-oeste visava também ser uma etapa preliminar à ocupação da Amazônia. Em Goiás, foi instalada a primeira colônia agrícola, em 1941, na cidade de Ceres, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG).

Os Objetivos da Marcha para o Oeste eram, basicamente:



- Política demográfica de incentivo à migração;
- Criação de colônias agrícolas;
- Construção de estradas;
- Reforma Agrária;
- Incentivo à produção agropecuária de sustentação.

Em boa parte, tal sonho progressista se concretizou. Transcorrida por cerca de quarenta anos, a Marcha para o Oeste fundou cerca de 43 vilas e cidades, construiu 19 campos de pouso, contatou mais de cinco mil índios e percorreu 1,5 mil quilômetros de picadas abertas e rios.

Gabarito: D

2. (FUNCAB/MPE RO/2012 – TÉCNICO EM CONTABILIDADE) Diversos tratados tiveram importância na definição de limites e no processo de povoamento da porção norte e oeste do Brasil. Um impulso no povoamento de Rondônia foi deflagrado pela construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

O contexto histórico dessa construção decorre diretamente do Tratado de:

- a) Madri.
- b) Petrópolis.
- c) Tordesilhas.
- d) Ayacucho.
- e) Utrecht.

COMENTÁRIOS:

O contexto histórico de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré decorre do Tratado de Petrópolis, entre Brasil e Bolívia, pelo qual o Brasil anexou ao seu território a região do Acre.

Gabarito: B

3. (FCC/TCE-RO/2010) Considere o seguinte texto que apresenta o compromisso do governo brasileiro para a construção da ferrovia Madeira-Mamoré:

Artigo VII

Os Estados Unidos do Brasil obrigam-se a construir em território brasileiro, por si ou por empresa particular, uma ferrovia desde o porto de Santo Antônio, no rio Madeira, até Guajará-Mirim, no Mamoré, com um ramal que, passando por Vila-Murtinho ou em outro ponto próximo (Estado de Mato-Grosso), chegue a Villa-Bella



(Bolívia), na confluência do Beni e do Mamoré. Dessa ferrovia, que o Brasil se esforçará por concluir no prazo de quatro anos, usarão ambos os países com direito às mesmas franquezas e tarifas.

(http://www2.mre.gov.br/dai/b_boli_11_927.htm)

O artigo foi retirado do Tratado de:

- a) Santo Ildefonso, de 1894.
- b) Petrópolis, de 1915.
- c) Badajoz, de 1907.
- d) Petrópolis, de 1903.
- e) Santo Ildefonso, de 1905.

COMENTÁRIOS:

O texto foi retirado do Tratado de Petrópolis, assinado em 1903, entre Brasil e Bolívia.

Gabarito: D

4. (FUNCAB/SESAU-RO/2009 - MÉDICO) O período compreendido entre 1877 e 1910 ficou conhecido no Brasil como “Primeiro Ciclo da Borracha”. Extraía-se a borracha na Amazônia, principalmente entre o Brasil e a Bolívia, onde está situado o Estado de Rondônia. Um pouco depois, a produção brasileira entrou em decadência. Podemos apontar como causa principal do declínio desta produção:

- a) o isolamento da Região Norte;
- b) a falta de mão-de-obra para a exploração;
- c) a produção de látex feita pelo Reino Unido;
- d) a preocupação com a preservação ambiental;
- e) a proposta de internacionalização da Amazônia.

COMENTÁRIOS:

A seringueira, árvore de onde se extrai o látex, matéria-prima para a produção da borracha, é nativa da Amazônia. No entanto, os ingleses levaram, ilegalmente, para fora da Amazônia, mudas da seringueira e desenvolveram, com sucesso e custo mais baixo, seringais e a extração do látex na Malásia. A produção na então colônia inglesa derrubou a produção do látex amazônico.

Gabarito: C



5. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA TO/2005) Grande parte dos estados brasileiros originou-se da primeira divisão territorial, que foram:

- a) Sesmarias
- b) Capitanias hereditárias
- c) Governo geral
- d) Províncias

COMENTÁRIOS:

Grande parte dos estados brasileiros originou-se da primeira divisão territorial do Brasil, que foram as capitanias hereditárias, criadas pela Coroa Portuguesa entre 1534 a 1536. Constituíam-se de grandes faixas de terra, que iam da costa até a linha do Tratado de Tordesilhas, doadas aos capitães-mores mediante um documento chamado de “carta de doação”. Os capitães também eram chamados de donatários, uma vez que recebiam títulos de governadores de suas posses. As capitanias eram hereditárias porque podiam ser transferidas aos herdeiros dos donatários.

As primeiras **sesmarias** surgiram antes mesmo das capitanias hereditárias, com a expedição de Martim Afonso de Souza, em 1531, que distribuiu as primeiras sesmarias aos colonos portugueses.

A sesmaria constituía-se de glebas de terras concedidas para o uso dos colonos. Tratava-se de uma subdivisão da capitania hereditária, com o objetivo de que fosse aproveitada. Os capitães-donatários eram obrigados a distribuir 80% das terras como sesmarias.

O **Governo Geral**, instituído pela Coroa Portuguesa em 1548, não significou uma nova divisão territorial do Brasil, mas sim o início da formação de um aparelho de Estado subordinado à monarquia lusa.

As **províncias** surgiram somente com a independência do Brasil, em 1822. As antigas **capitanias reais** foram transformadas em **províncias do Império do Brasil**, assumindo basicamente os mesmos contornos daquelas. Algumas das capitaniias reais haviam se fundido para formar uma capitania maior. Outras surgiram a partir da elevação de comarcas em novas capitaniias.

Gabarito: B



QUESTÕES COMENTADAS - DIVISÃO REGIONAL E DESIGUALDADES REGIONAIS – MULTIBANCAS

1. (AOCP/PM-ES/2022) Entre as propostas de divisão regional do Brasil, está a conhecida como os "quatro brasis". Essa forma de classificação leva em conta, entre outros aspectos,

- A) as diferenças culturais e religiosas que formaram as diferentes regiões do país.
- B) os modelos geomorfológicos e geológicos existentes no território nacional.
- C) o meio natural, ou seja, intocado do espaço geográfico, e o meio técnico.
- D) a conexão entre os biomas, os ecossistemas e os climas.
- E) a situação da agropecuária em relação à mecanização e à integração com a indústria.

COMENTÁRIOS:

A proposta de divisão regional conhecida como "os quatro brasis" é a divisão segundo o meio técnico-científico-informacional de Milton Santos, que propõe dividir o Brasil em quatro regiões: Amazônia, Centro-Oeste, Concentrada e Nordeste.

Gabarito: E

2. (UFPR/PM-PR/2022) A divisão oficial do Brasil em cinco Grandes Regiões foi instituída em 1967 para atender às atividades de planejamento estatal. Os critérios de regionalização consideraram características econômicas e sociais e também as divisões político-administrativas das Unidades da Federação, no sentido de que nenhum estado ou o Distrito Federal poderia ter parte de seu território classificado numa Grande Região e parte em outra.

Sobre o tema, é correto afirmar:

- A) O Nordeste se define por ser uma região de perdas econômicas e crise social, posto que a participação percentual da região no PIB brasileiro vem declinando ao longo das últimas décadas, e os indicadores sociais nordestinos permaneceram estacionados.
- B) Os critérios de regionalização utilizados criam algumas distorções, como se vê no caso de Minas Gerais, dado que os municípios do Triângulo Mineiro e Região Metropolitana de Belo Horizonte apresentam indicadores dentro da média dos municípios do Sudeste, e os municípios do Norte mineiro apresentam indicadores dentro da média dos municípios do interior do Nordeste.
- C) A divisão de um país continental como o Brasil em cinco regiões com milhares de municípios cada uma reflete a centralização do planejamento público sob regimes autoritários, posto que regimes democráticos utilizam divisões regionais baseadas em unidades homogêneas com dezenas de municípios.



D) Antes de 1967, o Sudeste e o Sul faziam parte da Região Centro-Sul, a qual foi dividida nessas duas Grandes Regiões para que o planejamento estatal pudesse atender às especificidades de municípios que se definem pela industrialização ou pelo dinamismo agropecuário.

E) Com a extinção da Sudam e da Sudene, essa regionalização perdeu sua funcionalidade para o planejamento, mas continua sendo utilizada por órgãos de pesquisa para a organização de dados estatísticos.

COMENTÁRIOS:

A) Incorreta. Embora o Nordeste tenha enfrentado desafios econômicos e sociais, não pode ser definido apenas como uma região de perdas econômicas e crise social. A região tem uma diversidade de setores econômicos e vem registrando melhorias em seus indicadores sociais nos últimos anos.

B) Correta. Regionalizar é buscar dividir áreas e lugares com características semelhantes, para que se possa melhor analisar as particularidades locais e compreender o todo. Contudo, como os locais são muitos diversos e não há um local no planeta igual à outro, nesse processo, as regionalizações criam algumas distorções, ao agrupar em uma mesma categoria elementos que possuam alguma diferença.

O norte de Minas Gerais é uma região muito mais pobre se comparada ao restante do estado, como o Triângulo Mineiro. Seus municípios apresentam indicadores socioeconômicos que destoam da região Sudeste no geral. Contudo, a regionalização leva em consideração vários fatores, e não apenas indicadores socioeconômicos, além de levar em conta os limites estaduais. Por isso, Minas Gerais foi classificada dentro da região Sudeste.

C) Incorreta. Não existe essa associação mencionada pela questão de que regimes democráticos utilizam uma determinada forma de regionalização e regimes democráticos utilizam outra determinada forma de regionalização. Viagem do examinador.

A regionalização do Brasil em cinco regiões não reflete a centralização do planejamento público sob regimes autoritários. A divisão regional foi estabelecida para atender às necessidades de planejamento estatal em um país de dimensões continentais.

D) Incorreta. A divisão regional antes da data mencionada era formada pelas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Leste e Sul. Nessa divisão não existia uma região denominada Centro-Sul.

E) Incorreta. A Sudam e a Sudene não foram extintas, ainda existem e integram a estrutura administrativa do Governo Federal.

Gabarito: B

3. (NUCEPE/PM-PI/2022) “A revisão da Divisão Regional do Brasil para fins de divulgação da informação estatística constitui parte da missão institucional do IBGE e visa atualizar o quadro regional do País, elaborado pelo então Departamento de Geografia na década de 1980 e publicado em 1990.

A necessidade de atualização dos recortes regionais vem ao encontro do expressivo aumento verificado na diferenciação interna do território brasileiro, como resultado das transformações econômicas, demográficas, políticas e ambientais ocorridas ao longo das últimas décadas”.



Fonte: IBGE. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias. (2017). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1_00600.pdf

Considerando a atual Divisão Regional do Brasil elaborada pelo IBGE, afirma-se corretamente que as 5 (cinco) macrorregiões existentes têm desigualdades quanto às suas áreas territoriais, situações econômicas, total de população e mesmo quanto ao número de estados que compõem cada uma dessas regiões. Em relação a essas regiões brasileiras, é CORRETO afirmar que

- A) a região Centro-Oeste tem, entre todas, a maior população residente em zona rural.
- B) a região Nordeste tem o maior número de estados em relação às demais regiões brasileiras.
- C) a região Sul concentra a maior parte da população do país.
- D) a região Sudeste tem o menor número de estados entre as regiões brasileiras.
- E) a região Norte apresenta o melhor índice de Desenvolvimento Humano – IDH do país.

COMENTÁRIOS:

A) Incorreta. A região Centro-Oeste é a que tem a segunda menor população residente em zona rural entre todas as regiões brasileiras, segundo dados do IBGE. Ou seja, é a segunda região com maior taxa de urbanização. A região que possui a maior população residente em zona rural é a região Nordeste, que também é a região que apresenta menor taxa de urbanização.

B) Correta. A região Nordeste é composta por nove estados, enquanto as outras regiões possuem menos estados: Norte (7), Centro-Oeste (4), Sudeste (4) e Sul (3).

C) Incorreta. A região Sudeste é a que concentra a maior parte da população do país, segundo dados do IBGE. A região Sul é a terceira mais populosa do país.

D) Incorreta. A região Sul é a que tem o menor número de estados entre as regiões brasileiras, com três estados.

E) Incorreta. A região Sul é a que apresenta o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Gabarito: B

4. (UFPR/PM-PR/2021) Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil é dividido em grandes regiões. Sobre a regionalização brasileira, é correto afirmar:

- A) A divisão das cinco regiões brasileiras foi baseada nas características naturais, como a vegetação e o relevo, motivo pelo qual essas regiões têm a mesma configuração desde sua criação.
- B) O Paraná faz parte da região Sul por critérios econômicos, embora sua formação social e territorial seja mais semelhante a estados como Minas Gerais e São Paulo.



- C) Dinâmicas sociais e econômicas podem ser captadas com base em dados coletados em escala local e agrupadas em escalas superiores, como a escala das grandes regiões.
- D) Políticas públicas na escala municipal têm a eficiência comprometida quando se baseiam em dados coletados na escala regional, pois há uma diferença de extensão geográfica entre escala local e regional.
- E) As regiões geoeconômicas brasileiras e as grandes regiões propostas pelo IBGE são coincidentes, pois usam os mesmos limites de estados e municípios, o que facilita o planejamento econômico nacional.

COMENTÁRIOS:

- A) Incorreta.** A regionalização brasileira atual não foi baseada apenas em características naturais, mas também em critérios econômicos, sociais e culturais.
- B) Incorreta.** O Paraná é incluído na região Sul não apenas por critérios econômicos, mas também por sua localização geográfica e características físicas, sociais e culturais.
- C) Correta.** A regionalização brasileira proposta pelo IBGE considera as dinâmicas sociais e econômicas do país, agrupando estados em escalas superiores, como as grandes regiões, para facilitar a análise e planejamento de políticas públicas.
- D) Incorreta.** Com certeza há uma diferença de extensão geográfica entre escala local e escala regional, devido à diferença em suas extensões geográficas. Contudo, políticas públicas municipais devem se basear muito mais em dados coletados em escala municipal (escala local) do que em dados coletados em escala regional, embora esses possam também ser utilizados na proposição das políticas públicas.
- E) Incorreta.** As regiões geoeconômicas brasileiras propostas pelo geógrafo Pedro Pinchas Geiger têm limites diferentes das grandes regiões propostas pelo IBGE e propõe a existência de apenas três grandes regiões: Amazônia, Centro Sul e Nordeste

Gabarito: C

5. (MPE-GO/MPE-GO/2019)

Em 1967, o geógrafo Pedro Pinchas Geiger apresentou uma nova divisão regional do Brasil, onde não obedecia aos limites dos estados, chamando as regiões formadas de regiões geoeconômicas ou complexos regionais. Essa divisão regional considerava os seguintes aspectos:

- A) O grau de acumulação de ciência, tecnologia e informação no território nacional e as heranças do passado.
- B) A formação histórica do Brasil e seus aspectos econômicos.
- C) As semelhanças físicas das paisagens e as características econômicas e sociais do espaço.
- D) O grau de acumulação de riqueza e as semelhanças físicas das paisagens.
- E) As características sociais do espaço e o grau de acumulação de tecnologia.



COMENTÁRIOS:

A divisão de Pedro Pinchas Geiger é denominada divisão em complexos geoeconômicos. Essa divisão se baseia no processo histórico de formação do território brasileiro e seus aspectos econômicos, especialmente os efeitos da industrialização.

Gabarito: B

6. (SEDUC-CE/SEDUC-CE/2016) De acordo com os estudos sobre regionalização, e tendo o mapa como referência, julgue, dentre as alternativas a seguir, a correta.



Fonte: <http://sobresobregeo.blogspot.com.br/2015/06/brasil-parte-2.html>

- A) O mapa faz referência à regionalização socioeconômica, proposta pelo geógrafo Pedro Geiger, baseada em critérios físico-naturais.
- B) A área representada pelo número 1 corresponde à região Amazônia, onde encontra-se a maior parte dos recursos econômicos do Brasil.
- C) A regionalização abordada pelo mapa não permite que um estado pertença a duas regiões distintas.
- D) Nessa proposta de divisão regional, o Nordeste, representado pelo número 3, engloba todo o território do leste do Maranhão até o Norte de Minas Gerais.
- E) O mapa refere-se a divisão regional clássica do Brasil em regiões administrativas proposta e reformulada desde os anos 40 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

COMENTÁRIOS:

- a) **Incorreta.** O mapa faz referência à regionalização geoeconômica, proposta pelo geógrafo Pedro Pinchas Geiger, baseada no processo histórico de formação do território brasileiro e seus aspectos econômicos. Não leva em consideração critérios físicos-naturais, como o clima e o relevo, por exemplo.

b) **Incorreta.** A área representada pelo número 1 corresponde à região Amazônia, mas não é nela que se encontra a maior parte dos recursos econômicos do Brasil. A maior parte dos recursos econômicos do Brasil encontra-se na região Centro-Sul, representada pelo número 2.

c) **Incorreta.** A regionalização geoeconômica não se limita às divisas dos estados brasileiros, basta analisar atentamente o mapa. Uma pequena parcela do norte do estado de Minas Gerais, por exemplo, está inserida na região Nordeste, enquanto quase todo o estado do Mato Grosso está na região Amazônia.

d) **Correta.** Nessa proposta de divisão regional, o Nordeste, representado pelo número 3, engloba todo o território do leste do Maranhão até o Norte de Minas Gerais.

e) **Incorreta.** O mapa refere-se à divisão por complexos geoeconômicos.

Gabarito: D

7. (ADVISE/PREFEITURA DE CUITÉ DE MAMANGUAPE-PB/2016) Acerca das regiões do Brasil, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I. A Região Nordeste ocupa a maior área territorial brasileira e é a região que possui a maior costa litorânea do país.

II. A Região Centro-oeste é considerada a única região brasileira que não é banhada pelo mar e sua localização permite ligação de fronteira com todas as outras regiões brasileiras.

III. A Região Sul é composta por três estados e faz fronteira com o Uruguai, Argentina, Paraguai e Chile.

A) Apenas I está correta;

B) Apenas II está correta;

C) Apenas III está correta;

D) Apenas I e II estão corretas;

E) I, II e III estão corretas.

COMENTÁRIOS:

I- Incorreta. A região que ocupa a maior área territorial brasileira é a Região Norte, seguida da Região Centro-Oeste. Porém, a Região Nordeste de fato possui a maior costa litorânea do país.

II- Correta. O Centro-Oeste é a única região brasileira que não é banhada pelo mar. Apesar disso, ela faz fronteira com os limites de todas as regiões brasileiras.

III- Incorreta. A Região Sul é composta por três estados, mas não faz fronteira com o Chile. Nenhum país brasileiro faz fronteira com o Chile, que está na costa oeste da América do Sul. A Região Sul faz fronteira externa com o Uruguai, Argentina e Paraguai.



Gabarito: B

8. (CESPE/TCE-AC/2009) O Brasil é considerado um país de grandes contrastes regionais. Às grandes diferenças naturais existentes, juntam-se as disparidades humanas. Assim, para conhecer melhor o território brasileiro, a forma encontrada foi dividi-lo regionalmente. Entre os tipos de divisão regional existentes, assinale a opção que se ajusta melhor ao processo de formação histórica-territorial do país.

- A) divisão em cinco macrorregiões
- B) divisão em três regiões geoeconômicas
- C) divisão em centros econômicos
- D) divisão em meso e microrregiões
- E) divisão regional a partir da divisão regional do trabalho

COMENTÁRIOS:

A divisão do Brasil em três regiões geoeconômicas, proposta pelo geógrafo Pedro Pinchas Geiger, é a que melhor se ajusta ao processo de formação histórica-territorial do país.

Em 1964, quando o governo brasileiro ainda estudava a melhor divisão territorial para o país, o geógrafo Pedro Pinchas Geiger elaborou uma proposta de regionalização baseada nos aspectos geoeconômicos. A referida proposta se baseia no processo histórico de formação do território brasileiro, levando em consideração, especialmente, os efeitos da industrialização. Dessa forma, a proposta busca refletir a realidade do país e compreender seus mais profundos contrastes. Essa organização regional favorece a compreensão das relações sociais e políticas do país, pois associa os espaços de acordo com suas semelhanças econômicas, históricas e culturais.

De acordo com Geiger, são três as regiões geoeconômicas: Amazônia, Centro-Sul e Nordeste.

A divisão em cinco macrorregiões não leva em consideração a formação histórica-territorial do país, mas considera aspectos físicos e socioeconômicos.

A divisão em mesorregiões e microrregiões, segundo o IBGE, utilizou como critérios: mesorregiões - características sociais, a geografia e a articulação espacial, microrregiões - a produção econômica e a articulação. Essa divisão foi extinta em 2017, substituída, respectivamente, pelas regiões geográficas intermediárias e imediatas.

Embora tenha mudado o nome e as composições, a sua finalidade continua a mesma: auxiliar na elaboração de políticas públicas e no planejamento e gestão territorial em escala estadual.

Por fim, não há divisão regional a partir da divisão regional do trabalho, nem divisão em centros econômicos.

Gabarito: B



9. (CONSULPLAN/IBGE/2009) Sobre a formação histórico-territorial e regionalização brasileira, relate a 2^a coluna de acordo com a 1^a:

Divisão Regional do Brasil (geoeconômica)

1. Centro-Sul.
2. Nordeste.
3. Amazônia.

Características Regionais

() É a maior das três regiões geoeconômicas do Brasil e a região menos povoada. A maior parte dos movimentos migratórios dos últimos anos dirige-se a ela.

() É a região geoeconômica mais industrializada, povoada e urbanizada do país. Essa região é considerada o centro econômico do Brasil.

() Representa a região geoeconômica de ocupação mais antiga, onde atualmente podemos encontrar inúmeras marcas da colonização, presença da agroindústria açucareira e forte influência negra na população regional. Durante três séculos, essa região foi a mais rica e povoada do país.

A sequência está correta em:

- A) 3, 2, 1
- B) 2, 3, 1
- C) 2, 1, 3
- D) 1, 3, 2
- E) 3, 1, 2

COMENTÁRIOS:

Veja-se que a questão se refere à divisão regional pelo critério geoeconômico, não vamos confundir com a divisão regional do IBGE. A ordem da numeração é 3 – Amazônia, 1- Centro-Sul e 2 – Nordeste.

Gabarito: E

10. (NCE/IBGE/2005 – AGENTE DE PESQUISA E MAPEAMENTO) Se há um traço característico do Brasil, este é a persistente desigualdade social. Essa desigualdade reflete-se no território e, em média, divide o país em duas partes, uma que possui maior percentual de população de baixa renda e outra onde se encontra o maior percentual de população com renda mais elevada. Essas partes são, respectivamente:

- (A) o litoral e o interior;



- (B) o norte e o sul;
- (C) as planícies e os planaltos;
- (D) o oeste e o leste;
- (E) os municípios pouco povoados e os mais populosos.

COMENTÁRIOS:

Se dividirmos o Brasil em metade norte e metade sul, vamos verificar que a metade norte possui um maior percentual de população de baixa renda ao passo que na metade sul terá um maior percentual de população com renda mais elevada.

Mas, a análise pode sofrer variações, dependendo do recorte espacial da análise. Se o recorte espacial for as macrorregiões (regiões do IBGE), no Norte, Nordeste e Centro-Oeste estará o maior percentual de população de baixa renda e no Sul e Sudeste, o maior percentual de população com renda mais elevada.

Por isso, nesse tipo de questão é muito importante sempre prestar atenção no recorte espacial objeto da análise.

Gabarito: B



LISTA DE QUESTÕES – FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL – FGV

1. (FGV/CBM-AM/2022) Sobre a construção diplomática do território brasileiro, relate os tratados listados a seguir às tratativas correspondentes.

1. Tratado de Madri (1750)

2. Tratado de Santo Ildefonso (1777)

3. Tratado de Petrópolis (1903)

() Permitiu à Bolívia usar os rios brasileiros para alcançar o oceano Atlântico e estabeleceu que a região do Acre fosse incorporada ao Brasil.

() Devolveu a Portugal a ilha de Santa Catarina, ficando com a Espanha a Colônia de Sacramento e a região dos Sete Povos das Missões.

() Redefiniu as fronteiras entre as Américas Portuguesa e Espanhola: Portugal obteve o controle da maior parte da bacia Amazônica, enquanto a Espanha a maior parte da bacia do Prata.

Assinale a opção que indica a correspondência correta, de cima para baixo.

A) 1, 2 e 3.

B) 2, 3 e 1.

C) 1, 3 e 2.

D) 3, 2 e 1.

E) 2, 1 e 3.

2. (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO EM INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) “(...) De outro lado, o número de gaúchos que, a partir de 1940, passaram a habitar outras unidades da Federação, também cresceu. A emigração no Estado aumentou significativamente até os anos 70, tendo como destinos preferenciais Santa Catarina e Paraná. Nas décadas seguintes o fluxo de gaúchos teve como destino predominante a região Centro-Oeste. Em 2010 o Censo identificou 1.066.500 gaúchos residindo em outros estados brasileiros.”

Fonte: Atlas Socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br>

O Centro-Oeste recebeu um contingente significativo de migrantes do Rio Grande do Sul, sobretudo a partir da década de 1980, em função:

(A) do extrativismo da erva-mate;



- (B) da proliferação dos tecnopolos;
- (C) da expansão da fronteira agrícola;
- (D) da polarização das metrópoles;
- (E) do crescimento da silvicultura.

3. (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO EM INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) A Carta Constitucional de 1988 define as terras indígenas como as “terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”.

Nas disposições Constitucionais Transitórias, fixou-se em cinco anos o prazo para que todas as Terras Indígenas no país fossem demarcadas. Contudo, isso não ocorreu, e as Terras Indígenas no Brasil se encontram em diferentes situações jurídicas.

Adaptado de: Instituto Socioambiental. Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: pib.socioambiental.org

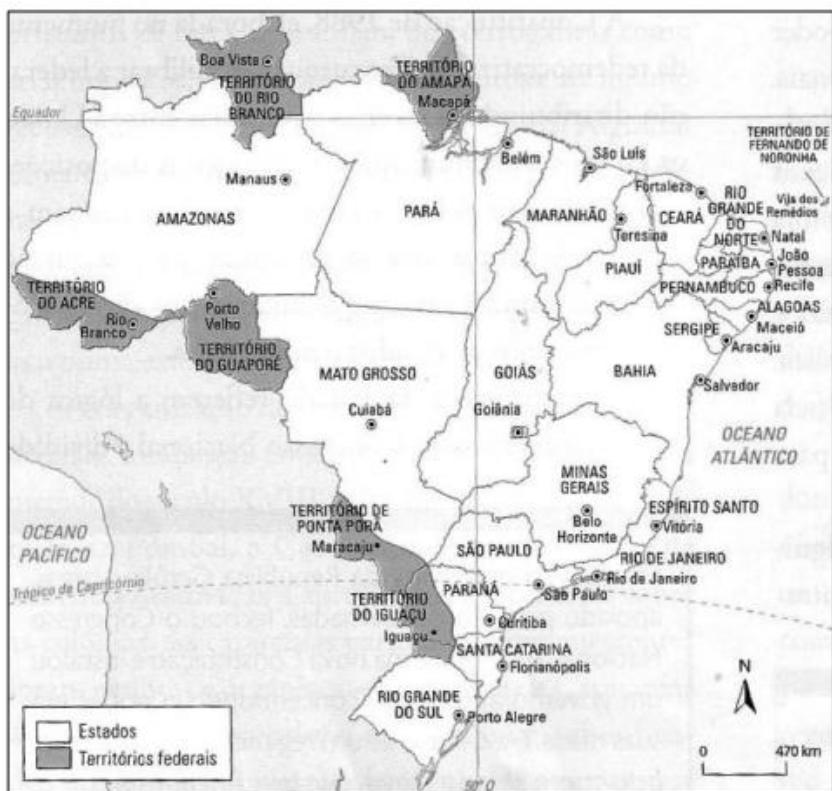
A Constituição Federal de 1988 estabelece a natureza originária dos direitos dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam e reconhece a eles:

- (A) o domínio provisório dessas terras e sua transmissão por doação ou herança aos descendentes;
- (B) a utilização compartilhada dessas terras com os ocupantes não-índios e a autorização para arrendá-las;
- (C) a propriedade vitalícia dessas terras e o direito de vendê-las após a conclusão do processo de demarcação;
- (D) a posse permanente dessas terras e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e das lagoas nelas existentes;
- (E) o uso transitório dessas terras e seu aproveitamento até que sejam incorporadas ao patrimônio fundiário da União.

4. (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) Com a Proclamação da República, em 1889, as antigas províncias brasileiras passaram à categoria de estados da federação. Ao longo do século XX, novas unidades político-administrativas foram criadas a partir do desmembramento de alguns estados, principalmente na Região Norte. Em 1903, o atual estado do Acre foi anexado ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis como Território Federal, uma unidade político-administrativa gerida diretamente pelo poder central.

Em 1943, foram criados outros cinco Territórios Federais, como mostra o mapa abaixo:





Fonte: MAGNOLI, Demétrio. Geografia para o ensino médio. São Paulo: Atual, 2008, p. 178.

A lógica que orientou a criação dos territórios federais, na década de 1940 foi:

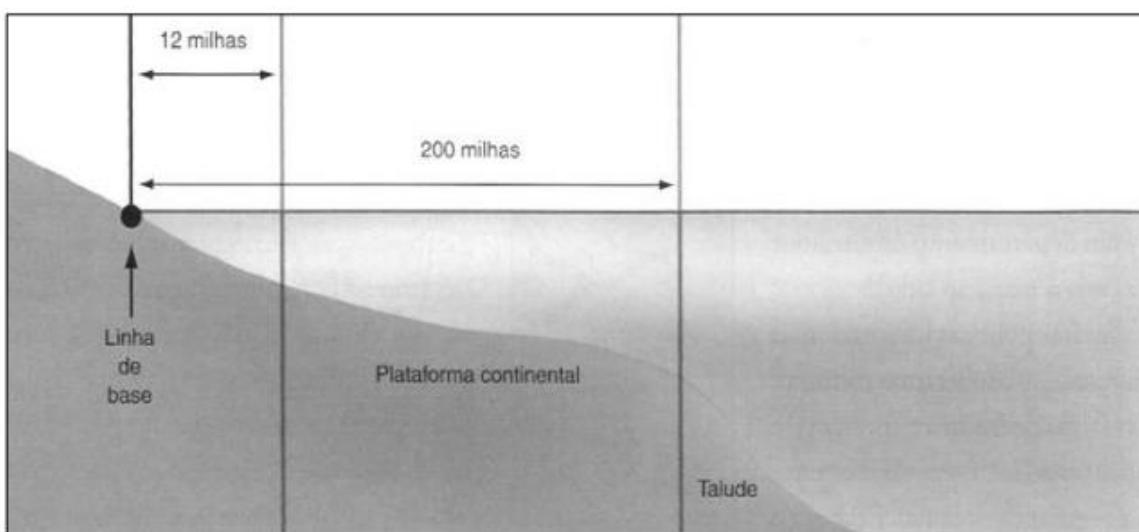
- (A) a expansão dos limites do território nacional e o controle efetivo de áreas conflagradas por movimentos de secessão;
 - (B) o aumento da presença do governo central em áreas pouco povoadas e consideradas vulneráveis às ameaças externas;
 - (C) o atendimento às demandas políticas das elites locais e o estímulo à formação das cadeias produtivas transfronteiriças;
 - (D) a consolidação da soberania nacional em áreas densamente povoadas e de litígio territorial com países vizinhos;
 - (E) o incentivo à descentralização do poder executivo e o aumento da autonomia administrativa das áreas remotas.

5. (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) No século XVII, a criação de gado desempenhou um papel importante na ocupação do atual território brasileiro e de suporte às atividades econômicas. Além de fornecer carne seca aos núcleos litorâneos, a pecuária:

- (A) expandiu os minifúndios com a criação intensiva para a exportação e favoreceu a interiorização da ocupação;
 - (B) consolidou a estrutura econômica das regiões litorâneas e dificultou a integração inter-regional;

- (C) possibilitou a exploração do ouro e apoiou a expansão da fruticultura irrigada no semiárido nordestino;
- (D) favoreceu a criação de vilas e cidades no interior e consolidou a expansão da cafeicultura no oeste paulista;
- (E) forneceu animais de tração para os moinhos dos engenhos e se interiorizou ao longo do vale do rio São Francisco.

6. (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) Observe a figura abaixo:



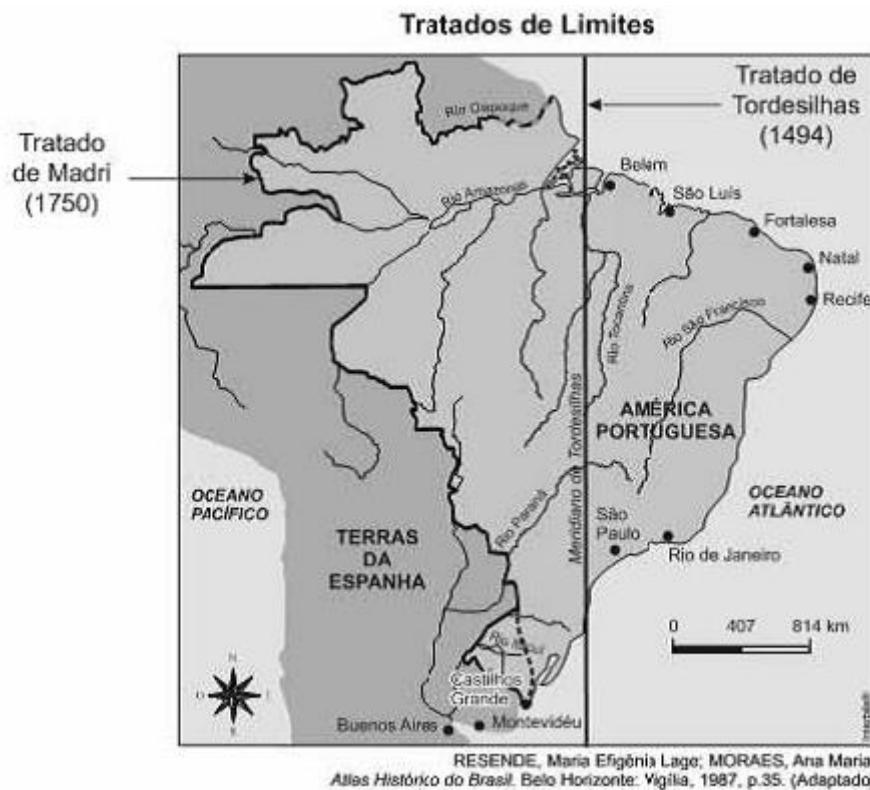
Adaptado de: MAGNOLI, Demétrio. Geografia para o ensino médio. São Paulo: Atual, 2008, p. 182.

Em 4 de janeiro de 1993, o Governo brasileiro sancionou a Lei nº 8.617, que tornou os limites marítimos brasileiros coincidentes com os limites preconizados pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) em 1982.

De acordo com a legislação brasileira, a faixa de 12 milhas marítimas e a faixa que se estende das doze às duzentas milhas marítimas, indicadas na figura acima, são denominadas, respectivamente:

- (A) território nacional estendido e alto mar;
- (B) zona franca internacional e região do pré-sal;
- (C) território nacional contíguo e Amazônia azul;
- (D) mar territorial e zona econômica exclusiva;
- (E) mar de soberania nacional e zona abissal.

7. (FGV/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA MT/2013 – NÍVEL SUPERIOR) Analise o mapa a seguir.



Assinale a alternativa que descreve corretamente a consolidação do território português na América, de acordo com os tratados assinalados no mapa acima.

- (A) A atual região de Mato Grosso passou a pertencer à Espanha a partir de 1750.
- (B) A assinatura do Tratado de Madri foi fruto do avanço da colonização portuguesa para o Oeste.
- (C) O Tratado de Madri foi pré-condição para o início das expedições dos bandeirantes paulistas.
- (D) A expansão lusa em 1750 permitiu a exploração da nova região do Acre, até então da Bolívia.
- (E) A Coroa portuguesa se beneficiou com o Tratado de 1750, obtendo a posse da Colônia de Sacramento.



- | | |
|------|------|
| 1. D | 5. E |
| 2. C | 6. D |
| 3. D | 7. B |
| 4. B | |



LISTA DE QUESTÕES – FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL – CEBRASPE

1. (CESPE/IPHAN/2018 - ANALISTA) Julgue o item a seguir, com relação aos traços gerais da organização e da formação do espaço geográfico brasileiro na época da incorporação do Brasil ao império português.

A produção gerada na colônia estava organizada de forma a atender as necessidades do mercado interno e estimular o desenvolvimento da colônia.

2. (CESPE/CBM-AL/2017 - OFICIAL) Julgue o próximo item, acerca da formação territorial e de questões ambientais brasileiras.

O mapa a seguir representa o traçado da linha de Tordesilhas, resultante do tratado que estabeleceu os limites da ocupação espanhola e portuguesa nas Américas e foi a referência inicial para a configuração do território brasileiro, completada ainda ao tempo do Império com a anexação do território do Acre.



Fonte: IBGE

- 3. (CESPE/IRB/2016 - DIPLOMATA) Acerca da formação territorial brasileira, julgue o item a seguir.**

Nos três primeiros séculos de colonização portuguesa no Brasil, a produção no território brasileiro era fundada na criação de um meio técnico mais dependente do trabalho direto e concreto do homem do que da incorporação de capital à natureza.

4. (CESPE/CBM-CE/2014 - SOLDADO) A respeito da formação e configuração atual do território brasileiro, julgue o próximo item.

A primeira ocupação do território brasileiro, no período inicial da colonização portuguesa, ocorreu em sua hinterlândia.

5. (CESPE/TJ RO/2012 – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR) O recrutamento de colonos para povoar regiões consideradas estratégicas por Portugal em sua colônia americana foi uma das medidas políticas empreendidas pelo Marquês de Pombal, por meio de uma política colonial claramente mercantilista, com o objetivo de fortalecer o poder da realeza e reduzir históricos privilégios concedidos a comerciantes ingleses.

Nesse sentido, a decisão tomada pelo governo de Lisboa de enviar colonos provenientes dos Açores e de Mazagão, no norte da África, para a região Norte brasileira foi motivada

A) pela expansão da produção aurífera ao longo do século XVIII, cujo andamento das atividades dependia do fornecimento de gêneros alimentícios produzidos nos mais diversos pontos da colônia.

B) pela necessidade de controle do território do Norte, que permitiria ao governo de Portugal ampliar seus domínios americanos e, a partir do mapeamento hidrográfico da Amazônia, controlar a estratégica bacia platina.

C) pelo fato de as correntes migratórias externas poderem substituir, com vantagem, as populações nativas que, nesse contexto, haviam sido dizimadas em larga medida.

D) pelo comprovado sucesso do emprego de mão de obra imigrante nas lavouras de café no centro-sul da colônia, fato que indicava bons prognósticos para sua utilização na Amazônia.

E) pela urgente necessidade de povoar o Norte do Brasil, uma vez que, em face da crescente pressão exercida por Inglaterra, França e Holanda, era preciso integrar a área às demais regiões da colônia.

6. (CESPE/IRB/2011 – DIPLOMATA) Com relação à geografia moderna, estruturada no século XIX, julgue (C ou E) o item subsequente.

A colonização da região que atualmente corresponde ao Nordeste do Brasil ocorreu, de modo geral, do litoral para o interior, relacionando-se a ocupação das zonas mais próximas do litoral à produção açucareira, e a de áreas mais interiores, à pecuária e à cultura do algodão.



- | | |
|------|------|
| 1. E | 5. E |
| 2. E | 6. C |
| 3. C | |
| 4. E | |



LISTA DE QUESTÕES – FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL – CEBRASPE

1. (IBGE/CESGRANRIO/2016 – AGENTE DE PESQUISAS E MAPEAMENTO) Um período bem conhecido da história colonial corresponde às Bandeiras, expedições lançadas através do continente, com a bênção distante da Coroa, que contribuíram fortemente para estender o domínio português. Seu foco principal foi um povoado nascido ao redor de um colégio fundado pelos jesuítas, surgindo, a partir disso, uma aldeia.

THÉRY, H.; MELLO, N. Atlas do Brasil. São Paulo: EDUSP, 2008. p. 34. Adaptado.

O foco geográfico inicial dos bandeirantes levou à fundação da seguinte cidade:

A) Rio de Janeiro

B) Recife

C) São Paulo

D) Vitória

E) Salvador

2. (IBGE/CESGRANRIO/2016 – AGENTE DE PESQUISAS E MAPEAMENTO)



Disponível em: <<http://mochileiro.tur.br/ro%20mapa-rondonia%201.jpg>>. Acesso em: 31 maio 2016.



Até o ano de 1982, o estado federado destacado na Figura acima era um

- A) Território Federal
- B) Distrito Federal
- C) Município neutro
- D) Distrito municipal
- E) Distrito industrial

3. (CESGRANRIO/IBGE/2014 – AGENTE DE PESQUISAS E MAPEAMENTO) Os portugueses introduziram, pionieramente, na África e no Brasil, um tipo de agricultura apoiada na monocultura açucareira em grandes propriedades, com mão de obra constituída predominantemente de escravos. Toda a produção era embarcada em navios com destino à Europa. Esse tipo de agricultura persiste até hoje no Brasil, com o protagonismo das exportações de produtos tropicais.

MAGNOLI, D. e ARAUJO, R. Geografia geral e do Brasil. São Paulo: Moderna, 1997, p. 239. Adaptado.

A atividade agrícola descrita acima é denominada agricultura de

- a) jardinagem
- b) regadio
- c) subsistência
- d) preciso
- e) plantation

4. (CESGRANRIO/IBGE/2014 – AGENTE DE PESQUISAS E MAPEAMENTO) Território federal é uma denominação brasileira para uma categoria específica de divisão administrativa. Os territórios federais integram diretamente a União, sem pertencerem a qualquer estado, e podem surgir da divisão de um estado ou desmembramento, dele exigindo-se aprovação popular através de plebiscito e lei complementar.

Com a extinção dos territórios federais no Brasil pela Constituição Federal de 1988, a seguinte unidade político-administrativa tornou-se estado da federação:

- a) Tocantins
- b) Amapá
- c) Rondônia
- d) Pará



e) Pernambuco

5. (CESGRANRIO/IBGE/2013 – TÉCNICO EM INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) Na formação territorial brasileira, a atuação dos bandeirantes foi responsável pelo combate aos índios considerados agressores ou opositores à conquista do interior, e também pela captura de negros fugidos das grandes plantações e pela destruição de quilombos. Essa estratégia colonizadora correspondeu a uma verdadeira ação extermínadora dos indígenas no nordeste do País, sob o comando de vários bandeirantes paulistas, sobretudo no século XVII.

A estratégia colonizadora acima mencionada denomina-se

- a) urbanismo rural
- b) missões jesuíticas
- c) desenvolvimentismo
- d) sertanismo de contrato
- e) Plano Nacional de Desenvolvimento

6. (CESGRANRIO/TJ RO/2008 – TÉCNICO JUDICIÁRIO) O controle das fronteiras brasileiras, sobretudo norte e sul, sempre foi motivo de preocupação dos principais governos republicanos. Acordos de limites, por exemplo, foram vários na República Velha. Durante o Governo Vargas, porém, este controle foi efetivamente definido com a criação de Territórios Federais na região, entre eles:

- a) Rio Branco, atual Estado de Roraima, e Guaporé, atual Estado de Rondônia.
- b) Acre, atual Estado do Acre, e Guaporé, atual Estado de Rondônia.
- c) Ponta Porã, atual Estado de Tocantins, e Rio Branco, atual Estado de Roraima.
- d) Iguaçu, atual Estado de Roraima, e Acre, atual Estado do mesmo nome.
- e) Amapá e Palmas, atualmente Estados do mesmo nome.



GABARITO



1. C
2. A
3. E
4. B
5. D
6. A



LISTA DE QUESTÕES – FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL – MULTIBANCAS

1. (UFMT/DETRAN/2015 – AGENTE FISCAL DE TRÂNSITO) O que se denominou “Marcha para o Oeste” foi

- (A) a marcha da Coluna Prestes pelo interior de Mato Grosso, chamando o povo para a insurgência contra o Governo Federal.
- (B) a viagem de Mário de Andrade por Mato Grosso com artistas estrangeiros durante sua fase modernista.
- (C) a incursão das forças armadas brasileiras contra os insurgentes da Rusga visando a sua destruição.
- (D) o projeto do governo Getúlio Vargas no período do Estado Novo, para integrar e desenvolver o interior do Brasil, inclusive o estado de Mato Grosso.

2. (FUNCAB/MPE RO/2012 – TÉCNICO EM CONTABILIDADE) Diversos tratados tiveram importância na definição de limites e no processo de povoamento da porção norte e oeste do Brasil. Um impulso no povoamento de Rondônia foi deflagrado pela construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

O contexto histórico dessa construção decorre diretamente do Tratado de:

- a) Madri.
- b) Petrópolis.
- c) Tordesilhas.
- d) Ayacucho.
- e) Utrecht.

3. (FCC/TCE-RO/2010) Considere o seguinte texto que apresenta o compromisso do governo brasileiro para a construção da ferrovia Madeira-Mamoré:

Artigo VII

Os Estados Unidos do Brasil obrigam-se a construir em território brasileiro, por si ou por empresa particular, uma ferrovia desde o porto de Santo Antônio, no rio Madeira, até Guajará-Mirim, no Mamoré, com um ramal que, passando por Vila-Murtinho ou em outro ponto próximo (Estado de Mato-Grosso), chegue a Villa-Bella (Bolívia), na confluência do Beni e do Mamoré. Dessa ferrovia, que o Brasil se esforçará por concluir no prazo de quatro anos, usarão ambos os países com direito às mesmas franquezas e tarifas.

(http://www2.mre.gov.br/dai/b_boli_11_927.htm)

O artigo foi retirado do Tratado de:



a) Santo Ildefonso, de 1894.

b) Petrópolis, de 1915.

c) Badajoz, de 1907.

d) Petrópolis, de 1903.

e) Santo Ildefonso, de 1905.

4. (FUNCAB/SESAU-RO/2009 - MÉDICO) O período compreendido entre 1877 e 1910 ficou conhecido no Brasil como “Primeiro Ciclo da Borracha”. Extraía-se a borracha na Amazônia, principalmente entre o Brasil e a Bolívia, onde está situado o Estado de Rondônia. Um pouco depois, a produção brasileira entrou em decadência. Podemos apontar como causa principal do declínio desta produção:

a) o isolamento da Região Norte;

b) a falta de mão-de-obra para a exploração;

c) a produção de látex feita pelo Reino Unido;

d) a preocupação com a preservação ambiental;

e) a proposta de internacionalização da Amazônia.

5. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA TO/2005) Grande parte dos estados brasileiros originou-se da primeira divisão territorial, que foram:

a) Sesmarias

b) Capitanias hereditárias

c) Governo geral

d) Províncias



1. D

2. B

3. D

4. C

5. B



LISTA DE QUESTÕES - DIVISÃO REGIONAL E DESIGUALDADES REGIONAIS – MULTIBANCAS

1. (AOCP/PM-ES/2022) Entre as propostas de divisão regional do Brasil, está a conhecida como os “quatro brasis”. Essa forma de classificação leva em conta, entre outros aspectos,

- A) as diferenças culturais e religiosas que formaram as diferentes regiões do país.
- B) os modelos geomorfológicos e geológicos existentes no território nacional.
- C) o meio natural, ou seja, intocado do espaço geográfico, e o meio técnico.
- D) a conexão entre os biomas, os ecossistemas e os climas.
- E) a situação da agropecuária em relação à mecanização e à integração com a indústria.

2. (UFPR/PM-PR/2022) A divisão oficial do Brasil em cinco Grandes Regiões foi instituída em 1967 para atender às atividades de planejamento estatal. Os critérios de regionalização consideraram características econômicas e sociais e também as divisões político-administrativas das Unidades da Federação, no sentido de que nenhum estado ou o Distrito Federal poderia ter parte de seu território classificado numa Grande Região e parte em outra.

Sobre o tema, é correto afirmar:

- A) O Nordeste se define por ser uma região de perdas econômicas e crise social, posto que a participação percentual da região no PIB brasileiro vem declinando ao longo das últimas décadas, e os indicadores sociais nordestinos permaneceram estacionados.
- B) Os critérios de regionalização utilizados criam algumas distorções, como se vê no caso de Minas Gerais, dado que os municípios do Triângulo Mineiro e Região Metropolitana de Belo Horizonte apresentam indicadores dentro da média dos municípios do Sudeste, e os municípios do Norte mineiro apresentam indicadores dentro da média dos municípios do interior do Nordeste.
- C) A divisão de um país continental como o Brasil em cinco regiões com milhares de municípios cada uma reflete a centralização do planejamento público sob regimes autoritários, posto que regimes democráticos utilizam divisões regionais baseadas em unidades homogêneas com dezenas de municípios.
- D) Antes de 1967, o Sudeste e o Sul faziam parte da Região Centro-Sul, a qual foi dividida nessas duas Grandes Regiões para que o planejamento estatal pudesse atender às especificidades de municípios que se definem pela industrialização ou pelo dinamismo agropecuário.
- E) Com a extinção da Sudam e da Sudene, essa regionalização perdeu sua funcionalidade para o planejamento, mas continua sendo utilizada por órgãos de pesquisa para a organização de dados estatísticos.



3. (NUCEPE/PM-PI/2022) “A revisão da Divisão Regional do Brasil para fins de divulgação da informação estatística constitui parte da missão institucional do IBGE e visa atualizar o quadro regional do País, elaborado pelo então Departamento de Geografia na década de 1980 e publicado em 1990.

A necessidade de atualização dos recortes regionais vem ao encontro do expressivo aumento verificado na diferenciação interna do território brasileiro, como resultado das transformações econômicas, demográficas, políticas e ambientais ocorridas ao longo das últimas décadas”.

Fonte: IBGE. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias. (2017). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1_00600.pdf

Considerando a atual Divisão Regional do Brasil elaborada pelo IBGE, afirma-se corretamente que as 5 (cinco) macrorregiões existentes têm desigualdades quanto às suas áreas territoriais, situações econômicas, total de população e mesmo quanto ao número de estados que compõem cada uma dessas regiões. Em relação a essas regiões brasileiras, é CORRETO afirmar que

- A) a região Centro-Oeste tem, entre todas, a maior população residente em zona rural.
- B) a região Nordeste tem o maior número de estados em relação às demais regiões brasileiras.
- C) a região Sul concentra a maior parte da população do país.
- D) a região Sudeste tem o menor número de estados entre as regiões brasileiras.
- E) a região Norte apresenta o melhor índice de Desenvolvimento Humano – IDH do país.

4. (UFPR/PM-PR/2021) Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil é dividido em grandes regiões. Sobre a regionalização brasileira, é correto afirmar:

- A) A divisão das cinco regiões brasileiras foi baseada nas características naturais, como a vegetação e o relevo, motivo pelo qual essas regiões têm a mesma configuração desde sua criação.
- B) O Paraná faz parte da região Sul por critérios econômicos, embora sua formação social e territorial seja mais semelhante a estados como Minas Gerais e São Paulo.
- C) Dinâmicas sociais e econômicas podem ser captadas com base em dados coletados em escala local e agrupadas em escalas superiores, como a escala das grandes regiões.
- D) Políticas públicas na escala municipal têm a eficiência comprometida quando se baseiam em dados coletados na escala regional, pois há uma diferença de extensão geográfica entre escala local e regional.
- E) As regiões geoeconômicas brasileiras e as grandes regiões propostas pelo IBGE são coincidentes, pois usam os mesmos limites de estados e municípios, o que facilita o planejamento econômico nacional.

5. (MPE-GO/MPE-GO/2019)



Em 1967, o geógrafo Pedro Pinchas Geiger apresentou uma nova divisão regional do Brasil, onde não obedecia aos limites dos estados, chamando as regiões formadas de regiões geoeconômicas ou complexos regionais. Essa divisão regional considerava os seguintes aspectos:

- A) O grau de acumulação de ciência, tecnologia e informação no território nacional e as heranças do passado.
- B) A formação histórica do Brasil e seus aspectos econômicos.
- C) As semelhanças físicas das paisagens e as características econômicas e sociais do espaço.
- D) O grau de acumulação de riqueza e as semelhanças físicas das paisagens.
- E) As características sociais do espaço e o grau de acumulação de tecnologia.

6. (SEDUC-CE/SEDUC-CE/2016) De acordo com os estudos sobre regionalização, e tendo o mapa como referência, julgue, dentre as alternativas a seguir, a correta.



Fonte: <http://sobresobregeo.blogspot.com.br/2015/06/brasil-parte-2.html>

- A) O mapa faz referência à regionalização socioeconômica, proposta pelo geógrafo Pedro Geiger, baseada em critérios físico-naturais.
- B) A área representada pelo número 1 corresponde à região Amazônia, onde encontra-se a maior parte dos recursos econômicos do Brasil.
- C) A regionalização abordada pelo mapa não permite que um estado pertença a duas regiões distintas.
- D) Nessa proposta de divisão regional, o Nordeste, representado pelo número 3, engloba todo o território do leste do Maranhão até o Norte de Minas Gerais.
- E) O mapa refere-se a divisão regional clássica do Brasil em regiões administrativas proposta e reformulada desde os anos 40 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

7. (ADVISE/PREFEITURA DE CUITÉ DE MAMANGUAPE-PB/2016) Acerca das regiões do Brasil, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:



I. A Região Nordeste ocupa a maior área territorial brasileira e é a região que possui a maior costa litorânea do país.

II. A Região Centro-oeste é considerada a única região brasileira que não é banhada pelo mar e sua localização permite ligação de fronteira com todas as outras regiões brasileiras.

III. A Região Sul é composta por três estados e faz fronteira com o Uruguai, Argentina, Paraguai e Chile.

A) Apenas I está correta;

B) Apenas II está correta;

C) Apenas III está correta;

D) Apenas I e II estão corretas;

E) I, II e III estão corretas.

8. (CESPE/TCE-AC/2009) O Brasil é considerado um país de grandes contrastes regionais. Às grandes diferenças naturais existentes, juntam-se as disparidades humanas. Assim, para conhecer melhor o território brasileiro, a forma encontrada foi dividi-lo regionalmente. Entre os tipos de divisão regional existentes, assinale a opção que se ajusta melhor ao processo de formação histórica-territorial do país.

A) divisão em cinco macrorregiões

B) divisão em três regiões geoeconômicas

C) divisão em centros econômicos

D) divisão em meso e microrregiões

E) divisão regional a partir da divisão regional do trabalho

9. (CONSULPLAN/IBGE/2009) Sobre a formação histórico-territorial e regionalização brasileira, relacione a 2^a coluna de acordo com a 1^a:

Divisão Regional do Brasil (geoeconômica)

1. Centro-Sul.

2. Nordeste.

3. Amazônia.

Características Regionais

() É a maior das três regiões geoeconômicas do Brasil e a região menos povoada. A maior parte dos movimentos migratórios dos últimos anos dirige-se a ela.



() É a região geoeconômica mais industrializada, povoada e urbanizada do país. Essa região é considerada o centro econômico do Brasil.

() Representa a região geoeconômica de ocupação mais antiga, onde atualmente podemos encontrar inúmeras marcas da colonização, presença da agroindústria açucareira e forte influência negra na população regional. Durante três séculos, essa região foi a mais rica e povoada do país.

A sequência está correta em:

A) 3, 2, 1

B) 2, 3, 1

C) 2, 1, 3

D) 1, 3, 2

E) 3, 1, 2

10. (NCE/IBGE/2005 – AGENTE DE PESQUISA E MAPEAMENTO) Se há um traço característico do Brasil, este é a persistente desigualdade social. Essa desigualdade reflete-se no território e, em média, divide o país em duas partes, uma que possui maior percentual de população de baixa renda e outra onde se encontra o maior percentual de população com renda mais elevada. Essas partes são, respectivamente:

(A) o litoral e o interior;

(B) o norte e o sul;

(C) as planícies e os planaltos;

(D) o oeste e o leste;

(E) os municípios pouco povoados e os mais populosos.

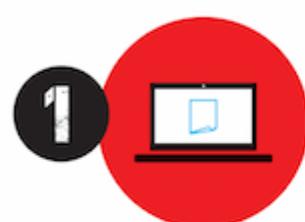


- | | |
|------|-------|
| 1. E | 6. D |
| 2. B | 7. B |
| 3. B | 8. B |
| 4. C | 9. E |
| 5. B | 10. B |



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concursado(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.